



**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**DO VALE DO PARAÍBA À CIDADE DO RIO DE JANEIRO:  
MIGRAÇÕES NEGRAS E SUAS TRAJETÓRIAS (1920-1940)**

**TATIANE DE MEDEIROS MIRANDA**

**SEROPÉDICA**

**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Do Vale do Paraíba à Cidade do Rio de Janeiro: Migrações negras e suas trajetórias (1920-1940)**

**Tatiane de Medeiros Miranda**

*Sob a orientação do Professor Dr.  
Carlos Eduardo Coutinho da Costa*

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

Seropédica, RJ  
Novembro de 2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M672v      Miranda, Tatiane, 14/07/1996-  
                Do Vale do Paraíba à Cidade do Rio de Janeiro:  
                Migrações negras e suas trajetórias (1920-1940) /  
                Tatiane Miranda. - Rio de Janeiro, 2022.  
                178 f.: il.

                Orientador: Carlos Eduardo Costa.  
                Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
                do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em História  
                , 2022.

                1. Migrações Negras. 2. Pós-abolição. 3. Rio de  
                Janeiro. 4. Vale do Paraíba. 5. Trajetórias . I. Costa,  
                Carlos Eduardo, 1982-, orient. II Universidade  
                Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós  
                Graduação em História III. Titulo.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**TERMO N° 1 / 2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.000172/2023-19**

**Seropédica-RJ, 03 de janeiro de 2023.**

TATIANE DE MEDEIROS MIRANDA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 16 de dezembro de 2022

Dr. MARIA EMILIA VASCONCELOS DOS SANTOS, UFRPE Examinador Externo à Instituição

Dr. ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO, UFRRJ Examinador Interno

Dr. CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA, UFRRJ Presidente

*(Assinado digitalmente em 03/01/2023 10:53 )*  
 ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO  
 PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
 DepthIM (12.28.01.00.00.88)  
 Matricula: 1542358

*(Assinado digitalmente em 04/01/2023 11:07 )*  
 CARLOS EDUARDO COUTINHO DA COSTA  
 PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
 DepthIM (12.28.01.00.00.86)  
 Matricula: 2649875

*(Assinado digitalmente em 04/01/2023 10:12 )*  
 MARIA EMILIA VASCONCELOS DOS SANTOS  
 ASSINANTE EXTERNO  
 CPF: 038.368.404-80

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico esta dissertação a todos os migrantes negros presentes neste trabalho. Que suas vozes tenham sido ouvidas, finalmente.*

*Dedico, também, a todas as famílias que perderam entes queridos durante a pandemia. Foram tempos muito difíceis.*

*E, por fim, dedico à memória de Ana Lugão Rios. Sem seu pioneirismo, este trabalho não existiria.*

## AGRADECIMENTOS

Não sei nem por onde começar. Aí penso “nossa, que frase mais sem graça e clichê para se começar um texto de agradecimentos”, mas é exatamente esse o sentimento. Esta dissertação foi construída no meio do total caos da pandemia de 2020 e 2021. Se cheguei até aqui, é porque tiveram aqueles que me seguraram até o final com palavras de carinho e conforto, abraços nos momentos difíceis e um colo quando não consegui segurar as lágrimas. Por isso, todos os agradecimentos aqui são do fundo do meu coração.

Agradeço a todos os profissionais da saúde que estiveram na linha de frente contra a Covid-19. Aos colegas pesquisadores, agradeço pela dedicação mesmo em meio ao negacionismo e à desconfiança da ciência. Seguimos firmes!

Expresso, aqui, minha sincera gratidão à minha família. Primeiramente, ao meu pai, Marcos, que com seu jeitinho de ser, brincalhão e mal-humorado ao mesmo tempo, sempre acreditou em mim. Quando tinha dúvidas, dizia “você consegue, você é CDF”. E, sim, ele usa exatamente esse termo. Sempre embarcou junto comigo, em todas as minhas escolhas. Todos os dias acordei recebendo suas mensagens, já me dando o título antes da hora “bom dia, mestre bochechuda!”. E, hoje, pai, eu realmente vou ser. Tudo graças ao senhor. Obrigada! Não poderia esquecer, também, da minha irmã, Taiane — poderia defini-la como nervosa e superprotetora, sempre preocupada com a irmãzinha mais nova. Obrigada por todo o amor, você sempre será essencial em todas as minhas conquistas. Também agradeço ao meu avô, Raimundo, que sempre me toca o coração com toda a sua história de vida, de muita garra e coragem. A sua simplicidade e jeito bondoso de ser me inspiram.

Sou grata ao Rodrigo Cabelli, que viu minha trajetória nesse mestrado como ninguém. Viu meus altos, baixos, e sempre esteve ali. Incentivou-me, disse que eu conseguia. Sempre me colocou num patamar altíssimo, no qual eu nunca consegui me enxergar. Obrigada por tudo. Com seu jeito bobo e leve de ser, você é pura luz na vida de qualquer um. Gratidão por compartilhar comigo esse caminhar louco que é a vida.

Agradeço a todos meus amigos, que me mantiveram sã durante todo esse tempo e trouxeram leveza para continuar essa caminhada. Obrigada, Fernanda Vasconcelos, por me socorrer quando precisei de alguma opinião sobre a pesquisa e por todas as

vezes que pedi para ler algum material meu; você parou tudo para me ajudar. Nos momentos de crise e insegurança, me ouviu. Seguiremos juntas nessa jornada. Obrigada ao Pedro Bacelar, por todos os memes, bobeiras e por me visitar sempre quando estava triste. Desde a graduação, sempre esteve comigo. Sua amizade estará sempre guardada com muito carinho. Obrigada, Estela Bonelá, por me acompanhar nesse percurso. Sempre trocamos experiências muito parecidas de sentimentos, e por isso sempre me senti muito acolhida com suas palavras, muito gentis. Sem você, tudo teria sido muito mais difícil, então agradeço por ser sempre essa pessoa maravilhosa que você é. Obrigada, Larissa Ventura, minha eterna parceira de pesquisa, por sempre me incentivar a continuar. Aos não citados aqui, obrigada a todos vocês. Vocês sabem quem são.

Agradeço à Capes — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por financiar essa pesquisa. Agradeço à UFRRJ, pelo ensino de excelência e gratuito, viva à Universidade Pública!

Agradeço aos professores Álvaro Nascimento e Emília Vasconcelos, que estiveram na minha banca de qualificação e trouxeram críticas preciosas, além de sugestões que melhoraram a qualidade do meu trabalho.

E, por último, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador, Carlos Eduardo Coutinho da Costa. Obrigada por ter me incentivado sempre, desde a graduação até este momento. Por ser sempre tão solícito em me ajudar, por, em momentos difíceis, me prestar apoio, e por me dar autonomia na pesquisa e entrar de cabeça comigo nas minhas sugestões de capítulo. Por todos os ensinamentos, conversas e aprendizados. Hoje, sou uma pesquisadora graças a tudo o que me ensinou. Não tenho palavras para expressar a gratidão que sinto. Muito obrigada por depositar sua confiança em mim.

Termino este agradecimento com muito choro. Mas todas as lágrimas aqui derramadas foram de extrema gratidão e alegria. No final, valeu a pena. No final, todo o esforço e toda a dedicação resultaram nesta dissertação, que me orgulho. Obrigado a todos por fazerem parte disso.

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as diversas possibilidades e trajetórias no pós-abolição das migrações negras do Vale do Paraíba e seus arredores rurais para a cidade do Rio de Janeiro, entre 1920-1940. Com isso, buscamos compreender aspectos do cotidiano de ações e decisões tomadas no convívio dentro da cidade, a partir de estratégias e ressignificações de acordo com os valores desses migrantes no pós-abolição. Com base nisso, procuramos entender aspectos como trabalhos, moradias, família, sociabilidade e identidade racial. Para tal, utilizamos os nomes como fio condutor metodológico, assim como a Casa de Detenção como a fonte principal para localizar esses migrantes. Com esses dados, cruzamos alguns nomes com o *Family Search* e jornais da época, encontrados na Hemeroteca Digital. Dessa forma, acompanhamos algumas trajetórias individuais, trajetórias coletivas e novos olhares para analisar as migrações negras na Cidade do Rio de Janeiro.

**Palavras-chaves:** migrações negras; pós-abolição; Vale do Paraíba; Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

This research aims to analyze trajectories and possibilities from a different perspective in the post-abolition period of migration of Blacks from Vale do Paraíba and the rural areas to the City of Rio de Janeiro between 1920-1940. Therefore, we seek to understand aspects of the daily life: actions and decisions taken based on strategies and reinterpretations according to their values in the post-abolition period. Based on that, we search for understand aspects such as work, dwelling, family, sociability and racial identity. For that, we used the names as a methodological guideline, as well as the Casa de Detenção as the main source to find these Black migrants. Then, this data was crossed with others sources, such as the Family Search and newspapers found in the Hemeroteca Digital. Thus, this research follow some individual and collective trajectories to achieve new perspectives to analyze Black migrations in the City of Rio de Janeiro.

**Keywords:** black migrations; post-abolition; Vale do Paraíba; Rio de Janeiro.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Instrução dos migrantes de cor preta/parda [...]	64
Tabela 2 - Ocupações dos migrantes de cor preta/parda [...]	95
Tabela 3 - Moradia dos migrantes de cor preta/parda [...]	103
Tabela 4 - Estado Civil dos migrantes de cor preta/parda 1920-1926 [...]	120
Tabela 5 - Estado Civil dos migrantes de cor preta/parda 1930-1940 [...]	121
Tabela 6 - Idade dos migrantes de cor preta/parda 1920-1926 [...]	123
Tabela 7 - Idade dos migrantes de cor preta/parda 1930-1940 [...]	123

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Guia de entrada da Casa de Detenção de Elyseu Alves da Silva	36
Figura 2 - Guia de saída da Casa de Detenção de Elyseu Alves da Silva	36
Figura 3 - Guia de entrada da Casa de Detenção de José Paultilho da Cruz	66

## **LISTA DE REFERÊNCIAS DE IMAGEM DA CASA DE DETENÇÃO**

Referência de Imagem 1 - Modelo do Guia de Entrada de detentos da Casa de Detenção  
de 1920 34

Referência de Imagem 2 - Modelo do Guia de Entrada de detentos da Casa de Detenção  
de 1930 35

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Divergências de informações relacionadas as declarações de instrução[...]	67
Quadro 2 - Divergências de informações relacionadas as declarações de cor [...]	72

## **LISTA DE GRÁFICOS GENEALÓGICOS**

Gráfico Genealógico 1 - Família Francisco Pimenta e da Conceição	132
Gráfico Genealógico 2 - Família Gonçalves e Mattos	135
Gráfico Genealógico 3 - Família Prudente	145

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<i>Capítulo 1 – Migrações negras, Casa de Detenção e um relato nos sistemas prisionais da Cidade do Rio de Janeiro.....</i>	<b>21</b>
1.1 – Migrações Negras no Pós-abolição .....	22
1.2 – Um balanço entre Casa de Detenção e migrações negras .....	30
1.3 – Os limites impostos: relato e experiência de um migrante negro nos sistemas prisionais do Rio de Janeiro.....	39
<i>Capítulo 2 – Migrantes na cidade do Rio de Janeiro: o racismo e vida cotidiana .....</i>	<b>52</b>
2.1 – Cor, raça e identidade negra .....	54
2.2 – Migrantes negros: identidade, valores e consciência racial .....	62
2.3 – Por onde andavam: trabalhos e moradias dos migrantes negros na cidade do Rio de Janeiro .....	81
<i>Capítulo 3 – As possibilidades na cidade: família, redes de sociabilidades, incertezas e estratégias das trajetórias dos migrantes negros no pós-abolição .....</i>	<b>106</b>
3.1 Família, Trajetória e pós-abolição .....	108
3.2 – Migrantes na cidade: as trajetórias de Eugenio, Carlos Francisco e Arlindo .....	115
3.3 – Reputação e legado familiar: as representações do nome .....	147
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>158</b>
<b>FONTES HISTORIOGRÁFICAS.....</b>	<b>162</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>171</b>

*“Minha gente, cheguei agora  
Minha gente, cheguei agora  
Minha gente, cheguei com Deus  
E com nossa senhora  
Eu moro na roça”*

*Moro na roça iaiá  
Nunca morei na cidade  
Compro o jornal da manhã  
Pra saber das novidades”*

(Xangô Da Mangueira, Jorge Zagaia – Moro na Roça)

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende trazer novas perspectivas e significados para as migrações negras do Sudeste cafeeiro e seus arredores rurais para a cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição. A partir das trajetórias, iremos percorrer por alguns assuntos principais: famílias negras, ressignificações de valores entre gerações, redes de sociabilidades, ligações entre zona rural-urbana, trabalho, moradia, identidade racial e cotidiano na cidade. Em síntese, iremos compreender para além das motivações das migrações, observando, também, suas ações dentro do Distrito Federal. Os nomes, metodologia que nos guia, tem um papel fundamental para tornar possível a análise das alianças sociais, matrimoniais e valores familiares. Usaremos a Casa de Detenção como primeira fonte para encontrar esses nomes, para assim cruzá-la com os jornais da Hemeroteca Digital e o Family Search (organização de pesquisa genealógica). Desse modo, acompanharemos alguns núcleos principais para desenvolver as trajetórias; entretanto, iremos utilizar os dados de todos os migrantes negros encontrados na Casa de Detenção para também analisar trajetórias coletivas. Além do mais, iremos observar não só esses agentes interagindo na cidade, como também seus descendentes posteriormente. Com isso, buscamos reconstruir os percursos daqueles que foram marcados pela marginalização na historiografia, dando espaço para novos caminhos de pesquisa dos migrantes negros do pós-abolição na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a pesquisa irá se propor a analisar as migrações de forma mais próxima ao que a historiografia atual vem incorporando com o Pós-abolição. Nesse caso, os migrantes do Vale do Paraíba e das zonas rurais que se destinaram para a antiga capital foram ainda pouco retratados de forma metodológica mais consistente. Quando representados, ainda temos uma limitação na proposta da análise desses migrantes, sendo incorporados apenas os aspectos econômicos e das consequências de uma cidade teoricamente superlotada de desempregados e marginalizados por esse grupo. Em trabalhos como o de José Murilo de Carvalho, podemos encontrar essa lógica, na qual o autor destinou uma pequena parte de seu trabalho para observar os migrantes do Sudeste cafeeiro no Pós-abolição. Em sua argumentação, num conjunto com evidências econômicas e quantitativas, o historiador constatou que o restante da mão de obra das zonas rurais do Vale do Paraíba teria provocado um êxodo rural em grande escala de ex-escravizados para a capital, o qual teria gerado uma concentração de pessoas

desempregadas ou em subempregos muito expressiva na cidade<sup>1</sup>. Entretanto, essa interpretação se torna inviável e não se sustenta quando deixamos de analisar outras fontes. Isso porque analisar apenas dados quantitativos em conjunto com os índices de criminalidade inevitavelmente pode levar a deduções simples e bastante questionáveis sobre a marginalização e, consequentemente, à criminalidade dos migrantes. Dessa forma, cabe a nós, historiadores, buscarmos outras fontes que tragam novas percepções desse passado negligenciado — no desaparecimento dos migrantes das cidades, na vida dos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, como também em todos os outros aspectos relacionados à vida cotidiana na capital. O resgate do tema das migrações precisa vir acompanhado como uma ferramenta que vise transformar esses ambientes nos quais esses agentes foram removidos pela historiografia, de marginalizados, em locais de presença e atuação na cidade.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, iremos desenvolver um debate historiográfico sobre migrações negras, apresentar a Casa de Detenção como nossa principal fonte e trazer um relato de um migrante negro nesses sistemas prisionais. Com isso, pretendemos delimitar a forma que a pesquisa será conduzida nos demais capítulos. Da mesma forma, iremos analisar o impacto do Código Penal de 1890 e da racialização das leis para os migrantes negros no cotidiano da cidade, assim como quais estratégias seriam usadas por esses para enfrentar as relações com a lei. Portanto, buscaremos analisar essa fonte prisional para problematizar os motivos de prisões e dar voz às ações dos migrantes frente a esses acontecimentos. Dessa forma, investigaremos tais relações a partir dos migrantes encontrados na Casa de Detenção e num relato/denúncia destes aos jornais.

No segundo capítulo, debateremos questões identificadas no cotidiano dos migrantes na cidade: discussões sobre raça e identidade racial presentes dentro e fora da Casa de Detenção, os trabalhos exercidos e as moradias estabelecidas na Capital Federal. Nesse tópico, iremos compreender as argumentações que estavam em volta dos temas raciais em seu auge na década de 20, assim como essas discussões também estavam no cotidiano. Nesse sentido, iremos compreender choques encontrados entre escrivães e os migrantes negros sobre a identidade racial. Além disso, também iremos propor um levantamento sobre trabalhos, moradias encontradas e como essas eram

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 18

importantes questões não só no meio cotidiano, mas também em especial aos migrantes, pelos valores que existiam nessas escolhas. Dessa forma, nessa parte focaremos no cotidiano na cidade, mas principalmente nos valores estabelecidos pelos migrantes e suas escolhas no ambiente urbano.

No terceiro capítulo, acompanharemos as trajetórias de três migrantes: Eugenio, Carlos Francisco e Arlindo. O objetivo dessa última discussão é trazer à tona as relações e estratégias familiares no processo das migrações, assim como a criação de uma rede familiar e de sociabilidade dentro da cidade. Nessa parte, buscamos ressaltar a importância da família para as migrações, os valores e as estratégias que foram ressignificadas na cidade e, de modo geracional, entender quais foram os caminhos dos filhos desses migrantes — assim como essas relações entre meio rural-urbano se mantiveram. Dessa forma, nessa última parte, iremos entender a origem dos valores que pincelamos nos outros capítulos, buscando, assim, trazer novos significados às migrações negras.

As fontes selecionadas para esta pesquisa, voltada para a microanálise, são justamente um contraponto com as fontes que já foram utilizadas que partiram de um ponto em que as elites eram os agentes transformadores. Ou seja, ao pensar em culturas que demonstravam pensamentos e maneiras diferentes de conduzir seus valores, eram ignoradas<sup>2</sup>. Quando se trata das migrações do Sudeste cafeeiro, em especial, no pós-abolição para o Rio de Janeiro, as únicas explicações que temos dos migrantes ainda é da marginalização destes na cidade. Robin Collingwood enfatizava que questionar um ponto de vista histórico é ampliar o saber de percepções de determinado fato que havia sido considerado sem uma utilidade pelos historiadores<sup>3</sup>. Antonie Prost e Lucien Febvre também argumentaram como o trabalho do historiador se traduz em tornar elementos silenciosos em algo expressivo<sup>4</sup>. Dessa forma, o questionamento sobre o objeto desta pesquisa partiu de um ponto diferente, buscando acompanhar a partir do indivíduo, utilizando as fontes para encontrá-los e analisá-los por meio de suas ações e de seus próprios valores. Como apontado por Antonie Prost, a história terá que continuamente ser reescrita, sendo assim, é preciso ressignificar os contextos migratórios no pós-

---

<sup>2</sup> RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *O pós-abolição como problema histórico*. TOPOI, vol.5, n.8, 2004.

<sup>3</sup> COLLINGWOOD, R. G. *The Historical Imagination*. An Inaugural Lecture Delivered before the University of Oxford on 28 October 1935. Oxford: Clarendon Press, 1935 p. 19 Apud PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p.76.

<sup>4</sup> PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 77.

abolição pelo ponto de vista proposto pela microanálise.

O modelo de atração versus repulsão das migrações inibiu o olhar para ações dos agentes, por isso, para acompanhar essas trajetórias, a base principal para o direcionamento dessa pesquisa é guiar-se pelas ações dos indivíduos. Para isso, a teoria de Frederick Barth de compreender os grupos étnicos<sup>5</sup> a partir das ações, no qual esses grupos não são pré-existentes, mas sim precisam de interação, ou seja, de ações para existirem, é o primeiro passo. As ações desencadeavam fronteiras que poderiam se mostrar de várias formas: valores, estratégias, possibilidades, processos geracionais etc. Esse mundo dos possíveis é importante para reconstruir as trajetórias dos migrantes negros que vieram do Vale do Paraíba e seus arredores para o Rio de Janeiro, pois é a partir de suas ações que entenderemos os conceitos mais abstratos de variáveis, e não regras que já são pré-determinadas.

O ponto de vista de análise macrohistórico necessita de complementos da microanálise para abordar temas como as migrações no pós-abolição. Os dados quantitativos e o viés de valores abordados por uma perspectiva pelos nossos conceitos atuais ocidentais e de uma lógica liberal não se aplicavam ao modo de valores dos negros após a abolição da escravatura, assim como também não se aplicavam aos migrantes do Sudeste cafeeiro. Consequentemente, isso fez a historiografia chegar a conclusões não reais àquele passado. Sendo assim, a metodologia de redução de escala de análise do italiano Giovanni Levi é um instrumento essencial para guiar a pesquisa e trazer novas conclusões que tenham compatibilidade com os valores expressados pelos migrantes. Ao focar na redução de escala de análise<sup>6</sup>, o intuito é entender os indivíduos e suas pequenas ações, e como essas ações constroem camadas por trás dos grandes eventos. Os indivíduos ganham uma dimensão na qual as vivências, incertezas e linearidade de trajetórias são pontos que transformam o contexto histórico. Dessa forma, analisar o objeto a partir dessa perspectiva é o mais viável para fornecer todas as camadas por trás de suas trajetórias.

Ao trabalhar com trajetórias, é importante compreender alguns conceitos. As ações e estratégias utilizadas nas trajetórias precisam ser entendidas por meio da

<sup>5</sup> BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (organização de TomkeLask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

<sup>6</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

racionalidade limitada proposto por Giovanni Levi<sup>7</sup>. Os sujeitos históricos agem, dessa maneira, de acordo com as informações que estão à disposição no momento. Com isso, as ações e estratégias nem sempre são coerentes e lineares. Além disso, nas trajetórias de Levi também podemos encontrar mediadores — esses que seriam a ponte de informação, que facilita o diálogo entre metrópole e as zonas menores, como vilarejos, ambientes rurais e cidades pequenas. Os migrantes, pela sua mobilidade entre os dois pontos, apresentaram esse grande potencial de serem mediadores entre os locais de análise. Sendo assim, as metodologias propostas por Giovanni Levi foram essenciais para construir esta pesquisa.

Além dessas contribuições dentro da microanálise, outro ponto importante é como as fontes fragmentadas foram essenciais para a pesquisa. Diferentemente da historiografia francesa, a documentação italiana favoreceu um questionamento voltado à microanálise por sua fragmentação de fontes. Com isso, o historiador italiano Carlo Ginzburg trouxe uma grande contribuição com a metodologia dos nomes<sup>8</sup>, na qual a primeira fonte traz o nome dos agentes como primeiro passo da pesquisa, podendo, assim, cruzá-las com outras fontes e construir uma documentação consistente. Essa metodologia foi essencial para a pesquisa, pois o primeiro passo seguiu em usar os nomes encontrados nas documentações da Casa de Detenção para dar prosseguimento as seguintes etapas com as outras fontes.

---

<sup>7</sup> Ibidem, p. 46

<sup>8</sup> GINZBURG, Carlo. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989.

*Capítulo 1 – Migrações negras, Casa de Detenção e um relato nos sistemas prisionais da Cidade do Rio de Janeiro*

Entre uma correria e outra numa comum tarde de verão na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1926, Elyseu Alves da Silva encerrava seu serviço como servente de pedreiro e seguia para a praia de Santa Luzia<sup>9</sup>. Em seu planejamento, passaria num frigorífico daquela região para encontrar seu amigo que trabalhava no local, e logo mais, nessa mesma tarde, seguiria rumo a São Paulo. O propósito, ao que parece, estaria ligado à uma demanda de serviço de obras que a companhia da Light estava realizando na cidade paulistana — o que poderia ser uma boa oportunidade para oferecer seus serviços. Contudo, Elyseu nunca chegou a realizar seus planos naquele dia. A realidade da sua tarde parece ter virado do avesso quando fora avistado pelas autoridades, que logo o levaram para o quinto distrito policial. Em sua defesa, apontou que não sabia o motivo pelo qual tinha sido levado e preso. Alguns dias após o ocorrido, o mesmo estava na prisão Correcional de Dois Rios, e não em São Paulo como havia planejado inicialmente.

O final dessa história poderia ser diferente. No entanto, na História, o “poderia” se reflete no “e se”, e não é viável para historiadores trabalhar com suposições, mas sim com o que as fontes disponibilizam para nós. Porém, assim como retrata a historiadora Natalie Davis, o que ofereceremos aqui são, em parte, “uma invenção minha, construída pela atenta escuta das vozes do passado”<sup>10</sup>. Desse modo, nossos caminhos para entender trajetórias têm sua liberdade para contextualizar possibilidades, contanto que todas elas estivessem intrinsecamente ligadas aos rastros deixados por agentes históricos comuns como Elyseu. Com isso, voltamos ao questionamento: por que a história de Elyseu não foi diferente? Quais eram suas possibilidades? O mesmo era um migrante do interior do Estado do Rio, negro e pobre, que buscava seus caminhos e valores próprios de cidadania entre um trabalho e outro como servente de pedreiro na cidade do Rio de Janeiro. Em nenhum espaço da historiografia das migrações negras do Sudeste cafeeiro para a antiga capital, pessoas semelhantes a Elyseu foram estudadas a partir de suas ações, estratégias e movimentações no pós-abolição. Na verdade, a realidade das

---

<sup>9</sup> A Manhã. Edição 00106. (1). Rio de Janeiro. Ano 1926. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=%22Elyseu%20Alves%20da%20Silva%22&pagfis=753>>. Jornal criado por Mário Rodrigues, crítico das oligarquias e da República Velha. Mais informações sobre o jornal procurar em: BRASIL, Bruno. “A Manhã” (RIO DE JANEIRO, 1925). Fundação Biblioteca Nacional, Artigos. 28 de julho de 2014. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manca/>>.

<sup>10</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *O Retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987. p. 21

migrações para a cidade do Rio de Janeiro nunca apresentara outras abordagens para além da sua marginalização e o atrelamento ao aumento da criminalidade. Por isso, ao traçar nomes como o de Elyseu, as trajetórias dos indivíduos se tornam um caminho para conseguir abranger outros aspectos para além dessa perspectiva — podendo encontrar as motivações migratórias, questões ligadas à raça, redes de sociabilidade, cotidiano e, principalmente, ações desses agentes, que não eram passivos em nenhum desses processos. Sendo assim, o intuito deste capítulo — e deste trabalho — é trazer novas abordagens de forma mais assertiva às migrações negras do Sudeste cafeeiro para a História Social da cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição.

Nesse sentido, queremos propor, em primeiro tópico, uma análise da Casa de Detenção a partir dos migrantes encontrados nessa fonte, contudo, trazendo uma perspectiva para além da criminalidade e da marginalização. Neste capítulo, discutiremos as visões historiográficas sobre as migrações negras — que perpassam por debates de interpretações que visavam somente entender os valores econômicos das migrações e, consequentemente, davam somente o espaço à marginalidade desses indivíduos, assim como também discutiremos os novos estudos na área, que trazem novas percepções sobre ações e estratégias ligadas a valores de liberdade e cidadania a partir das próprias vivências dessas migrações. Além disso, analisaremos a Casa de Detenção utilizando os migrantes negros como fio condutor para discorrer sobre a racialização das leis do Código Penal de 1890, e para compreender as formas e estratégias que os migrantes lidavam com essas leis, especialmente as que envolviam o artigo 399 — abandonando, assim, os modelos de passividade. Aqui não ficaremos restritos apenas à Casa de Detenção, mas também iremos incorporar outros presídios nas discussões, como a Casa de Correção e a Colônia Correcional de Dois Rios, locais no qual alguns desses migrantes também foram destinados.

### *1.1 – Migrações Negras no Pós-abolição*

Nessa primeira parte, discutiremos algumas das diversas análises já produzidas acerca das migrações negras no pós-abolição. Em vista de proporcionar a reflexão sobre os debates sociológicos e historiográficos referentes ao tema, buscaremos estabelecer uma linha de raciocínio que conduza ao porquê da escolha do modelo de abordagem que iremos adotar durante todo o trabalho construído nesta dissertação. Nesse sentido,

teremos como finalidade não só nortear debates essenciais para compreender o tema, mas também apresentar novas perspectivas para entender as migrações negras do Sudeste cafeeiro para a cidade do Rio de Janeiro, entre 1920-1940.

As migrações negras, como objeto de estudo no pós-abolição, não são uma novidade no campo internacional, principalmente quando olhamos para os Estados Unidos. No final do século XIX, o sociólogo W.E.B. Du Bois em “The Philadelphia Negro” (1899) destacou em sua pesquisa elementos para entender fenômenos migratórios que estavam ocorrendo nos Estados Unidos, da área rural para a urbana, no período que antecedeu à Primeira Guerra Mundial. Em sua análise, Du Bois estabeleceu uma conexão das migrações como uma importante força para o aumento da predominância da população negra norte-americana na Filadélfia. O autor também desenvolveu a ideia que essas migrações eram indiretas, ou seja, eram feitas de forma gradual: primeiramente saíam da área rural para uma cidade pequena e urbana próxima, em sequência para uma cidade maior e, por último, chegavam em locais mais populosos, como a Filadélfia<sup>11</sup>. Entretanto, Du Bois analisou as migrações de forma superficial e que pouco ou quase nada significavam as experiências negras nesses percursos. Além disso, o autor via as migrações como um fator negativo, o qual usava para exemplificar os índices de criminalidade, e atribuindo-os aos migrantes Afro-americanos eram como seres patológicos. Sendo assim, a análise do autor trouxe uma visão negativa desses fluxos migratórios, além de incluir poucos dados que refletiam nas causas por trás das migrações.

Além de Du Bois, outros autores norte-americanos buscaram analisar as migrações naquele país. De acordo com Joe William Trotter Jr, houve um movimento nas análises antes e após a Primeira Guerra Mundial que buscaram dialogar entre si os estudos sobre migrações negras. A finalidade, no entanto, era observar as migrações num contexto racial para os interesses de segurança nacional governamental, ou seja, de encontrar os “problemas” que estavam se manifestando nas cidades com as migrações, atrelando-os à criminalidade, ao divórcio e às taxas de natalidade ilegítimas<sup>12</sup>. Estavam

---

<sup>11</sup> W.E.B. Du Bois. *The Philadelphia negro: A Social Study* (1899; reprint, New York: Schoken Books, 1967) p. 73. Apud TROTTER, JR. Joe William (Org.) *The great migration in historical perspective: new dimensions of race, class and gender*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991, p. 2-3

<sup>12</sup>TROTTER, JR. Joe William (Org.) *The great migration in historical perspective: new dimensions of race, class and gender*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991. p.9

preocupados no volume, nas direções e nas fontes daquelas migrações. Por outro lado, tratavam esses migrantes como seres irracionais e fora do seu próprio controle, em demanda de uma “febre migratória” em busca de empregos em áreas industriais<sup>13</sup>. Dessa forma, as forças externas estavam sempre à frente dos contextos migratórios.

Os estudos da Grande Migração nos Estados Unidos seguiram a aderência desse modelo de análises a partir das forças externas, conhecido como “push-pull”. Essas forças, traduzidas como “atração e expulsão” seriam os principais exemplos aplicados para explicar as migrações negras que estavam ocorrendo do Sul para o Norte estadunidense. Os fatores de “expulsão” do Sul estavam ligados à desorganização na agricultura e nos melhores salários oferecidos nas indústrias do Norte do país, que serviram de “atração” para a população negra decidir sair às pressas, deixando tudo para trás, inclusive família, amigos e seus trabalhos no Sul<sup>14</sup>. Com isso, os principais componentes que explicavam as migrações estiveram subordinados a uma vontade de mercado, que embarcavam o mais rápido possível no próximo trem rumo ao Norte.

Esse modelo sofreu desgastes com o tempo e fora alvo de críticas por historiadores americanos da década de 1980. As considerações levantadas questionavam a historiografia e a sociologia por não acompanharem as ações políticas, sociais e econômicas da população negra<sup>15</sup>. Os moldes econômicos não eram fortes o suficiente para explicarem as migrações — e muito menos para dar um significado real a elas. A partir disso, o autor norte-americano James Grossman, ao pesquisar sobre migrações negras para Chicago, buscou aplicar as possibilidades políticas, sociais e econômicas num conjunto para construir motivações consistentes que dessem maior significado a essas migrações. Para historiadores como Eric Foner, as ações dos libertos no pós-abolição eram uma forma de entender seus próprios conceitos de liberdade. No quesito de migrar, essa ação poderia representar muito além das simplistas causas econômicas, teriam um significado único, no qual exercer o direito de viajar, de ir para lugares era uma forma de se entender livre<sup>16</sup>. Dessa maneira, Grossman complementa essas noções

<sup>13</sup>TROTTER, JR. Joe William (Org.) *The great migration in historical perspective: new dimensions of race, class and gender*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991. p. 7

<sup>14</sup> Idem

<sup>15</sup> GROSSMAN, J. *Land of hope: Chicago, Black Southerners, and the Great Migration*. Ed. Chicago Press, 1989.

<sup>16</sup> FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 p. 14 apud DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na

de liberdade de Foner a partir das motivações<sup>17</sup> que implicava entender de forma racional as angústias, medos, esperanças, metas e valores dos libertos. Grossman relatou que os escravizados durante a Guerra Civil foram forçados a migrarem para diversas partes do país, e, por conta disso, após a abolição, os ex-escravizados migravam para fazendas próximas, em constante migrações, de fazenda em fazenda, dando um significado à sua liberdade. Outros migraram em busca de suas famílias. Essas motivações tinham significados que simbolizavam os valores essenciais. Provar que tinham controle sobre o seu trabalho e de sua família era uma forma de exercer a sua liberdade<sup>18</sup>. A forma de associar a sua independência e liberdade criou um vínculo com a terra, pois a partir da subsistência e o controle do seu próprio trabalho, desassociavam-se dos vínculos com os brancos. A busca pela terra levou a pequenas migrações, assim como outras motivações que levavam as pessoas a procurarem as cidades para melhores redes de sociabilidade, como igreja e escolas, uma maior aproximação à política e um acesso mais favorável à economia, visto que as fazendas enfrentavam pragas na produção do algodão. Dessa forma, incluiu-se a economia como um fator desse processo — mas não o principal, e muito menos o mais importante. As migrações negras passaram a ser um misto de processos sociais, políticos e econômicos, mas não como um reflexo de forças maiores, e sim formadores de tais forças<sup>19</sup>.

Assim como nos Estados Unidos, a princípio, os estudos sobre migrações negras após a abolição no Brasil também tiveram uma imagem negativa. Para José Murilo de Carvalho, a abolição foi um processo que aumentou a população na Capital Federal, visto que os ex-escravizados das fazendas cafeeiras seguiram forçadamente em busca de trabalho<sup>20</sup>. Essas “massas” que foram em direção a cidade do Rio de Janeiro sofreram para conseguir empregos e moradias, por conta de uma grande competição com os imigrantes, o que levou à segregação e à favelização<sup>21</sup>. Dessa forma, teriam sofrido os males de ficarem “à margem” da sociedade. Florestan Fernandes também associou essa marginalização do trabalho dos negros no pós-abolição como uma causa do processo do

*Cidade*”: Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Editora Appris, 2020. p. 150.

<sup>17</sup> GROSSMAN, J. Land of hope: *Chicago, Black Southerners, and the Great Migration* Op. Cit. p.18.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>19</sup> TROTTER, JR. Joe William (Org.) *The great migration in historical perspective: new dimensions of race, class and gender*. Op. Cit p. 9.

<sup>20</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p 18.

<sup>21</sup> Carlos Eduardo C. "Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888- 1940)." Topoi, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015. p. 105.

seguimento para as periferias nas cidades. O que vemos nesse contexto acadêmico, é, novamente, uma valorização das forças externas agindo em torno dos migrantes. As abordagens historiográficas do pós-abolição no Brasil repetiram o papel dos libertos — e dos migrantes do Vale do Paraíba — como seres passivos e sem controle das suas próprias ações. De acordo com o historiador Álvaro Nascimento, a narrativa negativa em torno dos acontecimentos dos negros após a abolição também estivera destacada nos livros didáticos<sup>22</sup>, através dessas percepções de marginalidade e criminalidade construídas com autores debatidos acima, como por exemplo do sociólogo Florestan Fernandes. Com isso, a discussão estava mais ligada às consequências da escravidão e ao desenvolvimento da sociedade de classes do que necessariamente os problemas estabelecidos no pós-abolição, evitando assim debates mais aprofundados sobre preconceito e discriminação racial. O sociólogo argentino Carlos Hasenbalg, diferente de Florestan, concluiu que a desigualdade no pós-abolição estava relacionada a um padrão tradicional de relações raciais de hierarquias: de poder, riqueza e prestígio<sup>23</sup> dos brancos, que após a abolição estiveram numa mudança dinâmica das formas de estabelecer preconceito e discriminação racial, sendo atualizadas ao novo contexto. Contudo, apesar dos apontamentos de Hasenbalg, as narrativas historiográficas continuaram retratando apenas uma concepção marginalizada e negativa sobre os significados que as migrações negras carregavam, como também sobre a suposta “migração em massa” para a Capital Federal logo após a abolição, como vimos com o historiador José Murilo de Carvalho.

Todavia, outros autores nesse percurso apresentaram novas perspectivas da historiografia do pós-abolição, a fim de reestruturar as relações negativas criadas anteriormente. Historiadoras como Ana Lugão Rios e Hebe Mattos questionaram o foco na marginalização dos libertos no mercado de trabalho e buscaram conduzir um diálogo com as experiências coletivas dos libertos do Sudeste cafeeiro a partir de suas ações e relações com a liberdade e escravidão. Com base nessa premissa, foram utilizados os depoimentos orais de descendentes de escravizados brasileiros como a fonte principal a ser explorada pelo projeto de memória do cativeiro da LABHOI-UFF, no esforço de produzir memórias que serviriam como embasamento histórico para entender a inserção

---

<sup>22</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira. "Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós abolição no ensino de história". in: Maria Aparecida Andrade Salgueiro (org.) *A república e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da república editora, 2005.

<sup>23</sup> HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 80.

social dos libertos após a abolição. As entrevistas produzidas conseguiram identificar memórias passadas de geração para geração com ressignificações dos descendentes da escravidão à liberdade. De acordo com Ynaê Lopes, a relação da cor negra à escravidão fora vista como sinônimo em diversas ocasiões, geralmente expressas nas documentações administrativas, em que indivíduos escravizados eram referidos pela cor para demarcar a condição da escravidão. Entretanto, a autora ressaltou que a possibilidade de alforria e a presença dos libertos na realidade do cotidiano brasileiro criavam expressões como “população livre de cor” nas documentações para diferenciar dos indivíduos escravizados. Ou seja, a menção da cor nos documentos era uma forma de demarcar as marcas da escravidão na pele da população negra, mesmo que livre — algo que a liberdade não conseguiria apagar<sup>24</sup>. Com isso, a cor branca era naturalizada como condição de liberdade, enquanto a cor negra era sinônimo de escravidão<sup>25</sup>. Desse modo, as formas de experiências, vivências, significados e possibilidades da liberdade não eram as mesmas quando vistas pela perspectiva das populações negras e brancas. Nesse aspecto, alguns pontos, como a descoberta da permanência dos recém-libertos, mobilidade e migrações foram analisadas a partir de suas vivências por Rios e Mattos. Em entrevistas realizadas por Rios, a historiadora analisou diversas trajetórias de filhos e netos de ex-escravizados, que, diferentemente do que se acreditava, apontaram para uma permanência dos libertos nas fazendas, que visavam acordos com fazendeiros ou procuravam por migrações menores, ainda dentro do meio rural. Rios apontou, ainda, que as migrações em massa não foram o objetivo principal dos libertos após a abolição da escravatura<sup>26</sup>. Nessas entrevistas, somente duas menções de parentes trouxeram a ida para o Distrito Federal como realidade<sup>27</sup>. Dessa forma, as relações entre pós-abolição e migrações em massa estariam ligadas a outros contextos e linhas temporais.

As migrações, portanto, eram possivelmente um temor maior do que a realidade projetada na Capital Federal. Assim como nos Estados Unidos, os pensamentos de um movimento desencadeado pelos processos econômicos e industriais eram suficientes para evidenciar que após a abolição os libertos teriam se deslocado em massa para a Cidade do Rio de Janeiro, às pressas, sem pensar em qualquer outra opção. De acordo

<sup>24</sup> SANTOS, Ynaê Lopes dos. Racismo brasileiro: uma história da formação do país. Editora: Todavia, 2022 p. 64.

<sup>25</sup>Idem.

<sup>26</sup> RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Ed. Civilizaçao Brasileira, 2005. Parte II Capítulo 2.

<sup>27</sup> DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade”: Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit p. 144.

com o historiador Carlos Eduardo Coutinho da Costa, muito desse imaginário já circulava nas propagandas de jornais no final da escravidão<sup>28</sup>. O medo e a preocupação do esvaziamento das fazendas tomaram conta dos proprietários num período em que o poder do controle senhorial se enfraquecia, e as negociações entre os cativos se tornavam cada vez mais desfavoráveis aos proprietários<sup>29</sup>. Com isso, as fugas se tornavam uma forma de negociação e não de evasão das fazendas, visto que em sua maior parte eram temporárias<sup>30</sup>. Por consequência, se estabeleceu um vínculo entre o medo, as fugas e a iminência da Abolição numa concepção de desorganização generalizada das migrações negras.

A migração para a região metropolitana do Rio de Janeiro teve seu ápice com os filhos e netos dos ex-escravizados do Vale do Paraíba<sup>31</sup>. O historiador Carlos Eduardo Coutinho da Costa se propôs a refletir sobre os panoramas sociais e econômico que levariam a essa migração, com foco na Baixada Fluminense<sup>32</sup>. Ao encontrar uma alta nas exportações de laranjas no local, o autor conseguiu informações cruciais a partir de fontes fragmentadas, como os censos, números de nascimentos e registros de nascimentos. Os censos mostravam que na Baixada Fluminense o maior índice de crescimento da população vinha de Nova Iguaçu, assim como nos cartórios com os números de nascimentos na região e também os registros de nascimento. Muitos desses registros de nascimento vinham de pessoas que se autodeclaravam, mostrando seu local de origem. Assim, constatou-se que uma grande parte do deslocamento do Vale do Paraíba ocorreu para a região de Nova Iguaçu. Além disso, Costa destacou que, no âmbito econômico familiar, levou-se em conta a ideia de que as condições financeiras não poderiam mais ser continuadas no campo pelas diversas razões alheias ao seu controle, como pragas e erosão do solo. O acesso à educação também chamava a atenção como um ponto valioso para a migração, visto que esse acesso ao ensino aos

<sup>28</sup> Ibidem, p. 147-151.

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> REIS, João José; Silva Eduardo. Negociação e Conflito – A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 63-64 apud DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade”: Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Editora Appris, 2020. p. 150.

<sup>31</sup> MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. “Experiência e narrativa – o pós-abolição como problema histórico”. In: \_\_\_. Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 Pp. 184-190.

<sup>32</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit.

filhos já era um pedido frequente aos senhores desde o período da escravidão<sup>33</sup>. E, como principal ponto-chave, o autor ressaltou que a migração era uma decisão coletiva familiar, já que haveriam custos altos ao migrar, pois surgiam muitas incertezas, como quando conseguiram um emprego, quando teriam o primeiro salário etc. Com isso, as migrações eram compostas por diversas motivações, sociais e econômicas, mas, no final, as decisões eram sempre conjuntas e familiares. Entretanto, apesar do autor trazer uma análise importante para mostrar para onde as migrações negras dos filhos e netos dos indivíduos do Vale do Paraíba tiveram maior aderência e propor significados a elas, as migrações para a Cidade do Rio de Janeiro não foram analisadas, e continuaram sem atualizações.

Dessa maneira, as abordagens de análise das migrações negras do Sudeste cafeeiro para a Cidade do Rio de Janeiro ainda possuem uma análise desatualizada e atualmente insuficiente para explicar não só as migrações, mas também as causas, as motivações e as trajetórias desses indivíduos na Capital Federal. Em uma abordagem mais atualizada, com o intuito de que seja possível analisar as trajetórias, as vivências, os significados das migrações e da cidadania, assim como as ressignificações vindas do campo, são necessários procurar pelos nomes. Em vista disso, a Casa de Detenção se apresenta uma ótima fonte aliada para essa finalidade — pois ela nos sinaliza a naturalidade, além de outras características importantes, como a cor. A historiadora Lucia Helena Silva utilizou das fontes da Casa de Detenção do município do Rio de Janeiro para traçar essas migrações, constatando que esses indivíduos das áreas rurais do Estado estiveram em fuga das concorrências no campo em relação aos imigrantes, da ausência de terras e do racismo<sup>34</sup>. Contudo, a autora não se aprofundou nas trajetórias dos indivíduos, em suas relações na cidade, na família, tampouco sinalizou o período dessas migrações<sup>35</sup>. Dessa maneira, as migrações negras das áreas rurais do Sudeste para a cidade do Rio de Janeiro permaneceram com uma lacuna aberta na historiografia.

---

<sup>33</sup> COSTA, Carlos Eduardo C. "Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888- 1940)." *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015. P. 107.

<sup>34</sup> SILVA, Lucia Helena de Oliveira. *Construindo uma Nova Vida: Migrantes Paulistas Afrodescendentes na Cidade do Rio de Janeiro no Pós-Abolição (1888-1926)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2001. Apud DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. "*Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade*": Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Editora Appris, 2020. p. 139

<sup>35</sup> Idem.

Sendo assim, o intuito dessa pesquisa é viabilizar uma historiografia que abrace todos os aspectos que envolvem as migrações negras do Vale do Paraíba e seus arredores rurais para a cidade do Rio de Janeiro. Apesar de usarmos a Casa de Detenção como meio de pesquisa, o que discutiremos nos próximos tópicos não são somente questões que envolvem o sistema criminal — essa será somente uma parte desta pesquisa. Mesmo parecendo paradoxal, a Casa de Detenção nos mostrará um ótimo meio de conseguir tirar os migrantes dessa linha da marginalidade tão enraizada na historiografia da Cidade do Rio de Janeiro, dando voz, assim, aos outros aspectos das vidas dessas pessoas na cidade.

### *1.2 – Um balanço entre Casa de Detenção e migrações negras*

Como apresentado no começo do capítulo, as análises dos migrantes negros do vale cafeeiro contaram com a procura destes na Casa de Detenção. Utilizando a metodologia da redução da escala de análise<sup>36</sup>, os dados analisados abrangem de 1920 até 1940. Nesse sentido, é importante identificar as características da fonte que iremos trabalhar, a fim de descomplicar as análises feitas a partir dela, assim como as relações dos migrantes frente a esse sistema prisional. Seguiremos, portanto, numa linha de raciocínio para retratar como esse sistema de prisão funcionava, como as leis eram aplicadas num contexto de racialização do Código Penal de 1890, focando no artigo 399. Para isso, iremos, primeiramente, focar nas complexidades em torno da Casa de Detenção.

Nas reformulações das punições como política governamental nacional, que reviam os moldes de castigos por exposição pública desde a época Colonial, consolidou-se, em 1834, a criação da Casa de Correção<sup>37</sup>, no Rio de Janeiro. De acordo com Amy Chazkel, a Casa de Correção foi inspirada em modelos de prisões estadunidenses, cujo foco mudava do meio exclusivamente punitivo para um ideal de regeneração a partir do trabalho, ou seja, a construção do exemplo abordado por Foucault de prisão: a de disciplinar. A Casa de Correção tinha celas separadas, locais de

---

<sup>36</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>37</sup> CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá C.; BRETAS, Marcos; COSTA, Marcos; MAIA, Clarissa Nunes (orgs). *História das prisões no Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 10.

trabalho para os presos e uma infraestrutura para abranger essas necessidades<sup>38</sup>. O trabalho nessa prisão era realizado coletivamente, no total silêncio, enquanto a noite eram isolados em suas celas<sup>39</sup>. A autora enfatiza que essa casa era apenas um dos projetos de reformulação do sistema prisional, mas o orçamento teria esgotado antes do término. Por isso, foi criado outra casa prisional, dessa vez com um caráter provisório: A Casa de Detenção.

Apesar da sua condição provisória, a Casa de Detenção se tornou parte definitiva do sistema prisional no Rio de Janeiro. Construída na área térrea da Casa de Correção, a Casa de Detenção não era o primeiro planejamento para aquele espaço, que originalmente seria destinado para a primeira penitenciária do país<sup>40</sup>, porém os planos foram deixados de lado pela urgência de um local para abrigar acusados ainda sem sentenças dos presos de Aljube<sup>41</sup> — um cárcere feito aos moldes das antigas punições e que se encontrava em total lotação. Em detrimento disso, a função da Casa de Detenção seria essa: abrigar presos que ainda não haviam recebido seus julgamentos, assim como aqueles que cometaram pequenos delitos e tiveram uma breve passagem dentro do local. Ou seja, enquanto a Casa de Correção seria o local de disciplina para corrigir a partir do trabalho, a Casa de Detenção seria o local para deter<sup>42</sup>.

Em relação a parte documental do local, a Casa de Detenção era composta por cinco livros. A composição dessa documentação pode ser encontrada na seção III do Decreto de 1.774, de 1856, que determina a divisão dos livros em algumas categorias. Aparentemente, essas divisões foram mantidas após o fim do Império. A primeira consistia nas guias de entrada e saída do local, em seguida as de óbito, logo após as de inventário e de contas correntes de presos sustentados pelo Estado, e, por último, um índice alfabético com o nome dos presos com referência dos livros em que são citados<sup>43</sup>.

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Cárceres imperiais. A Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional do Império. 1830-1861. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado: UFRJ, 2009. p.236.

<sup>40</sup> CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. Op. Cit. p. 10 apud AZEVEDO, Moreira de. O Rio de Janeiro e sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. v. 1, Rio de Janeiro, 1877, p. 441.

<sup>41</sup> ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Op. cit. p. 237.

<sup>42</sup> CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. Op. cit. p. 11.

<sup>43</sup> BRASIL. Decreto n.º 1774, de 02 de janeiro de 1856. Dá Regulamento para a Casa de detenção estabelecida provisoriamente na Casa de Correcção da Corte. Secretaria de informação legislativa. Rio de Janeiro. Seção III. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/394100/publicacao/15633315>>.

A fonte que utilizamos para essa pesquisa faz parte do primeiro livro citado — o guia de entradas e saídas da Casa de Detenção. Nesse livro, é possível encontrar diversas informações dos indivíduos que estavam detidos. Para exemplificar, trouxemos um molde das informações que essa fonte apresentava, uma de 1920 e outra de 1930. Na Referência de Imagem 1, vemos que os dados solicitados nos guias de entrada eram extremamente detalhados, com diversos campos para preencher: nome, nome dos pais, idade, instrução, profissão, nacionalidade, estado civil, residência, motivos da prisão, traje do indivíduo, características físicas e sinais característicos visíveis — que geralmente eram atribuídos a detidos que não tinham algum membro do corpo ou que apresentavam sinais de agressões físicas e ferimentos. No guia de saída, também na Referência de Imagem 1, encontramos mais informações como a pronúncia, as baixas na enfermaria, a data da saída e um local para observações.

Na Referência de Imagem 2, encontramos uma mudança no formato e nas informações requisitadas. Como podemos observar, há uma aglomeração de dados que antes não eram presentes, como o trâmite jurídico — as passagens, condenações, pronúncia, mandatos e outros processos — em conjunto com a identificação e matrícula. Nas matrículas de entrada, podemos verificar uma adição de informações não presentes anteriormente, como o “vulgo”, que geralmente consistia na reputação do indivíduo na cidade ou pela própria polícia, a naturalidade, a religião e também o acrescento da raça nas características físicas. Com isso, podemos constatar duas coisas: a primeira, que a Casa de Detenção é uma ótima fonte para quem busca informações detalhadas de indivíduos; a documentação se mostra muito além de um simples local de verificação de criminalidade, por isso escolhemos utilizá-la. A segunda contestação é que há uma mudança expressiva entre as épocas em relação ao formato da Casa de Detenção, e isso implica em mudanças nas coletas de informações. Além disso, apesar dos requisitos de informações na fonte serem extensos e detalhados, nem sempre eles eram preenchidos pelo escrivão.

As Figuras 1 e 2 consistem na imagem real do exemplo que usamos como referência. Para melhor compreensão da fonte, também optamos em trazê-la em sua forma original, assim é possível analisar as referências e poder observar o seu formato primário. Nelas, também se encontram as mesmas informações espelhadas na Referência de Imagem 1. Entretanto, no caso da fonte original, temos o exemplo de um

preenchimento feito pelo escrivão na Casa de Detenção. Nessa guia de entrada, encontra-se a passagem de Elyseu, na qual aparece dando “baixa na enfermaria”. O que podemos constatar nesses campos preenchidos, como explicado, é que nem todas as informações eram completadas, cabendo ao escrivão anotar o que considerava importante ou não estar presente nessa documentação.

Referência de Imagem 1 - Modelo do Guia de Entrada de detentos da Casa de Detenção de 1920

Número da Inscrição	Nome, filiação e outros dados
Data de entrada	Com guia do: à disposição do: Nome: Pai: Mãe: Idade: Nacionalidade: Instrução: Estado Civil: Profissão: Residência:
Da cutis: Dos cabelos: Dos olhos	Motivo da prisão: Trajava: Passou em .... de... de 19.... à disposição do Dr. ... Juiz da...
Um sinal característico visível	
N. do registro geral do Gabinete de Identificação	

(ao lado) Guia de Saída

Pronúncia	Entradas na Enfermaria	Saída	Observações

**Fonte:** Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1920-1930)

Referência de Imagem 2 - Modelo do Guia de Entrada de detentos da Casa de Detenção de 1930

Entrada em:

Matrícula:

Apresentações – condenações – mandados – passagens – pronúncias

Remetente	Documento	N.	Dia	Mês	Ano	Destinatário	Assunto	Outros Expedientes	Anotado por

Matrículas anteriores:

Identificação: Primário ou não:

Nome:

Outros nomes que usa:

Vulgo: Idade:

Filiação

Nacionalidade: Naturalidade: Instrução:

Prolé: E. Civil: Religião: Profissão:

Residência:

Guia do:

A disposição:

Como incurso no artigo:

Cuttis: Cabelos:

Bigode: Barba:

Olhos: Raça:

Traje:

Sinal característico visível:

Outros processos:

Ordem interna:

Saídas:

Observações

**Fonte:** Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1930-1940)

Figura 1 – Guia de entrada da Casa de Detenção de Elyceu Alves da Silva (1923)

<p>Nº 229</p> <p>COR</p> <p>DATA DA ENTRADA 12 Fevereiro 1955</p> <p>de cutis Rufa dos cabellos pretos des olhos pretos Barba negra bastante</p> <p>Um sinal característico visível</p> <p>C</p>	<p>NOME, FILIAÇÃO E OUTROS DADOS</p> <p>Com guia da 22 Delegacia de polícia à disposição do 22 Delegado de polícia</p> <p>Name Juscelino Mires da Silva Pare Cipriano Souza da Silva Mãe Amélia Maria de Lima Idade 37 anos Instrução Seca Profissão Pedreiro</p> <p>Nacionalidade Estado do Rio Estado civil Solteiro Residência Praça Rego Freitas, 26</p> <p>Motivo da prisão Falso brincar com uma bicicleta no moinho Trava-se para evitar o desvio de bairros</p> <p>Passou em _____ de 19____ à disposição do Dr. juiz da</p> <p>Nº de registo geral da Unidade de Identificação 95</p>
--	--

**Fonte:** APERJ. CDDF. Notação MD-HN-146. Número de Registro 229. Ano 1923.

Figura 2 – Guia de saída da Casa de Detenção de Elyceu Alves da Silva (1923)

Pronúncia	ENFERMARIA		SAIDA	OBSERVAÇÕES
	BAIXAS	ALTAS		
20 10 923	33 7 0	923	Apresentado ao 2º Delegado Carloso Júnior 5-3-923, nenh um ofício al to de enfer madas em	

**Fonte:** APERJ. CDDF. Notação MD-HN-146. Número de Registro 229. Ano 1923

Com isso, podemos observar que a fonte da Casa de Detenção possui uma versatilidade de mudanças nas informações registradas de acordo com os anos. O que precisamos elucidar de forma a compreender os desdobramentos dessa pesquisa, é que essas mudanças ocorrem por diversos motivos, sendo o mais aparente relacionado às inúmeras possibilidades sociais do cotidiano misturadas ao que pretendia-se registrar como importante nas documentações. O que queremos elucidar é que as pesquisas feitas em anos diferentes podem variar nas informações obtidas. Nos anos anteriores a 1920, na Casa de Detenção, por exemplo, era possível encontrar o local de origem exato dos indivíduos no campo da “nacionalidade” descrevendo, inclusive, os nomes das cidades. Apesar de, nos anos de 1930, apresentar a “naturalidade” como dado a ser preenchido, esses ainda não informavam com precisão as localidades como os do começo do século. Como trabalhamos com o recorte de 1920 a 1940, essas informações não são tão exatas, e perdem um grande potencial para identificar os migrantes do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro. Contudo, isso não impediu a localização de migrantes negros, já que ainda havia a diferenciação quando o indivíduo era do Distrito Federal, de outro estado, ou do Estado do Rio de Janeiro. E a cor, como podemos notar acima, sempre foi um dado presente e constante em seu preenchimento. Por isso, optamos por estabelecer os migrantes que vinham do “Estado do Rio” e do “Estado de Minas Gerais” de cor parda/preta, e variantes como moreno, pardo claro, pardo escuro etc, como os migrantes que iríamos colher e passar para o banco de dados, assim como os que, às vezes, deixavam passar a localidade exata por alguma razão. Dessa forma, iremos considerar migrantes do Estado do Rio/Minas Gerais que não sejam do Vale do Paraíba, mas acreditamos que muitos desses sejam do vale cafeeiro, apesar de não podermos expressar, aqui, os números exatos. Além disso, entre os primeiros anos de 1920, aparentemente foram perdidos alguns livros dessa documentação, sendo assim não fora possível obter informações de todos os meses ao banco de dados. Ademais, entre 1924-1926, a fonte apresentou informações confusas e não-lineares quando comparada aos anos anteriores, consistindo com problemas de informação da naturalidade dos indivíduos, que foram muitas vezes descartadas, considerando apenas a nacionalidade brasileira. Após 1926, o problema se tornou padrão, e os dados da localização se tornaram em definitivo muito vagos, apenas constando as entradas pelo país de origem e não mais pela naturalidade, ou seja, todos os migrantes nacionais começaram a ser englobados como “brasileiros”. Por isso, a análise dos anos posteriores a 1926 foram prejudicadas até 1930. Por essas questões, muito possivelmente deixamos muitos

migrantes negros fora das tabelas que poderiam agregar ainda mais a este trabalho. Contudo, vale ressaltar que, após 1930, os dados voltam a informar os Estados, e os livros aparentemente não sofreram perdas, por isso as análises completas até 1940 não foram prejudicadas.

Mesmo com os dados prejudicados, ainda assim poderemos analisar os migrantes negros interagindo na cidade por todo esse período, incluindo, também, antes de 1920. Nos requisitos quantitativos, perdemos vários dados que poderiam ser incluídos neste trabalho se não tivéssemos a falta da origem dos migrantes pelo período de tempo exposto, porém, pretendemos abranger essas lacunas com trajetórias de indivíduos que circulavam pela cidade durante 1910 até 1950. Acompanharemos alguns núcleos principais, enquanto outros também serão apresentados aqui, porém com menos informações<sup>44</sup>. Para isso, utilizamos os conceitos de fronteira produzidos por Frederick Barth para compreender esse grupo étnico<sup>45</sup>. Com isso, a Casa de Detenção é um ótimo lugar para encontrar essas fronteiras construídas, o choque entre elas e os limites estabelecidos.

Entretanto, a Casa de Detenção não foi a única documentação que construiu essa pesquisa. A partir dessa fonte, é possível fazer o cruzamento entre outras fontes utilizadas nessa pesquisa, dos jornais da Hemeroteca Digital e o Family Search, nas quais procuramos usar seus nomes como guia, a partir da metodologia do historiador italiano Carlo Ginzburg. Dessa forma, preencheremos os espaços que faltaram com as trajetórias de vida dos que foram possíveis localizar nessas três fontes.

Dito isso, nesta pesquisa, levantamos um banco de dados com todas as informações encontradas na Casa de Detenção a partir da delimitação exposta

<sup>44</sup> As trajetórias de mulheres migrantes são outro fator que precisamos destacar aqui. A pesquisa na Casa de Detenção se desdobrou a partir da busca pelas datas que caberiam ao recorte da pesquisa. Nesses dados com o recorte feito, ao longo da coleta de dados, a presença nula das mulheres nos livros trouxe uma grande inquietação. A pergunta era sempre a mesma: por que as mulheres sumiram? E a resposta não aparecia. Porém, em uma das últimas consultas no arquivo digital, por acidente, não organizei os dados por ordem de recorte temporal. Enquanto passava as páginas procurando o livro que parei, me deparei com um livro que não havia visto antes. Ao abrir esse livro, encontrei a resposta: as mulheres não sumiram da Casa de Detenção, elas apenas estavam em fileiras desorganizadas na pasta, enquanto a dos homens eram organizadas e, por sinal, muito mais volumosas. Por isso, por uma falta de tempo, e também pelo empecilho da falta de informação das regiões, muitas vezes fornecidas pela fonte apenas como “brasileiras” ou sem nenhuma informação, as migrantes mulheres serão um volume muito pequeno a ser incluído nos dados, mais especificamente apenas de 1924. Não iremos abordá-las diretamente nesta dissertação, somente indiretamente, pelas famílias nucleares nas trajetórias estudadas.

<sup>45</sup> BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.

anteriormente. Nesse banco, coletamos o total de 3.255 indivíduos, de 1920 até 1940, considerando a lacuna de 1926 até o começo de 1930. Nesses dados, entre as inúmeras informações que se encontram na Casa de Detenção, qualitativamente trabalhamos com as seguintes categorias: ocupações, moradias, instrução, idades e estado civil. Com base nesses dados, buscamos trazer as ações dos migrantes na cidade, a partir das escolhas das ocupações, moradias, instrução, idade que vieram e se vieram casados ou formaram famílias na cidade do Rio de Janeiro. Junto a isso, discutimos algumas trajetórias que exemplifiquem e aprofundem esses temas. Ademais, também trabalharemos com informações da Casa de Detenção de forma não-quantitativa, com a aparição de declarações nas observações dos próprios migrantes a partir de 1930. Dessa forma, a partir desses caminhos traçados, procuramos trazer novas perspectivas de análise das migrações negras na cidade do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar, entretanto, que esse levantamento de dados da Casa de Detenção não pode ser entendido de forma demográfica. Os números conduzidos nesta pesquisa não têm a intenção de trazer uma representação desses migrantes negros na cidade Rio de Janeiro como um todo. As tabelas e os dados expostos à frente neste trabalho têm a intenção de mostrar tendências entre os próprios migrantes detidos e analisados somente dentro da Casa de Detenção. Com isso, apesar de estar presente nesta pesquisa tabelas com porcentagens, essas somente são válidas quando tratadas apenas para esse contexto prisional.

Para darmos início as análises e trazermos uma ligação com as explicações fornecidas sobre a Casa de Detenção, voltaremos a história retratada no início deste capítulo. Na história de Elyseu, acompanhamos uma prisão realizada sem um motivo aparente em seu relato aos jornais. A partir da Casa de Detenção e dos relatos pessoais de Elyseu aos jornais, iremos analisar as ações e estratégias usadas — dentro e fora da prisão — desse migrante e conduzir um debate sobre a racialização das leis e policiamento da época, além das reputações estabelecidas na cidade.

### *1.3 – Os limites impostos: relato e experiência de um migrante negro nos sistemas prisionais do Rio de Janeiro*

Neste capítulo, iremos analisar o sistema prisional da Casa de Detenção a partir da funcionalidade da lei e, principalmente, do artigo 399 do Código Penal de 1890,

assim como o relato do migrante Elyseu, em suas ações e denúncias. Sendo assim, observaremos as características em volta desse artigo, o qual era usado para aplicar a lei da vadiagem e em como esse termo, inclusive, se tornou muito utilizado para racializar as leis e as atitudes policiais. A polícia do Rio de Janeiro usava desse artigo de acordo com suas próprias noções do que consideravam como vadiagem. Dessa maneira, estabelecer relações na cidade e ser conhecido em suas redes de sociabilidade pelos seus ofícios e reputação poderia ser uma boa forma de conseguir desviar dos olhares policiais na cidade — e, mesmo assim, ainda poderia não ser o suficiente para lidar com as questões raciais envolvidas no processo. Além disso, como retrata a historiadora Popinigis, não era a ocupação que definiria os trabalhadores como “vagabundos” e sim os poderes públicos de aceitar ou condenar o panorama “moral” de seus comportamentos<sup>46</sup>. Dessa forma, iremos analisar os migrantes ligados a esse artigo dentro dos sistemas prisionais entre Casa de Detenção-Casa de Correção-Colônia Correcional de Dois Rios.

O combate à ociosidade estava diretamente ligado a um processo de racialização. A lógica do trabalho liberal era praticamente o oposto dos projetos de liberdade que os libertos buscavam no pós-abolição. Na Jamaica, por exemplo, os libertos, mesmo passando por um processo de “aprendizagem” para seguirem os moldes liberais de trabalho, o rejeitaram quando se viram livres<sup>47</sup>. No Brasil, a abolição da escravidão possibilitou a negociação das condições de trabalho, o que também tinha um propósito na contramão do liberalismo<sup>48</sup>. Esse fracasso do liberalismo precisava se apoiar em justificativas que culpassem os sujeitos pela sua não-adherência, e não o conflito de interesses que gerava esse choque. Com isso, ao não seguirem os moldes liberais, os libertos estariam buscando a ociosidade, o não-trabalho e a criminalidade. A narrativa dos negros não se adaptarem ao trabalho viera dessa justificativa das frustrações liberalistas que mais tarde se tornariam a principal causa de prisões dentro da Casa de Detenção: a vadiagem.

<sup>46</sup>POPINIGIS, F. Proletários de casaca: trabalhadores no comércio (Rio de Janeiro, 1850-1920). Campinas: Unicamp, 2007. p. 67

<sup>47</sup>HOLT, Thomas, *The problem of freedom race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. The Johns Hopkins University Press, 1992.

<sup>48</sup>Para mais informações consultar FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade. história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Unicamp, 2006 e RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Ed. Civilizaçao Brasileira, 2005.

Não somente a ociosidade seria vinculada à cor, mas também à violência. Nos Estados Unidos, no período de Reconstrução, os negros conseguiram conquistar alguns espaços, como na política, a partir do Partido Republicano, que garantia certa atuação governamental<sup>49</sup>. Os movimentos que vinham ganhando força com a atuação dos negros na política e nas ruas pela reforma agrária e por melhores condições de salário por meio de greves entraram em confronto com os brancos. Nesse embate, esses movimentos sofreram uma reinterpretação racial, em que a população negra norte-americana começou a ser associada a partir da cor com violência e desordem. Rebecca Scott apontou que esse discurso, propagado através das linhas de cor, foi ativo no processo de Redenção no qual a população e os ativistas negros perderam os direitos e a atuação política ganhas no período anterior. No pós-abolição, as democracias liberais tenderam a usar do próprio artifício democrático para excluírem os negros dos espaços políticos e formularem leis racializadas através da construção desses discursos que os colocavam como ameaça à sociedade civilizada<sup>50</sup>.

Na recém-república brasileira, o código penal de 1890 era acompanhado de leis com certas ambiguidades em alguns artigos, principalmente o que era destinado à vadiagem. O artigo 399, no qual classificava esse termo, não determinava, diretamente, o que significava ser “vadio”, “desordeiro” ou o que definiria a ociosidade. Com isso, ficava a cargo dos policiais averiguarem nas ruas quais comportamentos configurariam esses termos, o que dava um grande poder à polícia de aplicar a justiça como bem entendia nas ruas<sup>51</sup>. Chazkel argumentou que o uso frequente desse artigo serviu para controlar e julgar comportamentos do cotidiano na cidade, e fechar cada vez mais as ações que seriam ou não aceitas, até mesmo aquelas que eram toleradas no Império. Dessa forma, a polícia tinha o aval de uma lei, pois não havia consenso jurídico quando se tratava em prender quem achasse suspeito.

A Casa de Detenção, que criada como uma casa de prisão provisória, se tornou permanente entre o Império e a República — o que deu espaço para a existência desse sistema de policiamento. Essa transição de poder acalorou o embate e a grande

<sup>49</sup>SCOTT, Rebecca J. “Fronteiras móveis, linhas de cor e divisões partidárias em Louisiana e Cuba”. in: COOPER, Fredrick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Ed. Civ. Brasileira, 2005. p. 163

<sup>50</sup>Ibidem, p. 163-164

<sup>51</sup>CHAZKEL, Amy. *Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República*. Op. cit. p. 13-14

preocupação com os pequenos delitos, uma discussão sobre quais comportamentos seriam enquadrados nesses crimes de categoria mais branda<sup>52</sup>. A existência da Casa de Detenção como um lugar à parte em que se prendia provisoriamente se tornou um espaço direcionado a uma categoria de criminalidade que seriam destinados esses crimes mais amenos, ou seja, aqueles que seriam enquadrados na questão moral, como a vadiagem. Com isso, a Casa de Detenção tornou possível a prisão a partir de comportamentos. E essa limitação dos comportamentos afetou diretamente os migrantes negros que vieram para a capital.

A partir de 1910, a Casa de Detenção deixou de ser apenas um local de apreensão e passou, também, a utilizar o trabalho dos detentos. Por ter sido construída a caráter provisório, a Casa de Detenção não possuía os moldes necessários para o que era proposto como método prisional para “disciplinar” através do trabalho<sup>53</sup>. As celas não eram individuais, não havia um espaço adaptado para o trabalho dos presos e não havia uma distinção entre os presos de crimes mais brandos e os mais violentos. Essa falta de estrutura da Casa de Detenção criou uma narrativa de falha dos sistemas prisionais. Chazkel salientou que se acreditava que o molde feito provisoriamente da Casa de Detenção não poderia funcionar efetivamente, pois não cumpria o papel de isolar os presos a partir dos crimes, e essa “mistura” supostamente geraria um aprendizado à criminalidade entre os detidos, que variavam de acusações.

Porém, com o crescimento dos índices de prisões, o fracasso do modelo de reabilitação do século XIX não ficou restrito somente à infraestrutura da Casa de Detenção. De acordo com o historiador Marcos Luiz Bretas, a frustração criada na incapacidade de “recuperar” os detentos construiu novas explicações para tal ocorrido, recorrendo à literatura e às representações científicas do século XIX para representarem a figura do criminoso e do cidadão de bem com uma dicotomia: os criminosos seriam seres diferentes que não sabiam se civilizar, como seres “bárbaros”<sup>54</sup>. Naturalmente, essas questões foram sendo incorporadas, coexistindo dois povos diferentes — os civilizados e os bárbaros. O autor retrata que a forma na qual os criminosos eram

<sup>52</sup> Ibidem, p. 13-14

<sup>53</sup> CHAZKEL, Amy. *Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República*. Op. cit. p. 20-21.

<sup>54</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *O que os olhos não veem: histórias das prisões do Rio de Janeiro*. In: ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá C.; BRETAS, Marcos; COSTA, Marcos, MAIA, Clarissa Nunes (orgs). História das prisões no Brasil. 2 vols. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 209

retratados muito se parecia com a visão que tinham dos escravizados, que seriam seres incapazes de fugir dos comportamentos incivilizados. Dessa forma, esse pensamento teria sido ressignificado para a criminalidade, pois, de acordo com o autor, se o papel do proprietário era controlar os escravizados, após a abolição esse papel seria dado ao Estado, dessa vez para controlar essa população<sup>55</sup>. Como retrata Chalhoub, no pós-abolição, a população negra fora englobada permanentemente nas “classes perigosas” pela sua suposta incapacidade de conseguir entender a lógica do trabalho sem um senhor, ou seja, todos estariam, de alguma forma, ligados à criminalidade e à ociosidade<sup>56</sup>. Dessa forma, podemos associar quem eram os suspeitos preferenciais, o que incluía os migrantes negros, não por serem migrantes, mas sim pela cor.

As brechas nas leis não eram a única forma que os policiais exerciam a justiça à sua própria maneira. A historiadora Amy Chakzel relatou que, desde a década de 1880, a Casa de Detenção registrava algumas prisões com “motivo não declarado”<sup>57</sup>, o que inquietava o ministro da justiça na época. Contudo, esses episódios continuaram acontecendo, e, por mais que fossem engavetadas, os indivíduos acabavam cumprindo um período de prisão no local, sendo somente possível a saída com pagamento de fiança<sup>58</sup>. No banco de dados aqui analisados, encontramos 17 casos de migrantes negros que foram presos sem nenhum tipo de declaração pela qual estavam dando entrada na Casa de Detenção; desses, dois tinham o registro de 1920, um de 1921, um de 1923, sete de 1922, dois de 1931, um de 1935, dois de 1936, e um de 1938<sup>59</sup>. Nas observações da fonte, localizamos diferentes informações que relatavam quais teriam sido seus destinos. Desses 17, quatro foram para dar baixa na enfermaria — motivo, inclusive, muito comum do Chefe de Polícia de trazer detentos doentes para a enfermaria da Casa de Detenção, tópico que abordaremos posteriormente. Outros seis cumpriram o tempo da prisão, mesmo sem declaração do motivo do qual foram presos, dois foram

<sup>55</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *O que os olhos não veem: histórias das prisões do Rio de Janeiro*. Op. Cit.

<sup>56</sup> CHALLHOUB, Sidney. Cortiços e classes perigosas. In.: *Cidade Febril*. Companhia das Letras, 1996.

<sup>57</sup> Ibidem.

<sup>58</sup> HERTZMAN, Marc Adam. *Workers into Vagrants: Policing Rio de Janeiro before (and after) Music was the Point, 1890-1940*. Tese de Doutorado, University of Wisconsin, 2005, p. 8.

<sup>59</sup> APERJ. CDDF Notação MD-HN-138. Número de Registro 698 e 288. Ano 1920. APERJ. CDDF. Notação MD-HN-142. Número de Registro 1919, 111 e 115. Ano 1921-22. APERJ. CDDF. Notação MD-HN-143. Número de Registro 800 e 844. Ano 1922. APERJ. CDDF. Notação MD-HN-144. Número de Registro 1145, 1448 e 1450. Ano 1922. APERJ. CDDF. Notação MD-HN-147. Número de Registro 1004. Ano 1923. APERJ. CDDF. Notação MD-HN-177. Número de Registro 901. Ano 1931. APERJ. Notação MD-HN-178. Número de Registro 1435. Ano 1931. APERJ. CDDF. Notação MD-HO-031. Número de Registro 1528. Ano 1935. APERJ. CDDF. Notação MD-OH-038. Número de Registro 375. Ano 1936. APERJ. CDDF. Notação MD-OH-044. Número de Registro 3384. Ano 1936. APERJ. CDDF. Notação MD-OH-056. Número de Registro 1584. Ano 1938.

mandados para a Correcional de Dois Rios e cinco foram soltos. Ao que parece, a fiança não era algo que buscavam ou tinham condições de pagar.

Ademais, a polícia também se baseava nas reputações dentro da cidade e em relatos de testemunhas para deter. A Casa de Detenção não era destinada apenas às pessoas que cometiam crimes, mas também por “serem” algo. No caso analisado por Chakzel, ser “conhecido” por algo já era motivo para ser levado sob custódia, ou seja, ser “conhecido” por ser vagabundo, desordeiro e outros termos utilizados era definido a partir da análise da moralidade da polícia ou das pessoas da cidade. Mesmo sem nenhum ato que, para os policiais, soasse o suficiente para fazer justiça à sua própria maneira, os sujeitos poderiam ser presos. Ao que parece, “ser conhecido” e “estar nas ruas” já era o bastante, enquanto ser reconhecido como tal pela própria comunidade também poderia gerar um peso significativo. Como os policiais se baseavam no que ouviam na cidade<sup>60</sup> e nos seus próprios julgamentos, a reputação era um detalhe que, provavelmente, poderia influenciar nas prisões, o que reforça as reputações terem um significado para os migrantes negros que vinham de outros locais e precisavam se adequar à essa nova dinâmica na cidade, a qual precisavam estabelecer estratégias. Contudo, as estratégias poderiam ser malsucedidas, e a cor também era um estigma gravado na pele do qual não era possível fugir. As evidências de pesquisadores apontam que a grande parte das pessoas presas por pequenos crimes e delitos, àqueles que tinham intenção de controlar comportamentos, eram negros<sup>61</sup>. No caso dos migrantes negros, é possível encontrar várias prisões cujo o motivo seria “ser algo”. Nos dados dos migrantes negros na década de 20 e 30, o mais comum era encontrar artigos penais sendo utilizados para classificar os crimes, mas não era incomum que encontrássemos esses migrantes sendo apreendidos por serem algo. Alguns dos termos encontrados eram “ser ladrão”, “ladrão e vadio conhecido”, “por ser ladrão e nocivo a tranquilidade pública”, “por segurança pública” e “por ter regressado da Colônia Correcional”<sup>62</sup>. Sendo assim, teriam duas formas de reputação: aquela que era construída pela

<sup>60</sup>CHAZKEL, Amy. *Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República*. Op. Cit. p. 31 Apud HERTZMAN, Marc Adam. *Workers into Vagrants: Policing Rio de Janeiro before (and after) Music was the Point, 1890-1940*. Tese de Doutorado, University of Wisconsin, 2005, p. 7.

<sup>61</sup>CHAZKEL, Amy. *Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República*. Op. Cit. 29 ; MATTOS, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na Cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1991, p. 89-91. ; ADAMO, Sam. *The Broken Promise: Race, Health and Justice in Rio de Janeiro, 1890-1940*. Ph.D. Diss, University of New Mexico, 1983, p. 196-201.

<sup>62</sup> APERJ. Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1920-1940).

reincidência, com já ter passagem na Colônia Correcional, e aquela que relacionava à vadiagem, como sempre, vaga, com um tipo de crime também vago, como “ladrão”. As duas parecem ser relacionadas à mistura do que era construído na cidade com o senso moralista e racista dos policiais. O reflexo desses comportamentos racializados incorporados pela polícia podem ser vistos até atualmente, quando se trata das abordagens policiais e as “passagens na polícia”.

Em decorrência de todas essas lógicas estabelecidas na cidade, nos sistemas prisionais e na polícia, é possível observar a representação desse cotidiano nos jornais. De acordo com Maria Capelato, a imprensa exprime ideias e práticas do dia a dia em suas páginas de acordo com a sua época. Sendo assim, os jornais são um instrumento de jogo de manipulação entre seus interesses e suas políticas em conjunto com a intervenção da vida social, entre significados de diferentes grupos que consistiam no reflexo da sociedade e dos pensamentos que circulavam<sup>63</sup>. Como dialoga com Robert Darnton, os jornais não eram apenas fornecedores de informações de épocas passadas, mas também eram processos ativos dentro dos próprios acontecimentos, inseridos na História<sup>64</sup>. Dessa forma, numa racionalidade limitada, as descrições e os acontecimentos descritos nas matérias propostas pelos jornalistas na época estavam inseridos num contexto histórico, assim como toda a sociedade: de não saber os caminhos que se dariam para dali em diante. Desse modo, a análise das fontes jornalísticas precisa estar ligada a observar essa interação histórica não como verdades absolutas, mas sim como processos dentro da própria narrativa da época, que carregavam inúmeros significados consigo. Cabe ao historiador, dessa forma, visualizá-los.

Em vista disso, os jornais que noticiavam casos de polícia também criavam uma narrativa na cidade e contribuíam na formação da reputação. Esses meios de comunicação também possuíam uma ambiguidade entre suas narrativas. Por um lado, traziam denúncias importantes ao público, davam voz a partir de entrevistas e relatos pessoais como denúncia, como foi o caso dos Elyseu, enquanto em outros casos

---

<sup>63</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 21.

<sup>64</sup> DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996. p. 15.

reforçavam as ações policiais baseadas no comportamento que beiravam entre socialmente admissível ou o inadmissível<sup>65</sup>.

A vadiagem, no morro do Salgueiro, prolifera. Innumeros desocupados se acoitam ali, praticando condemnaveis excessos. Hontem, a policia do 17º distrito, dando ali uma batida, prendeu os desocupados Felippe Antonio Santiago, Euclides Lira, Santiago Rodrigues Domingues e Cecília Carolina de Jesus. Recolhidos ao xadrez da delegacia, vão todos ser processados por vadiagem, afim de fazerem uma “estaçao” na Colonia Correcional<sup>66</sup>

Como podemos observar, o trecho retirado do jornal *O Paiz* — que se declarava um jornal neutro, contudo, apresentava uma postura política aliada aos interesses republicanos e das ideias de progresso<sup>67</sup> — descreve um enquadramento de vadiagem no morro do Salgueiro, pelo qual teria como principal acusação a desocupação. Por não estarem na rua a motivo de trabalho, esses indivíduos foram enviados para Colônia Correcional, uma prisão de disciplina através do trabalho, para serem “reabilitados”. Essas pessoas eram vistas como potencialmente criminosas, enquanto a vigilância policial seria a detentora da ordem pública. A desaprovação desses comportamentos, como a “desocupação” na cidade pelo jornal é nítida, reforçando o uso da ação policial para repreendê-los. A noção vaga no código penal de 1890 sobre o artigo 399 dava a polícia a liberdade para enquadrar esses delitos, enquanto jornais progressistas como *O Paiz* legitimavam suas ações ao público, reforçando reputações e ideias de moralidade na cidade.

Entretanto, existia uma gama de jornais que circulavam pela cidade que apresentavam propostas e ideias diferentes. Entre eles, o jornal *A Manhã* e *O Jornal*, que mostravam uma posição de confronto das estruturas políticas da República Velha e uma aliança às causas populares<sup>68</sup>, recebiam testemunhos pessoais e denúncias dos populares

<sup>65</sup> Jornais como *Gazeta de Notícias* (1920-1929), *Correio da Manhã* (1910-1919), *O Paiz* (1920-1929), *O Jornal* (1920-1929), *O Manhã* (1925-1953).

Sobre a ação policial e práticas de poder e aplicação de justiça nas ruas procurar CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá C.; BRETAS, Marcos; COSTA, Marcos, MAIA, Clarissa Nunes (orgs). *História das prisões no Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: Rocco, 2009 ; BRETAS, Marcos. Ordem na cidade: o exercício quotidiano do poder policial na cidade do Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro, 1997.

<sup>66</sup> *O Paiz*. Edição 12929 (1). 04 de março de 1920. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&pesq=%22Felippe%20Antonio%20Santiago%22&pagfis=779](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=%22Felippe%20Antonio%20Santiago%22&pagfis=779)>.

<sup>67</sup> Pessanha, Andréa Santos da Silva (2006). *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2006.

<sup>68</sup> BRASIL, Bruno. “O Jornal”. Fundação Biblioteca Nacional, Artigos. 12 novembro de 2015. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-jornal/>>.

BRASIL, Bruno. “A Manhã” (RIO DE JANEIRO, 1925). Fundação Biblioteca Nacional, Artigos. 28 de julho de 2014. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manca/>>.

da cidade do Rio de Janeiro. Com isso, ao que tudo indica, Elyseu Alves da Silva — o migrante negro do Estado do Rio apresentado do começo do capítulo — optou por levar seu testemunho para esses jornais. No jornal *A Manhã*, temos o relato desse migrante, no qual relatou sua passagem pela Colônia Correcional de Dois Rios, em 1926, e utilizou-se dos jornais para denunciar irregularidades e torturas que estavam presentes no presídio de Ilha Grande:

Elyseu Alves da Silva – mais uma vítima da iniquidade policial que se requintou, ultimamente, num abuso de barbares repressões – entrou hontem as portas deste jornal, para vir, com seu testemunho pessoal, que se junta ao de tantos outros, esclarecer o público acerca das cenas vandálicas que se desenrolam na Colonia Correcional de Dois Rios [...] Tendo, no dia 13 de março, deixado o serviço em que trabalhava, como servente de pedreiro, com o intuito de seguir para as obras da Light esta realizando em São Paulo, passava pela praia de Santa Luzia a procura de um amigo que trabalha nos frigoríficos ali existentes, quando foi abordado por uma turma de comissários do 5 distrito, que o prendera.

Daquela delegacia, sem saber porque, foi transferido para a 4 auxiliar, onde se conservou detido até o dia seguinte, quando foi embarcado com um grande numero de outros para a Colonia de Dois Rios. Soube que o general Julio Cesar, que é o diretor da Colonia, estivera na Policia Central a procura de trabalhadores para aquelle presídio.<sup>69</sup>

Em seu relato, podemos perceber que Elyseu e outras testemunhas que expunham os acontecimentos de Dois Rios sabiam de seus direitos e escolhiam jornais como porta-voz para os reivindicarem. Em primeiro momento, ele conta os acontecimentos que ocorreram antes da prisão, o que separa a denúncia em duas: a primeira pelas antecedências da prisão sem um motivo declarado, e a segunda das condições que enfrentavam dentro de Dois Rios. Focando primeiro no ato de sua prisão, retornamos ao quadro de ações policiais que faziam parte da vigilância dentro da cidade, no qual ser “suspeito” já era um motivo suficiente para apreensão. O que podemos observar é que Elyseu tinha uma grande mobilidade pela cidade, se deslocando do trabalho para outros lugares — visto a pretensão de visitar o amigo ou seguir para São Paulo — e essa mobilidade poderia ser uma possibilidade comum dentre os migrantes negros que chegavam ao Rio de Janeiro, justamente pela busca às redes de sociabilidades para conseguirem empregos, moradias, diversão e estabilidade. Essa interação na cidade poderia desagradar aos policiais que circulavam, os enquadrando como “suspeitos”. Por conta disso, os migrantes negros poderiam ser suscetíveis aos olhares policiais, não por serem migrantes, mas por serem negros. No caso de Elyseu,

---

<sup>69</sup> A Manhã. Edição 00106. (1). Rio de Janeiro. Ano 1926. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=%22Elyseu%20Alves%20da%20Silva%22&pagfis=753>>.

não sabemos se já existia alguma passagem de algum delito dentro da Casa de Detenção, visto que em sua passagem pelo local informava apenas sua baixa à enfermaria<sup>70</sup>. Era possível que houvesse alguma passagem, pois as baixas na enfermaria ocorriam com pessoas que já estavam no circuito prisional entre Casa de Detenção–Casa de Correção–Correcional de Dois Rios, enquanto normalmente, em outros casos fora do contexto prisional, as pessoas eram levadas para a Santa Casa da Misericórdia. Por isso, existiam duas possibilidades para Elyseu ter sido detido naquele dia pelos policiais: ou pela suspeita preferencial, como Chalhoub aborda com as “classes perigosas”, ou pela reputação marcada pelos policiais da existência de uma passagem anterior pelo sistema prisional. De qualquer forma, Elyseu põe em dúvida a ação policial ao relatar os desdobramentos daquele dia, enquanto deixa claro que a sua ida a Correcional de Dois Rios estaria relacionada apenas pela demanda do general Julio Cesar para servir como mão de obra na prisão, e não a um processo judicial. De acordo com Virginia Sena Barradas, a categorização dos grupos sociais como “classes perigosas” conduzia um grande número de pessoas à Colônia Correcional de Dois Rios, sem um processo judicial formalmente registrado<sup>71</sup>. Dessa forma, na prática, o sistema prisional funcionava em vários momentos de forma informal, aproveitando-se de sua autonomia para atender as circunstâncias e demandas do cotidiano, como foi no caso do general que precisava de “trabalhadores” em Dois Rios.

Já as denúncias em Dois Rios seriam os principais relatos descritos por Elyseu. O complexo prisional de Ilha Grande fora criado pelo Estado republicano a fim de atender demandas prisionais com o trabalho das pessoas reincidentes enquadradas no artigo 399 do Código Penal de 1890<sup>72</sup>, ou seja, seriam redirecionados a esses locais aqueles “vadios incorrigíveis”. Porém, além desse público-alvo ter sido expandido, o funcionamento da Colônia criava noções próprias de funcionamento, sem vínculo com a legislação legal estipulada<sup>73</sup>. Como iremos acompanhar a seguir, esse funcionamento próprio seria uma característica bem marcante nos relatos do migrante, pois as punições não tinham a pretensão de reabilitar, e sim de punir.

---

<sup>70</sup>APERJ. CDDF. Notação MD-HN-146. Número de Registro 229. Ano 1923.

<sup>71</sup>BARRADAS, Virginia Sena. Modernos e desordenados: A definição do público da Colônia Correcional de Dois Rios (1890-1925). Dissertação de Mestrado – Departamento de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. p. 4 Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/VirginiaSenaBarradas.pdf>>.

<sup>72</sup>Ibidem, p. 112.

<sup>73</sup>Ibidem, p. 126

– O que é que você viu na Colonia? perguntamos a Elyseu

– O castigo mais suave, que se dá, actualmente, aos correccionaes da Ilha Grande é a enxovia – prisão incommoda, quase subterrânea, onde a agua mina de modo espantoso. A peor é a corrida acelerada.

– Corrida accelerada? Que vem a ser isto?

Elyseu contou-nos:

– Quando qualquer dos correccионаis se insurge contra as ordens do guarda Heraclito do Nascimento, que era, antes, o correcional n. 6, o general Julio Cesar manda reunir o bando e ruflar o tambor, em surdina. Então, sentando-se a uma cadeira, em meio do campo, o director da Colonia manda colocar nas espaduas nuas do correcional uma barra de ferro e, á madeira das partidas nos prados de corridas da o clássico – larga! – e o homem, carregando o peso, põe-se a correr, em volta do pateo. [...]

[...] E o pobre homem, que terá que correr duas horas, em marcha accelerada, a carregar, nas espaduas nuas, o peso da barra de ferro, cae, afinal, antes do tempo, exanime, cançado

– Levante-se! – grita o director da Colonia.

Mas ele não pode levantar-se!

O general Julio Cesar aplica-lhe, então, outro castigo – masmorra, onde fica durante dias, a pão e agua.<sup>74</sup>

De acordo com o relato de Elyseu, existiam vários tipos de castigos dentro da Colônia, sendo a mais branda a enxovia, enquanto a pior seria a “corrida acelerada”. A corrida acelerada consistia em manter o correcional correndo com uma barra de ferro nas costas até a sua exaustão, e quando não pudesse mais se levantar, era aplicado outro castigo no qual restringiam contato social e comida por dias seguidos. Essa realidade entra em choque com a utilidade inicial, a princípio corretiva apenas pelo trabalho. Porém, com a autonomia policial que vinha sendo cada vez maior desde 1910<sup>75</sup>, Dois Rios passou a ser um centro não só punitivo. Com a prisão por crimes leves, como a vadiagem, viria a ser mais do que uma forma de vigilância e controle de comportamentos, mas também de tortura.

A saúde dos correccionaes era algo que gerava uma movimentação na prisão de Ilha Grande. Na Casa de Detenção, podemos encontrar vários migrantes que entraram com baixa na enfermaria à disposição do Chefe de Polícia<sup>76</sup>. A historiadora Virginia

<sup>74</sup> O Jornal. Edição 02272 (2). Rio de Janeiro. 11 de maio de 1926. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&Pesq=%22Elyseu%20Alves%20da%20Silva%22&pagsis=25681](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&Pesq=%22Elyseu%20Alves%20da%20Silva%22&pagsis=25681)>.

<sup>75</sup>BARRADAS, Virginia Sena. Modernos e desordenados: A definição do público da Colônia Correcional de Dois Rios (1890-1925). Op. Cit. p.88.

<sup>76</sup> APERJ. CDDF. Notação MD-HN-143. Número de Registro 884. Ano 1922; APERJ. CDDF Notação MD-HN-144. Número de Registro 1474 e 1562. Ano 1922; APERJ. CDDF Notação MD-HN-145. Número de Registro 1, 69 e 105. Ano 1923; APERJ. CDDF Notação MD-HN-146. Número de Registro 229, 231, 236, 285, 286, 426 e 441. Ano 1923; APERJ. CDDF. Notação MD-HN-147. Número de Registro 1004 e 1172. Ano 1923.

Barradas relatou que esses deslocamentos e remanejamentos de pessoas nas instituições encarregadas pelo Chefe de Polícia<sup>77</sup> eram uma prática administrativa comum por conta dos números de vagas. Porém, o Chefe de Polícia aparentemente usava essa prática para além dos remanejamentos de vagas. Essa movimentação também ocorria quando fosse preciso assistência médica, no caso, a enfermaria da Casa de Detenção. Com os inúmeros castigos e maus-tratos que eram aplicados na Colônia, não deveria ser incomum a baixa na enfermaria por conta dessas situações. No caso dos migrantes, Elyseu relatou em seu testemunho nos jornais<sup>78</sup> que tivera que dar baixa na enfermaria por conta dos esforços em trabalhar, mesmo doente dos pulmões, e que teve que dormir no chão da enfermaria. Com relação aos outros 17 migrantes encontrados na Casa de Detenção que davam baixa na enfermaria, não tínhamos como saber ao certo se vieram da Correcional de Dois Rios. De qualquer forma, o que podemos pensar aqui é que o Chefe de Polícia provavelmente estava ciente das condições que os correcionais se encontravam.

Sendo assim, os migrantes precisavam criar estratégias para sua sobrevivência não só na cidade, mas também nesses sistemas racializados, principalmente a partir das redes de solidariedade. No caso de Elyseu, sua estratégia para conseguir sair daquela situação envolveu ações de utilizar das suas redes e noções de direito.

Num domingo, mandaram-nos carregar estrume para o jardim de um tenente. A esposa deste, bondosa e cheia de piedade para comosco, dispensou-nos do serviço, dando-nos alimentação, e, ao despedir-nos, fartou-nos de pão, com que pudéssemos suportar o péssimo tratamento da Colonia. Um nosso companheiro, pediu-lhe duzentos réis. Ella estranhou o pedido, porque nada tínhamos a comprar na ilha, mas forneceu uns nickeis a cada um de nós.

Um companheiro, que tinha trabalhado num jornal como continuo, escreveu uma petição de “habeas-corpus” ao Supremo Tribunal que nol-o concedeu a mim e tres companheiros. Quando chegou a ordem na Colonia, o general ficou furioso; mas não havia remédio, mandou-nos soltar. Aqui estou.<sup>79</sup>

---

<sup>77</sup> Como retrata Virginia Sena Barradas, os locais que ficavam sob direção do Chefe de Polícia eram “o Hospital de Alienados, o Asilo de menores abandonados, a Colônia Correcional dos Dois Rios, a Escola Premonitória Quinze de Novembro, o Asilo de São Francisco de Assis, a Casa de Detenção, o Depósito de Presos e a Escola de Menores Abandonados” BARRADAS, Virginia Sena. Modernos e desordenados: A definição do público da Colônia Correcional de Dois Rios (1890-1925). Opt cit. p.88.

<sup>78</sup> A Manhã. Edição 00106. (1). Rio de Janeiro. Ano 1926. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=%22Elyseu%20Alves%20da%20Silva%22&pagfis=753>>.

<sup>79</sup> A Manhã. Edição 00106. (1). Rio de Janeiro. Ano 1926. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=%22Elyseu%20Alves%20da%20Silva%22&pagfis=753>>.

Como podemos observar, Elyseu e seus companheiros formularam uma estratégia a partir de suas percepções sobre seus direitos, ou seja, recorreram à instituição jurídica para exercer sua cidadania. A estratégia coletiva para conseguirem um *habeas corpus* mostra como era importante criar redes para ampliar as possibilidades, ao passo em que vemos como Elyseu precisou da ajuda de seus companheiros — um que pediu ajuda da esposa do tenente e o outro que tinha trabalhado num jornal e sabia fazer uma petição. Todos foram essenciais para que esse migrante conseguisse sair da prisão e relatar aos jornais toda a sua trajetória na Colônia de Dois Rios.

O Código Penal de 1890 e sua proposta liberal de modernização dos modelos prisionais nada tinha de moderno, apenas liberal. O que vimos, nada era novo: racismo em forma de lei (sem mencionar a cor) e controle social. E, mesmo assim, na prática, as leis não eram respeitadas e as formas de racialização da polícia praticadas de forma informal aumentavam ainda mais a coerção não só nas cidades, mas nos próprios presídios do Rio de Janeiro. Contudo, os migrantes negros, assim como acredito que a população negra que vivia na cidade, tentaram driblar essa realidade. Como pudemos acompanhar, os migrantes criaram estratégias, exercendo sua cidadania utilizando petições para conseguirem a liberdade da Colônia de Dois Rios. Eles sabiam dos seus direitos, e usavam dos artifícios do próprio Estado para exercê-los. Assim como nos jornais, ao mesmo tempo que reforçavam as ações das autoridades policiais, viraram um porta-voz para pessoas como Elyseu denunciarem essas mesmas autoridades. Dessa forma, com trajetória do migrante, compreendemos que existiam ações — tanto dentro da cidade quanto nos sistemas prisionais — que mostram suas ligações com seus valores, com sua visão de cidadania e de seus diretos como cidadão.

Por isso, no próximo capítulo, abordaremos outras ações que mostram seus valores e suas visões de cidadania nesse contexto racializado do cotidiano do Rio de Janeiro. Assim, compreenderemos a identificação da cor e como essa identificação poderia ser formada, dialogando com o mundo dos possíveis<sup>80</sup>. Dessa forma, tentaremos entender como, por meio do conflito, da negociação, da racialização e das sociabilidades — da família e na cidade — poderiam influenciar nessa definição. Além disso, usaremos os dados encontrados na Casa de Detenção para levantar outros valores

---

<sup>80</sup> BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.

em forma de ações dentro, como a escolha da moradia, os trabalhos e a educação dos migrantes negros.

### *Capítulo 2 – Migrantes na cidade do Rio de Janeiro: o racismo e vida cotidiana*

Em fevereiro de 1931, o jornal A Batalha publicou uma denúncia<sup>81</sup>, até aquele momento anônima, a partir do relato escrito de um homem cansado de sofrer inúmeras prisões injustamente na Casa de Detenção por causa de uma passagem, anos antes, por furto. Ao que tudo indica, a passagem por furto, a qual se arrependia, era o motivo para a polícia, através desse histórico, continuar prendendo-o — apenas por reconhecê-lo nas ruas da cidade. Em seu argumento, sempre deixava explícito o seu caráter trabalhador, e o quanto a polícia atrapalhava as suas conquistas empregatícias. Após alguns dias, o jornal trouxe novamente a história à tona<sup>82</sup>, porém, dessa vez, sem o anonimato: se tratava de José Paultilho da Cruz, um migrante negro do estado de Minas Gerais que tentava sua vida na cidade Rio de Janeiro. Mesmo com as denúncias e com o sucesso de conseguir amenizar sua pena naquele ano<sup>83</sup>, Paultilho continuou aparecendo nas ocorrências da Casa de Detenção posteriormente.

O relato descrito de José Paultilho por meio de uma carta ao jornal A Batalha<sup>84</sup> são trechos retirados de sua escrita reproduzida na matéria jornalística. Nesses trechos, Paultilho detalhava sobre sua vivência na cidade do Rio de Janeiro, ressaltando as dificuldades que passou em 1924, e o que o levou a cometer um furto, como também suas dificuldades após cumprir sua pena, por não conseguir se fixar mais num trabalho:

“Eu furtei, por motivo de necessidade no anno de 1924...  
Fui preso, processado e condenado. E devido a isso, hoje não tenho socorro para trabalhar”<sup>85</sup>

<sup>81</sup> A Batalha. Edição 00333 (1). Rio de Janeiro. Ano 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=175102&pesq=%22O%20homem%20que%20a%20pol%C3%ADcia%20obrigou%20a%20ser%20ladra%C3%A3o%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=2661>>.

<sup>82</sup> A Batalha. Edição 00346 (1). Rio de Janeiro. Ano 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=175102&pesq=%22Jos%C3%A9%20Paultilho%20da%20Cruz%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=2765>>.

<sup>83</sup> A Batalha. Edição 00423 (1). Rio de Janeiro. Ano 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=175102&pesq=%22Jos%C3%A9%20Paultilho%20da%20Cruz%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=3387>>.

<sup>84</sup> O Jornal “A Batalha” não apresenta muitas informações em estudos recentes. Ao que foi possível analisar do jornal, podemos dizer que era um jornal político e ligado as causas sociais e operárias.

<sup>85</sup> A Batalha. Edição 00333 (1). Rio de Janeiro. Ano 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=175102&pesq=%22O%20homem%20que%20a>>

Com isso, independentemente de se encontrar desempregado ou em algum bom emprego, a polícia, sempre que o reconhecia nas ruas, o prendia por vadiagem. Dessa forma, o migrante queixava-se da ação dos policiais contra sua pessoa, que dificultara a sua busca por empregos e oportunidades.

Num outro trecho do relato de Pautilho, compartilhado nos jornais, o migrante deixava algumas questões que poderíamos analisar em relação as ações da polícia e o racismo implícito:

“É assim que receberam os costumes? Isto é que é a justiça? Isto que é a lei? Venho pelejado para ver se consigo ficar pelo menos seis meses empregado. Apesar de todas as perseguições”<sup>86</sup>

Como podemos notar no questionamento trazido na carta de Pautilho, o migrante indaga as ações da polícia a partir da sua noção como cidadão, e, no final, acrescenta que estaria tentando se manter empregado apesar de todas as perseguições. Esse órgão usado tanto no Império quanto na República para garantir “ordem” na cidade era uma forma de vigilância dos comportamentos no cotidiano e aplicador da disciplina através do trabalho, mas sua associação da vagabundagem estava ligada à cor de pele<sup>87</sup>. Essa narrativa mostra que Pautilho, apesar de em nenhum momento retratar sobre a questão racial em seu relato, entendia que aquela situação que estava acontecendo com ele não era uma aplicação da lei corretamente, e sim abordagem controversa. Ao relatar que estaria preso novamente por não ter conseguido garantir um emprego por conta das inúmeras passagens na Casa de Detenção, o que o fez furtar novamente para poder se alimentar, Pautilho demonstra, novamente, a insatisfação em relação aos atos policiais:

“Depois de muita fome, sem ter o que comer durante dois dias e meio, finalmente encontrei quem me desse um pouco de comida, na Casa de Detenção. Porque tentei furtar novamente e fui preso. Agora aqui estou no presídio, onde graças a deus estou comendo bem, livre do olho azarento e arbitrário da polícia injusta”<sup>88</sup>

<sup>86</sup> <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=175102&pesq=%22O%20homem%20que%20a%20pol%C3%ADcia%20obrigou%20a%20ser%20lad%C3%A3o%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=2661>.

<sup>87</sup> A Batalha. Edição 00333 (1). Rio de Janeiro. Ano 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=175102&pesq=%22O%20homem%20que%20a%20pol%C3%ADcia%20obrigou%20a%20ser%20lad%C3%A3o%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=2661>>.

<sup>88</sup> SANTOS, Ynaê Lopes dos. Racismo brasileiro: uma história da formação do país. Editora: Todavia, 2022 p. 170.

<sup>89</sup> A Batalha. Edição 00333 (1). Rio de Janeiro. Ano 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=175102&pesq=%22O%20homem%20que%20a%20pol%C3%ADcia%20obrigou%20a%20ser%20lad%C3%A3o%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=2661>>.

Como podemos notar, o migrante relaciona as perseguições atentadas contra ele a um “olho” arbitrário e injusto da polícia. Ao que podemos entender aqui, apesar de Pautilho em nenhum momento citar ou levantar questões raciais, os conflitos raciais estão escancarados nessa breve história do migrante no cotidiano da cidade. Pautilho se baseava em sua cidadania para indagar as injustiças colocadas a ele, porém, as questões raciais estão em um plano de fundo, onde esses “olhares” arbitrários estariam.

A partir dessa exposição, o que podemos refletir, então, sobre as questões raciais, valores e identificação racial em relação a Pautilho e os migrantes negros encontrados na casa de Detenção com esse relato? É essa discussão que queremos trazer para o começo deste capítulo. Dito isso, iremos tratar de questões fundamentais para o entendimento do conceito moderno de raça utilizado no começo do século XX e presente nos guias de entrada da Casa de Detenção de 1930, assim como a resistência da identidade negra como ponto de confronto. Além disso, também iremos trazer outros impactos do racismo nas vidas e trajetórias dos migrantes — em relação à educação, ao trabalho e às moradias que se estabelecem com os demais indivíduos encontrados na Casa de Detenção. Como vimos anteriormente, no contexto racializado das leis, a associação dos pobres e negros à ociosidade e à marginalidade era uma realidade tanto na cidade na época, quanto na historiografia dos migrantes que vieram para a cidade do Rio de Janeiro. Pretendemos, assim, desmitificar essas questões em conjunto com o estabelecimento do diálogo com os debates de cor e raça.

## *2.1 – Cor, raça e identidade negra*

O que iremos discutir neste subcapítulo está intrinsecamente ligado à tomada de consciência racial e como isso poderia ser ressignificado em uma forma de resistência negra a partir dos migrantes negros analisados aqui. Nesse sentido, iremos entender algumas formas de tomada dessa consciência — por vezes, vindo do ambiente familiar, pela cultura, pela religiosidade ou pela discriminação. Para tal entendimento, iremos utilizar das fontes da Casa de Detenção, assim como jornais e também o trabalho de Amilcar Pereira (2010), que colaborou para o aprofundamento do trabalho, com fontes orais de atuantes do movimento negro de 1970, que ajudam a entender as relações antecedentes do ambiente familiar<sup>89</sup>. Dessa forma, o intuito é compreender as diferentes

---

<sup>89</sup> PEREIRA, Amilcar Araújo. *O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Tese de Doutorado. UFF, Rio de Janeiro, 2010.

formas de captar a identidade negra e a tomada de consciência racial, que muitas vezes fora ocultada pela crença da substituição da identidade nacional.

Ao levarmos em conta que abordaremos um tema que abrange uma temática tão complexa como as questões raciais, proponho analisarmos, primeiramente, o conceito moderno de raça. Esse termo construído — no âmbito biológico e social —, que categorizou diversos povos em hierarquias racializadas, é o resultado de um pensamento pseudocientífico do século XVIII na Europa e nos Estados Unidos, sendo consolidado no século XIX e exportado para outros países, como foi o caso do Brasil<sup>90</sup>. Esses pensamentos ditos “científicos”, no Brasil, tiveram uma adesão das elites brasileiras e foram também assimilados, à sua maneira, pela população<sup>91</sup>. Em uma inspiração dos modelos raciais exportados, o Brasil criou sua própria forma de lidar com a questão da raça, se tornando um “diferencial” no mundo, o que Lilia Schwarcz chamou de “racismo à la brasileira”<sup>92</sup>. Esse termo poderia resumir, em partes, a forma que as teorias científicas racistas europeias de raça tomaram rumo no contexto brasileiro. Desse modo, para entender as relações raciais dos migrantes na cidade do Rio de Janeiro, precisaremos, primeiro, entender o conceito moderno de raça e como esse conceito teve aderência no Brasil — tanto pela elite, quanto pela população em geral — para entendermos como essas fronteiras eram criadas e desenvolvidas no âmbito cotidiano.

O conceito moderno de raça deriva de duas vertentes: a antropológica, em paralelo com o poligenismo, e da teoria monogenista. Essas duas vertentes estavam ligadas às diferenças europeias para explicar o contraste com outras culturas, ou seja, dos “outros homens”. Para Lilia Schwarcz, inicialmente essa diferenciação dos homens eram explicadas através dos conceitos da monogenia, que faziam parte dos pensamentos da teologia. Essa explicação se dava pela ideia de evolução, na qual os homens, sendo de uma única origem, evoluíam do mais próximo à natureza para o mais próximo ao civil, ou seja, da civilização. Enquanto na vertente antropológica, já do século XIX, com

<sup>90 90</sup> SCHWARTZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1ª- ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012.

<sup>91</sup> ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas 2014. Rosa retrata as relações raciais vistas entre negros e imigrantes pobres em Porto Alegre, mostrando como a incorporação das questões raciais hierarquizadas eram formadas no cotidiano, sendo assim não aplicadas “de cima”, os pobres criavam suas próprias formas de racialização.

<sup>92</sup> SCHWARTZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira*. Op. Cit. p. 34.

o avanço das ciências biológicas, tentou explicar esse “outro” a partir da “ciência”, que acreditava na visão de diferentes origens dos seres humanos, numa escala diferente de evolução, e imutável. Dessa forma, a teoria monogenista estaria ligada à evolução cultural, ou seja, de civilização, enquanto o poligenismo estaria ligado à “evolução biológica”, de diferença evolutivas por meio de raças<sup>93</sup>.

Essas teorias raciais foram absorvidas rapidamente pelos intelectuais brasileiros, que estavam em contato com cientistas europeus. Intelectuais da época, como Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Oliveira Viana, cada um com suas peculiaridades de entender o conceito de raça, fizeram parte do grupo de intelectuais brasileiros que estiveram envolvidos na cultivação dessas teorias do racismo científico. Como objetivo de tornar o Brasil “mais branco” a partir do branqueamento da população, a cor era a principal característica analisada para entender raça no Brasil. De acordo com Kabengele Munanga, enquanto que nos Estados Unidos a raça era classificada a partir da ascendência, por ser um país mais segregado, o Brasil, por ser um país miscigenado, definiu as hierarquias raciais a partir da cor<sup>94</sup>. Essa característica se dava pela estrutura anteriormente estabelecida dos mestiços que já tinham lugar na sociedade brasileira, com o poder de mobilidade social<sup>95</sup>. O país não era uma dualidade — os mestiços faziam parte de uma categoria socialmente aceita, e condená-la como degenerativa implicaria numa ameaça a estrutura já estabelecida. Ademais, Skidmore ressaltou que não somente a miscigenação era um processo reconhecido, mas também alguns “mulatos” mais claros chegavam ao topo da hierarquia social e política<sup>96</sup>. Dessa forma, a flexibilidade social dos mestiços seria a chave para legitimar o embranquecimento da população, pois, através dela, seria possível “modelá-la” para o caminho do processo de embranquecimento. Ou seja, o mestiço era uma figura essencial como “intermediário” num grau de escala da teoria racista à la brasileira.

Em 1920, a teoria do embranquecimento se tornou uma tese por Oliveira Viana. O mesmo acreditava que, através dos censos, demonstraria uma prova empírica que o país caminhava para um processo efetivo de embranquecimento da população. Em sua

<sup>93</sup> SCHWARTZ, Lilia Moritz. O laboratório racial brasileiro. In: *Nem preto nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira*. Op. Cit.

<sup>94</sup> MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, Vozes, 1999. p. 70-71.

<sup>95</sup> SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco, Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Op. Cit. p. 72.

<sup>96</sup> Ibidem, p 72.

análise, Viana direcionava o aumento rápido da aderência dos mestiços ao “sangue” branco, que em maiores quantidades os levariam a atributos atrelados ao homem branco. Em uma forma de classificar os mestiços, Viana os teria denominado como “superiores” e “inferiores”, atribuindo-os a elementos associados ao fenótipo<sup>97</sup>. Ou seja, os traços de aparência física mais próxima ao negro ou ao branco poderiam definir as qualidades — morais e intelectuais — dos mestiços. O que mais tarde Oracy Nogueira definiu como preconceito de “marca” ou de cor em oposição ao preconceito de origem, baseado numa gota de sangue, vigente dos Estados Unidos<sup>98</sup>. Dessa forma, a cor tornava-se um estigma a olho nu, no qual o traço “cor” definiria não somente uma hierarquia social, mas também a capacidade, inteligência e a moralidade. Em Cidade Febril de Sidney Chalhoub, por exemplo, podemos observar como a associação da cor estava ligada à comportamentos, quando o autor apresenta as ideologias de higiene ligadas não somente com as classes perigosas num geral, mas principalmente aos negros — por estarem associados à “impossibilidade” de entender o trabalho<sup>99</sup>. Não é à toa que na Casa de Detenção, a partir de 1930, é anexado o termo “raça” nas guias de entrada do sistema prisional<sup>100</sup>, como uma forma de classificar os indivíduos que passavam por esse lugar. Sendo assim, a decisão de incluir o termo “raça” nesse sistema poderia apresentar uma forma de marcar e reafirmar as construções ideológicas de raça entre a população negra e as visões dos “vadios” da cidade. O que estava em jogo era o modelo branco de civilização e as concepções de progresso.

Nessa discussão dentro da elite brasileira, o processo de miscigenação funcionava como uma forma de desconstruir a identidade negra. Para Carl Degler, o “mulato” seria a principal diferença das relações raciais entre Brasil e Estados Unidos, ao passo que o funcionamento do processo de branqueamento dava um espaço essencial a ele na sociedade<sup>101</sup>. Com isso, Degler acreditava que esse espaço ao “mulato” reduzia a insatisfação entre raças, de forma que haveria a possibilidade de atravessar as barreiras raciais nas gerações posteriores, contanto que os negros tivessem filhos de pele mais clara. Dessa forma, acreditava-se que alienar seus descendentes à ideologia do

<sup>97</sup> MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Op. Cit p. 67.

<sup>98</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>99</sup> CHALHOUB, Sidney. Cortiços e classes perigosas. In.: *Cidade Febril*. Companhia das Letras, 1996.

<sup>100</sup> Para visualizar a estrutura das guias de entrada da Casa de Detenção volte na página 34-35.

<sup>101</sup> MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, Vozes, 1999. p. 85-86 apud DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco. Escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Labor do Brasil. (1976).

branqueamento evitaria, assim, possíveis confrontos como visto em outros países. No entanto, essa conclusão se torna um tanto questionável quando entendemos as condições que marcaram a miscigenação no país. De acordo com Ynaê Lopes, a origem da mestiçagem no Brasil foi construída em cima de valores patriarcais e escravocratas, na qual a dominação era usada para coagir e violentar mulheres negras e indígenas, sendo assim a base para tal estruturação<sup>102</sup>. Com isso, a composição da miscigenação brasileira fora marcada pela violência sexual e pela imposição da dominação branca, que nem sempre era construída a partir do afeto. Sendo assim, Lopes traz uma importante reflexão de como a miscigenação não foi uma forma de atenuação do racismo, e sim uma forma que contribuiu para tal, pois acreditavam que homens portugueses terem filhos com mulheres indígenas e negras fosse uma “prova” das relações harmônicas entre as raças<sup>103</sup>, e, assim, uma chamada democracia racial. Dessa forma, a miscigenação fora usada para naturalizar a violência sexual e criar um mecanismo a partir disso, de união de povos que foram escravizados, violentados e hierarquizados racialmente durante toda a história do país para silenciar o racismo brasileiro. Contudo, os conflitos raciais e as hierarquias estavam escancarados no cotidiano, como vimos com os migrantes que estavam na cidade.

Além disso, essas afirmações que a mestiçagem suavizava os confrontos raciais não se sustentam quando olhamos a luta e a resistência da população negra frente ao racismo. Na década de 1920, as associações negras já tinham um papel importante de ações para lazer e também com um caráter de denúncia em reflexo à segregação racial. De acordo com George Andrews, as associações paulistas ligadas ao lazer, como clubes, bailes e grupos carnavalescos já eram uma forma de reação às discriminações rotineiras, visto que os negros e pardos eram barrados de clubes de brancos<sup>104</sup>. Para o autor, essas associações apesar de resultarem das barreiras de cor, seja entre os populares ou da classe média negra, não tinham o objetivo sistemático e organizado de combater efetivamente a situação discriminatória estabelecida. Porém, vale ressaltar que, apesar do objetivo não estar organizado com essa finalidade, ou seja, de mudança estrutural, as estratégias usadas pelos negros precisam e devem ser consideradas como uma forma encontrada contra o racismo e a exclusão. Além disso, esses espaços seriam os

<sup>102</sup> SANTOS, Ynaê Lopes dos. Racismo brasileiro: uma história da formação do país. Editora: Todavia, 2022 p. 64.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>104</sup> ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC. 1998. p. 219-222.

percussores da criação de laços de solidariedade que mais tarde resultariam na criação do primeiro movimento negro, no qual os migrantes negros das zonas rurais do Sudeste cafeeiro podiam fazer parte.

Vale a pena ressaltar que as associações negras não ficaram restritas apenas a São Paulo. Ao focar no Rio de Janeiro, as associações negras anteriores a 1930 e da criação do Teatro Experimental do Negro (TEN) são ainda pouco estudadas, limitadas ao conhecimento de associações religiosas. Petrônio Domingues enfatizou o escasso conhecimento das formas de associativismo negro no Rio de Janeiro no começo da década de XX, ressaltando autores como Arthur Ramos, que reforçava tal abandono desse estudo, visto que acreditava que diferente de São Paulo, o negro no Rio de Janeiro não seria uma minoria reprimida, por isso as associações não teriam significados como nas terras bandeirantes<sup>105</sup>. Contudo, por meio de levantamentos dos jornais circulantes da época, Domingues encontrou associações negras no Rio de Janeiro, dentre elas o Centro Cívico Monteiro Lopes e a Associação dos Homens de Cor. A primeira, criada em homenagem ao deputado e advogado Monteiro Lopes, que, quando questionado pelo seu mandato devido à sua cor, teria recebido apoio da população negra e, posteriormente, depois da sua morte, teria sido criada uma associação em sua homenagem, como um símbolo da luta por igualdade, direitos e cidadania<sup>106</sup>. A Associação dos Homens de Cor era outra associação negra que estava diretamente ligada na política, além de também organizar festas, excursões, atividades educacionais e homenagens como a do 13 de maio, dentre outras<sup>107</sup>. Dessa forma, apesar de ainda escassos os estudos relacionados a essas associações cariocas, podemos dizer que elas eram parte de uma mobilização dos negros na cidade, percorrendo o cotidiano onde essas associações se estabeleciham, no centro do Rio de Janeiro.

As associações negras, além desses elementos novos, também contaram com a estreitamento de laços entre intelectuais negros<sup>108</sup>, como José Correia Leite, cofundador do jornal Clarim D' Álvorada, Arlindo Veiga dos Santos, Isaltino Veiga dos Santos etc. Muitos desses intelectuais eram atuantes da imprensa negra paulista e essa integração

<sup>105</sup> DOMINGUES, Petrônio, *Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)*, Revista Brasileira de História, v. 34, n. 67, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/tVPZ74sD7FXPzSjrg5BVtk/?lang=pt>>.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Ibidem, p.16

deles na associação foi essencial para o nascimento do primeiro movimento negro do país, conhecido como Frente Negra Brasileira (FNB). Fundada em 1931, foi resultado da união desses intelectuais negros que já vinham se organizando em jornais e associações. Articulada com o propósito mais bem alinhado em relação à ascensão social dos negros, e também na luta contra o preconceito racial, a FNB promovia uma mobilização e a solidariedade entre a comunidade negra não só de São Paulo, mas de vários lugares do Brasil, como no Rio de Janeiro. Florestan Fernandes destacou que a formação desse movimento pelos intelectuais negros estava ligada a um processo de conscientização das dificuldades enfrentadas pela cor num meio de ascensão social, assim como em debater esses problemas e trazer mais conscientização aos negros sobre esses obstáculos de cor enquanto buscava respostas e soluções<sup>109</sup>. Como destaca Laiana Lannes, a instituição contava com várias áreas de auxílio sociais aos negros associados, desde a educação até atendimento jurídico e médico. O local também contava com um setor de cartas de apresentações e de recomendação para ajuda empregatícia. Contava, inclusive, com diversos espaços, como de lazer com bares, de esportes e biblioteca<sup>110</sup>. Além disso, também divulgava suas ideias através do jornal Voz da Raça, se tornando um local de divulgação política de representação negra. Com essas disponibilidades de serviços, o convívio entre os membros se tornava mais frequente, enquanto ao mesmo tempo atraía a comunidade negra que até então via uma estrutura organizada inédita. Com isso, a FNB apresentava uma organização que apresentava um estímulo ao desenvolvimento de uma consciência de identidade racial, além de uma prática política-pedagógica.

Com tamanha articulação, a instituição se expandiu para vários locais do Brasil. Além de fazer parte de locais mais interioranos de São Paulo, que buscava, principalmente, levar educação com cursos profissionalizantes e alfabetização à população negra, o Rio de Janeiro também fez parte da sua expansão<sup>111</sup>. De acordo com Petrônio Domingues, a sede no Rio de Janeiro se estabeleceu no bairro de Madureira e

---

<sup>109</sup> Fernandes, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.

<sup>110</sup> OLIVEIRA, Laiana Lannes. *Entre miscigenação e multiracialização: brasileiros negros ou negros brasileiros? Os desafios do Movimento Negro Brasileiro do período de valorização nacionalista (1930-1950). – A Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro* Tese de Dissertação, UFF, Niterói, 2008 p. 34-37.

<sup>111</sup> Ibidem, p. 38.

na rua do Catete<sup>112</sup>, e visava uma mobilização político-social. O autor ressalta que se acreditava que precisava estar na política para ter acesso aos espaços da nação, ou seja, de direitos e cidadania. Essa mobilização política da Frente Negra Brasileira vinha com um cunho nacionalista, assumindo o negro como brasileiro — e, como cidadão brasileiro, teria direito a tudo que o país poderia oferecer. Como ressalta Ventura Bezerra da Silva, representante da sede central da FNB, a intenção era “integração absoluta, completa em toda a vida brasileira, quer do ponto de vista social-político, econômico, operário, militar e religioso”<sup>113</sup>. Ao mesmo tempo, integrava o conceito de raça de uma forma racialista<sup>114</sup>, como Amilcar Pereira demonstrou em sua tese “O mundo negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995) como uma característica dos movimentos negros, principalmente da década de 70<sup>115</sup>. Ou seja, a raça era usada de uma forma em que se adotava as diferenças, mas essas diferenças raciais seriam igualmente positivas.

A articulação da Frente Negra estendeu-se também ao interior do Rio de Janeiro. Não se sabe ao certo quanto distribuída foi a instituição pelo interior, como destaca Petrônio Domingues, mas, graças ao seu empenho, foi possível pelos jornais identificar a ação da entidade nas cidades de São João do Meriti e Petrópolis. Em São João do Meriti, na época localizado no município de Nova Iguaçu, contava com a “Frente Negra de Meriti” que, ao que parece, era procurada por educadores para ajudar em projetos de educação, como é retratada nos jornais da Escola Regional de Meriti<sup>116</sup>. Já em Petrópolis, a “Frente Negra de Petrópolis” aparecia nos jornais ligada a um comício popular, em defesa das liberdades populares, em conjunto com outros centros como o de Reivindicações Populares de Petrópolis e associações trabalhistas<sup>117</sup>. Além dessas atuações da Frente Negra, é provável que ela tenha atuado em outros locais do estado do Rio de Janeiro, atuando de forma política-pedagógica, como vemos em São João do Meriti e em Petrópolis. Essas atuações da FND no Rio de Janeiro, tanto na capital quanto no seu interior, parecem ter estremecido o cenário de “harmonia” racial na

<sup>112</sup> DOMINGUES, Petrônio. “Tudo pelo Brasil; tudo pela raça: A. Frente Negra Carioca. Studos Históricos, Rio de Janeiro, vol 31, n. 65, setembro – dezembro 2018. p. 333.

<sup>113</sup> DOMINGUES, Petrônio. “Tudo pelo Brasil; tudo pela raça: A. Frente Negra Carioca. Studos Históricos, Rio de Janeiro, vol 31, n. 65, setembro – dezembro 2018 p. 335.

<sup>114</sup> APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

<sup>115</sup> PEREIRA, Amilcar Araújo. *O Mundo Negro*: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Op. Cit.

<sup>116</sup> Ibidem, p. 339.

<sup>117</sup> Idem.

cidade. Pela amplitude do debate nos jornais, ao que parece, a influência da Frente Negra chegou às camadas da população negra carioca — e possivelmente dos migrantes negros estudados aqui — trazendo um debate racial, além da retórica identitária.

A partir desses debates, podemos observar que umas das principais reivindicações da população negra e uma das principais articulações da Frente Negra era em torno da educação. Ainda no período imperial, Ynaê Lopes ressalta que já existiam diversas ações individuais e coletivas da população negra para terem acesso à educação, inclusive aos escravizados<sup>118</sup>. Com isso, a educação não era só um valor importante para os negros, mas também uma forma de luta e resistência. De acordo com Karina Baptista, que estudou em sua dissertação memória e identificação negra nas regiões de Cantagalo a partir de fontes orais, o retrato de boa parte de seus entrevistados era a queixa dos estudos serem um privilégio branco, enquanto que para os negros era destinado apenas o trabalho e a discriminação<sup>119</sup>. A autora conta como era sofrido para o Sr. Julião, um dos entrevistados de sua pesquisa, que vivia da subsistência em lavouras próximas na região de Cantagalo, ter tido filhos que não concluíram os estudos. O importante em extrair desse exemplo que a autora traz, e da luta negra como um todo, é como a educação era relacionada a uma tomada de consciência racial, na qual reconheciam as diferenças de oportunidades estabelecidas pela cor, que se manifestavam principalmente nos ambientes rurais e da origem dos migrantes analisados aqui.

## *2.2 – Migrantes negros: identidade, valores e consciência racial*

Em relação aos migrantes negros do Vale do Paraíba e dos arredores de zonas rurais que vieram para Capital Federal, a escolaridade poderia ser um motivo impulsionador para essas migrações. Para além de um valor, uma luta e resistência aos moldes racializados, o estudo poderia ser uma vontade, um desejo familiar próprio de que seus filhos e netos alcançassem a mobilidade social e melhores condições de vida. De acordo com Alexandra Lima, na década de 1920, no Distrito Federal, cerca de 61,1% da população era alfabetizada, ou seja, comparado ao território nacional, a cidade

<sup>118</sup> SANTOS, Ynaê Lopes dos. Racismo brasileiro: uma história da formação do país. Editora: Todavia, 2022 p. 162-163.

<sup>119</sup> BAPTISTA, Karina Cunha. *O Diálogo dos Tempos*. Dissertação de mestrado. UFF, Niterói, 2002. p.28.

do Rio de Janeiro possuía um alto índice de letramento<sup>120</sup>. Ao mesmo tempo, a autora destacou que existia um crescimento de habitantes na cidade, ou seja, de migrações<sup>121</sup>. Em virtude disso, as migrações negras estudadas aqui poderiam se encaixar nessa porcentagem, pois não há dados que indiquem quantos desses 61,1% eram migrantes negros do Sudeste cafeeiro e das zonas rurais do Estado do Rio ou de Minas Gerais, mas o que podemos concluir é que eles possivelmente faziam parte dessas estatísticas.

Com a tabela especificada abaixo, podemos ter uma dimensão da instrução dos migrantes negros aqui analisados que passaram pela Casa de Detenção. Ao observar os dados, podemos encontrar três variações em relação ao letramento na fonte: instruídos, sem instrução e com instrução rudimentar. Essa forma de representação das tabelas está de acordo com a representação real, por isso o material coletado deriva-se da própria especificidade da Casa de Detenção, que categorizava os dados de instrução dessa forma, e optamos por preservá-la. As diferenças entre os instruídos e os com instrução rudimentar estaria no nível escolar, sendo o instruído o que saberia ler e escrever, enquanto o rudimentar estaria numa categoria mais básica, como saber assinar o nome e ler certas palavras. Além disso, podemos notar a instrução dos migrantes com a passagens de anos da década de 20 e 30, tendo, assim, maior percepção de sutilezas e mudanças nesse quadro educativo com a passagem do tempo. Com as questões maiores especificadas, podemos, agora, focar na análise da tabela.

Nessa tabela 1, conseguimos ter uma melhor percepção da importância da educação no contexto migratório dos negros. Como podemos verificar, a tabela nos indica várias informações relevantes, como o aumento substancial de instruídos de acordo com os anos, o que poderia estar relacionado ao aumento de migrantes encontrados na Casa de Detenção na década de 30, mas também não podemos desconsiderar que há grandes chances desse aumento ter ocorrido por uma maior procura pela educação. Esses números chegam ao total em 39,8%. Os números em relação aos sem instrução continuam sendo os maiores da tabela em termos de números absolutos quando analisados individualmente, estando em 49,6%, contudo podemos notar um aumento crescente de instruídos do que os não instruídos. Ademais, também

<sup>120</sup> Silva, Alexandra Lima da. Pelas mãos de Eugênia: experiências de mulheres negras em uma família no Rio de Janeiro (1897-1957). Revista Brasileira de História [online]. 2022, v. 42, n. 90 [Acessado 02 novembro 2022]. pp. 391. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-19>>. Epub 01 Ago 2022. ISSN 1806-9347. <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-19>.

<sup>121</sup> Idem.

temos os instruídos rudimentares, que, como discutido acima, estariam na delimitação mais “básica” do letramento, que apresentam 9,4% dos dados analisados. Além disso, se juntarmos os instruídos e os de instrução rudimentar, chegamos num número de 49,2%, ou seja, quase a metade dos migrantes negros encontrado na Casa de Detenção durante o período exposto teria algum grau de letramento.

**Tabela 1** – Instrução dos migrantes de cor preta/parda do Vale do Paraíba/Estado do Rio de Janeiro/Minas Gerais na cidade do Rio de Janeiro em números absolutos e em %. Rio de Janeiro, 1920-1924;1930-1940.

InSTRUÇÃO	1920-1925	1930-1935	1936-1940	Abs.	PorcentagEM (%)
<b>Instruído</b>	58	465	774	1.297	39,8%
<b>Não instruído</b>	296	777	543	1.616	49,6%
<b>Rudimentar</b>	89	170	48	307	9,4%
<b>Ignorado</b>	-	-	-	35	1,0%
<b>Total</b>	443	1.412	1.365	3.255	100%

**Fonte:** Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1920 1925;1930-1940)

Obs.: Os anos de 1924, 1925 e 1926 apresentam poucos dados consistentes pela dificuldade de encontrar migrantes a partir da origem, sendo muitas vezes colocados como “brasileiros”. Por isso, não condiz com o total real. Essa é apenas uma amostra dos dados coletados como um todo das 454 pessoas encontradas entre as datas de 1920-1926, sendo as de 1921 até 1923 as com os dados mais consistentes.

Em paralelo à discussão levantada anteriormente, podemos perceber, a partir da tabela, uma importante relação acerca dos números encontrados de migrantes instruídos na Casa de Detenção. Ao que podemos observar, uma parte relevante de migrantes negros analisados aqui possivelmente buscaram se instruir, dessa forma, a vinda para a cidade do Rio de Janeiro poderia ser uma maneira de buscar melhores condições para suprir as dificuldades encontradas no interior, visto as oportunidades para tal, como na educação, já que 61,1% do Distrito Federal era letrado<sup>122</sup>. Historiadores como Thomas Holt e James Grossman mostraram o acesso à educação como uma atração para a migração tanto na Jamaica quanto nos Estados Unidos, respectivamente. A migração para locais mais perto de escolas e postos de saúde eram estratégias que estavam nas possibilidades da população negra após a abolição. Ademais, se seguirmos a linha de raciocínio de Baptista em sua dissertação, podemos associar as famílias como as principais impulsionadoras desse movimento em direção à busca da oportunidade de estudar, que estaria ligada à uma consciência racial de subverter lógicas que estariam

<sup>122</sup> Silva, Alexandra Lima da. Pelas mãos de Eugênia: experiências de mulheres negras em uma família no Rio de Janeiro (1897-1957). Revista Brasileira de História [online]. 2022, v. 42, n. 90 [Acessado 02 Novembro 2022]. pp. 383-403. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-19>>. Epub 01 Ago 2022. ISSN 1806-9347. <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-19>.

em seu ambiente cotidiano — o negro que trabalha e o branco que estuda<sup>123</sup>. Dessa forma, a instrução não seria somente um aspecto de ampliação de oportunidades, mas um reflexo de uma forma de resistência negra.

Os dados da tabela não são as únicas referências que podem mostrar esse apreço pelos estudos. A Casa de Detenção, sendo um material muito rico, nos mostra, também, algumas declarações dos próprios migrantes — que discordavam de algumas informações em relação ao preenchimento de sua ficha. Nessas declarações próprias, ou seja, no espaço utilizado para refutar ou reforçar um dado exposto pelo escrivão, poderia indicar como aquelas informações expressadas apresentavam um significado relevante para os migrantes, pois consideravam necessário externá-las. Nesse sentido, retrataremos abaixo duas dessas declarações expostas pelos migrantes: em relação à sua educação e em relação à cor.

Na década de 30, os formulários de preenchimento da ficha na Casa de Detenção passaram de informações colhidas pelos detentos para um sistema próprio de “guia de entrada”. Essa nova forma de colher informações, não mais pelos detentos, e sim por documentação própria<sup>124</sup>, levantou o embate de discordância entre as partes — detentos e funcionários da Casa de Detenção — em relação às informações registradas. Na Figura 3, podemos ver o exemplo do migrante Pautilho nesse molde explicitado nas guias de entrada. Com isso, o trecho no qual encontrava-se as observações, que antes eram preenchidas com alguma informação “extra”, como algum ferimento ou o andamento do processo, passou a ser o espaço em que os detentos, e mais especificamente, para essa pesquisa, os migrantes negros, pudessem declarar alguma informação que acreditavam ser pertinente. Tanto o reforço de declarar seu trabalho, quanto o de discordar do escrivão em relação à cor e a instrução nas observações se tornaram uma estratégia viável a esses migrantes na década de 30 para reforçar, discordar ou complementar informações que consideravam importantes.

---

<sup>123</sup> BAPTISTA, Karina Cunha. *O Diálogo dos Tempos*. Dissertação de mestrado. UFF, Niterói, 2002. p. 28.

<sup>124</sup> Em muitas das informações da década de 30 na Casa de Detenção, consta, quando não obedecido o preenchimento através da tal “guia de entrada” a informação nas observações que o preenchimento da ficha fora feito a partir dos dados fornecidos pelo detento. Ou seja, da década de 20 para a década de 30, os funcionários da Casa de Detenção mudaram o método de coletar informações. Sendo assim, é provável que a mudança tenha sido causada pelos problemas enfrentados da década passada com as mudanças de nomes fornecidas pelos detentos como forma estratégica. Informações podem ser consultadas a partir na Casa de Detenção, no site da APERJ. Disponível em: <https://aperj.godocs.com.br/>

Figura 3 – Guia de entrada da Casa de Detenção da passagem de José Paultinho da Cruz.

**Fonte:** APERJ. Livro de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal. MD-OH-023. Número de registro 296. Ano de 1934.

Como pudemos acompanhar com o exemplo de Pautilho, os migrantes usavam dessa brecha nas observações. As declarações feitas nesses espaços eram inúmeras, como, por exemplo, quando o escrivão não preenchia alguma informação, como onde o migrante residia ou qual era a sua ocupação, por isso era comum encontrar essas informações nas observações com declarações do próprio migrante na década de 30. Assim como também quando havia alguma discordância, com a cor, instrução ou nome dos pais, isso também era encontrado nas observações declarando informações que entravam em choque com as especificadas pelo escrivão na documentação<sup>125</sup>.

Em relação ao quadro 1, podemos visualizar o choque entre as informações em relação às instruções dos migrantes da Casa de Detenção na década de 20-30. Como podemos observar, o quadro detalha os dados encontrados de 18 migrantes que contestaram o conteúdo referente à educação em sua ficha preenchida pelo escrivão. Em suas declarações, os migrantes divergem dos dados preenchidos na maioria dos casos, mas também completavam a informação quando não eram indicadas. Encontramos, nesse quadro 1, os dois tipos de instrução relatados anteriormente: os migrantes que estariam classificados como rudimentares e os que seriam instruídos. A diferença é que,

<sup>125</sup> Dados disponíveis para consulta em APERJ. Disponível em: <<https://aperj.godocs.com.br/>>.

nesse caso, quem está declarando essas informações são os próprios migrantes. Por outro lado, temos as informações dadas pelos escrivães, que consideram a instrução desses migrantes de forma contrária, os delimitando como: não instruído, instrução nula ou analfabeto. A partir dessas divergências, fica difícil analisar qual seria realmente o grau de instrução desses migrantes, porém, o intuito desse quadro e de sua análise é mostrar exatamente as mesmas questões expostas anteriormente: da importância da instrução para os migrantes. Com o quadro 1 podemos ter uma maior noção dos valores atribuídos em torno da educação, de forma mais pessoal. O que rapidamente podemos considerar é que essas constatações não teriam sentido se o valor sobre elas fosse irrelevante, ou seja, se não tivessem um papel para reforçar suas crenças em relação à educação e a importância disso para si.

**Quadro 1** – Divergências de informações relacionadas às declarações de instrução entre escrivão e migrantes na Casa de Detenção (1920-1926;1930-1940)

Nomes	InSTRUÇÃO (escrivão)	Declarações nas observações (migrantes)	Data
<b>Joventino Peixoto dos Santos</b>	Nula	Declarou que sabe ler e escrever	02/12/1922
<b>Agenor Sabino de Campos</b>	Nula	Declarou que sabe ler e escrever	02/03/1923
<b>Manoel de Azevedo</b>	Nula	Declarou saber ler e escrever	23/03/1923
<b>Orestes Soares Bandeira</b>	Analphabeto	Declarou saber ler e escrever	14/03/1933
<b>João Felix Corrêa</b>	Nula	Declarou saber ler e escrever	27/03/1933
<b>José Theodoro</b>	Não	Declarou saber ler e escrever	18/04/1933
<b>Joaquim Deodoro</b>	Nula	Declarou saber ler e escrever	17/05/1934
<b>Vicente dos Santos</b>	Nula	Declarou saber ler e escrever	14/06/1934
<b>Waldemiro Manoel Caidoro</b>	Nula	Declarou ter instrução	29/04/1935
<b>Aquino Coutinho</b>	Não consta	Declarou ter instrução	30/04/1935
<b>Augusto Ventura da Silva</b>	Nula	Declarou ter instrução	08/06/1935
<b>Carlos Domingos Filho</b>	Nula	Declarou ter instrução	17/06/1935
<b>Antonio Soares de Souza</b>	Não consta	Declarou ter instrução	20/06/1935
<b>João José Marques</b>	Não consta	Declarou ter instrução	26/06/1935
<b>Nilo de Freitas</b>	Nula	Declarou que sabe ler e escrever	09/08/1935
<b>Jovino Britto</b>	Nula	Declarou que sabe ler e escrever	28/09/1935
<b>José Maria Lanzibas</b>	-	Declarou que sabe ler e	03/01/1936

		escrever	
<b>Antonio dos Santos</b>	Nula	Declarou ter instrução	15/05/1937
<b>Vicente Silva</b>	Nula	Declarou ter instrução	04/08/1937

**Fonte:** Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1920-1924;1930-1940)

Obs.: O mesmo da tabela 1.

Ao juntar a informação da tabela 1 e do quadro 1, apresentado acima, é possível entender que a educação estava atrelada às duas identificações: nacionais e raciais. Isso porque as duas se entrelaçam, pois, como já vimos a partir da historiadora Ana Lugão Rios, a busca por cidadania, em sua forma própria, era um valor muito importante para os negros que saíram do cativeiro, assim como para seus descendentes<sup>126</sup>. A cidadania seria uma forma de garantir e usufruir dos mesmos direitos que os brancos — direitos esses que incluíam a educação. Por outro lado, a educação e esse direito eram racializados, e o estudo estaria à construção do fim da opressão, como um enfrentamento ao preconceito, enquanto a inviabilidade de poder se instruir destinaria à exclusão e injustiça social<sup>127</sup>. Com isso, se construía uma forma de consciência racial no zelo familiar de resistência, ou seja, de busca desse direito no decorrer das gerações.

Como vimos nos dados expostos, podemos fazer a conexão dessas questões. Na tabela 1, podemos relacionar o aumento de migrantes instruídos ao passar dos anos à essa corrida familiar em busca de cidadania — mas também em busca de reconhecer seu valor racial, desafiando os limites de cor. No quadro 1, podemos ver essa relação de forma mais individual, e com maior atenção aos valores, visto que estão presentes indagações a respeito de sua instrução, ou seja, mostrando que aquela informação é realmente significativa para si. Não em vão que encontramos a educação como um dos valores mais relevantes dentro da Frente Negra Brasileira na década de 30. Isso também pode ser encontrado em São João do Meriti, recorrendo à Frente Negra com pedidos de ajuda para educação. De acordo com Costa, as migrações das fazendas ocorreram majoritariamente para Nova Iguaçu<sup>128</sup>, na época que São João do Meriti era pertencente a esse município, o que mostra como as migrações poderiam ter influenciado esse tipo de demanda. Pelo que foi analisado até aqui, educação era um valor importante e

<sup>126</sup> RIOS, Ana L. e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>127</sup> BAPTISTA, Karina Cunha. *O Diálogo dos Tempos*. Op. Cit p. 20.

<sup>128</sup> DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade”: *Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)*. Editora Appris, 2020.

entendido de forma racializada. Sendo assim, é possível perceber que os migrantes estiveram no processo de realizações familiares de subversão racial, mesmo que com formas mais sutis de expressão sobre resistência, mas estavam lá. Diferente do que podemos achar em materiais como de José Murilo de Carvalho e de Florestan Fernandes<sup>129</sup>, os migrantes não estariam fadados à marginalização, mas seriam os protagonistas da busca das mudanças estruturais do racismo.

Contudo, as formas de consciência racial não estavam apenas concentradas na educação. Como sinalizamos no começo dessa discussão, existiam outras maneiras de identificar a consciência racial, portanto trataremos dessa abordagem nessa etapa da argumentação. Sendo assim, existiam vários outros valores expostos, incluindo a identificação racial. Dessa maneira, analisaremos, agora, essas identificações e os choques entre migrantes e escrivão em volta da cor.

Vale ressaltar que as cores dos indivíduos não eram as únicas informações encontradas na Casa de Detenção como forma de reconhecimento racial. A partir de 1935, o termo “raça” é adicionado como uma lacuna a ser preenchida nas informações, que seria referente à “raça” dos detidos. Podemos ver, a partir desses registros, como as teorias racistas e o entendimento de raça chegaram em documentos de ação cotidiana, mostrando que houve uma incorporação dessas teorias em caráter não só intelectual, mas também popular. O termo se sustentou nas informações da Casa de Detenção até meados de 1939, quando é abandonado o preenchimento dessas lacunas pelos escrivães, apesar de não ter sido removida da ficha até os anos analisados de 1940. Com isso, podemos entender que o termo “raça” fazia parte do convívio da população, não sendo um termo de estranheza, muito menos de “imposição” de cima para baixo das elites brasileiras.

Dessa forma, é importante destacar que os populares percebiam, assimilavam e interpretavam as questões raciais à sua própria maneira, estabelecendo fronteiras conflitantes entre si. No trabalho do historiador Karl Monsma, foi possível observar a linha tênue das relações sociais entre harmonia e confronto da coexistência das interações entre os negros, pardos e imigrantes europeus das zonas rurais do Oeste Paulista. Essa linha era composta por disputas que giravam em torno da posição social

---

<sup>129</sup> Fernandes, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978; e José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

que desejavam e que assim definiriam as características étnicas e raciais de acordo com seus valores, decidindo o ponto de harmonia e o ponto de confronto conforme o interesse vigente. Monsma, entretanto, demonstra como no Oeste Paulista houve uma grande monopolização dos imigrantes em relação ao comércio, segregando, assim, os negros e pardos — o que demonstrou uma clara reconstrução das discriminações raciais entre pobres e subalternos. Nessa mesma linha de pensamento, Marcus Vinicius Rosa destacou a interação entre imigrantes e negros pobres em Porto Alegre e os desdobramentos entre conflitos e solidariedades a partir das noções de raça. O autor identificou que os imigrantes brancos, por mais pobres que fossem, se utilizavam dos serviços dos negros baseados pela cor, conectada à uma hierarquia racializada. Assim como, quando se tratava de confrontos policiais, a cor era mencionada apenas quando se tratava dos negros, que vinham carregados de adjetivos pejorativos, associando a um lugar de inferioridade<sup>130</sup>. O autor demonstrou, dessa forma, como não era somente a alta classe, os intelectuais ou o governo que produziam os significados raciais, havia, no cotidiano, entre a classe mais baixa e pobre, a produção dessas interpretações raciais, estabelecendo as hierarquias entre si. Essas hierarquias da população mais pobre de Porto Alegre, muitas vezes, estavam associadas a menções da cor ligada ao passado escravista, em tom depreciativo, enquanto os imigrantes eram reconhecidos pela sua nacionalidade, e sua cor era ocultada, ou seja, “normalizada” no dia a dia<sup>131</sup>. Com isso, os autores demonstram que as relações entre imigrantes e negros produziam uma noção racial própria, que os imigrantes optavam por reproduzir o vínculo entre cor e lugar social à inferioridade de raça em relação aos negros para garantir uma diferenciação, já que todos eram da mesma classe social.

Por isso, usar o dia a dia através da Casa de Detenção e dos jornais é uma ferramenta para identificarmos, no limite das ações, as sociabilidades, os conflitos e as negociações que envolvem cor e raça. Em outras palavras, delimitar como essas hierarquias raciais se formavam e como isso poderia ter uma relação direta com os meios de identificação de cor e raça dos migrantes na Casa de Detenção. Um exemplo disso seria o de Pautilho, um migrante bem instruído e articulado na escrita, que se atribuía como um bom trabalhador, ser considerado como da “raça” branca na Casa de Detenção, e com cor “morena”. Os significados dados à raça poderiam vir em forma do

<sup>130</sup> ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. Op. Cit. p. 131.

<sup>131</sup> Ibidem, p. 145.

fenótipo, mas também em forma de “qualidades”, o que poderia justificar tal ação do escrivão, associando pessoas instruídas e articuladas como brancas<sup>132</sup>. Porém, vale lembrar que Pautilho, em discordância com o funcionário da Casa de Detenção, nunca aceitou o termo “moreno”, e, consequentemente, a “raça branca” como uma identificação racial.

Com isso, não era somente os imigrantes europeus ou os brancos que definiam ou ressignificavam as noções de raça. Como explicado anteriormente, a convivência entre as camadas populares estabelecia regras próprias de hierarquias sociais. Como retrata Wlamyra Albuquerque, seriam as construções de “lugares” nas relações que para serem reconhecidos socialmente precisavam demarcar posições, estabelecendo, assim, fronteiras<sup>133</sup>. Ademais, a autora ressalta que, conhecendo seus lugares, esses poderiam ser validados, subvertidos ou colocados de escanteio<sup>134</sup>. Como vimos antes, a Frente Negra Brasileira — mesmo sendo uma classe média — constantemente ressignificava as construções raciais, até usando o próprio conceito de raça, entendendo-o de forma assertiva, como uma questão social, jogando o biologicismo para escanteio. Outro exemplo seria os conceitos estudados por Thomas Holt, Rebecca Scott e Frederick Cooper, que mostram as concepções de trabalho livre, cidadania e igualdade inicialmente como ideias europeias com intuito de exercer um controle sobre os libertos, mas que foram assimiladas pelos próprios e adaptado de acordo com seus valores e interesses no processo de abolição da escravidão<sup>135</sup>. Nessa direção, o conceito social de raça estaria no mesmo processo — podendo sofrer modificações e ressignificações.

No quadro 2, como podemos verificar abaixo, encontramos variadas informações em relação à cor na Casa de Detenção. Nos dados apresentados, conseguimos encontrar diversas diferenças de identificação racial por meio da cor — por parte do escrivão e por parte dos migrantes que as declararam. Em relação aos migrantes, é possível notar uma grande aderência à identificação pela cor parda, enquanto do lado do escrivão, esses migrantes eram classificados como pretos/morenos.

<sup>132</sup> SCHWARTZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira*, 1<sup>a</sup>- ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 44.

<sup>133</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. (2004). *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra Bahia, 1880-1900*. Campinas. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.p.19.

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> SCOTT, Rebecca J.“Fronteiras móveis, linhas de cor e divisões partidárias em Louisiana e Cuba”. in: COOPER, Fredrick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós- emancipação*. Ed. Civ. Brasileira, 2005.

Também, podemos notar outras formas de identificação racial, apesar de estarem em um número menor. Existiam declarações em que os migrantes se identificavam como da cor preta, mesmo quando colocados pelo escrivão como pardo ou moreno. Assim como, inclusive, podemos encontrar migrantes que se identificam como brancos, ao passo que eram colocados como pardos pelo escrivão. Um fator importante que vale a pena notar, também no quadro 2, é como em todos os migrantes que declararam a cor, nenhum se identificou como “moreno”, assim como rejeitaram esse termo todas as vezes quando delimitadas pelo escrivão, que por vez os substituíam por outras denominações de cor. O que devemos ressaltar é que essas declarações dos migrantes em relação a cor só se mostraram presentes a partir de 1932. Por conta desse fator, vale explicar, os anos antecedentes não foram incluídos nesse quadro. Com as informações evidenciadas, podemos, agora, entender um pouco mais sobre as graduações em relação às cores, e como isso poderia estar ou não relacionado à uma consciência racial dos migrantes na cidade.

**Quadro 2 – Divergências de informações relacionadas às declarações de cor entre escrivão e migrantes na Casa de Detenção (1930-1940)**

Nomes	Cor (escrivão)	Declarações (migrantes)	Data
<b>Mario dos Santos</b>	Parda	Ao identificar-se notificou-se ser da cor preta	12/09/1932
<b>Antonio de Oliveira</b>	Preta	Ao matricular-se verificou o mesmo ser de cor parda	07/03/1933
<b>Luiz Gonzaga Drumond</b>	Preta	Ao matricular-se verificou ter cor parda	10/03/1933
<b>Manoel Moraes da Silva</b>	Pardo	Ao matricular-se verificou-se o mesmo de cor parda	28/03/1933
<b>Waldemiro Pinto</b>	Preta	Ao matricular-se declarou ser de cor parda	24/04/1933
<b>Joaquim Antonio da Silva</b>	Morena	Verificou-se o mesmo ser de cor parda	08/12/1933
<b>José Pautilho da Cruz</b>	Morena	Verificou-se o mesmo de cor parda	24/01/1934
<b>João Marcelino dos Santos</b>	Parda	Verificou-se ser da cor preta	20/05/1934
<b>Waldemar de Souza</b>	Morena	Verificou ser de cor preta	20/05/1934
<b>Antonio José dos Santos</b>	Preta	Verificou o mesmo ser da cor parda	12/09/1934
<b>Antonio José dos Santos</b>	Preta	Verificou-se ser o mesmo de cor parda	01/04/1935
<b>Eduardo Campos</b>	Preta	Verificou-se ser o mesmo de cor parda	06/04/1935
<b>Didio Passos</b>	Parda	Verificou o mesmo ser da cor branca	11/04/1935

<b>José Alves Timoso Filho</b>	Parda	Verificou-se ser da cor branca	06/05/1935
<b>Sérgio Lima</b>	Preta	Verificou-se ser da cor parda	08/05/1935
<b>João Alves Nogueira</b>	Parda	Verificou ser de cor parda	16/05/1935
<b>Fausto Ribeiro de Souza</b>	Pardo	Verificou o mesmo ser de cor preta	18/05/1935
<b>José Vicente</b>	Parda	Declarou ser da cor branca	08/06/1935
<b>Carlos Domingos Filho</b>	Parda	Verificou o mesmo ser de cor branca	17/06/1935
<b>Nilo de Freitas</b>	Morena	Verificou-se ser o mesmo da cor parda	09/08/1935
<b>Antonio Soares Souza</b>	Parda	Declarou cor branca	19/09/1935
<b>Oribeio Magalhães</b>	Morena	Verificou-se o mesmo ser da cor parda	19/10/1935
<b>Manoel Dantas de Oliveira</b>	Mestiça	Declarou ser pardo	21/10/1935
<b>Antonio Costa</b>	Parda	Verificou-se o mesmo ser da cor preta	18/12/1935
<b>Antonio Sergio de Oliveira</b>	Preta	Verificou-se ao ser matriculado ser da cor parda	25/05/1936
<b>José Saturnino de Paula</b>	Morena escura	Verificou-se ser o mesmo de cor parda	03/06/1936
<b>José Antonio Pereira</b>	Preta	Verificou-se ser o mesmo de cor parda	29/07/1936
<b>Waldemar Firmino de Souza</b>	Preta	Verificou-se o mesmo de cor parda	11/06/1938
<b>Alfredo dos Santos</b>	Morena	Declarou-se o mesmo ser de cor parda	12/09/1938

**Fonte:** Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1930-1940)

Ao entrarmos no assunto que envolve identificações raciais de cor no Brasil, um país que esteve em seu processo a formação de diversas cores com categorias fluídas e hierarquizadas, não seria surpresa que encontrariamos tais categorias nas documentações que identificam a cor. De acordo com Hebe Mattos, a adoção de termos variados em relação à cor faziam parte da diferenciação de hierarquia típica do Antigo Regime que naturalizava desigualdade sociais, como, por exemplo, o termo “pardo”, que teria sido utilizado inicialmente para se referir à cor de escravizados mais claros, geralmente associados com alguma ascendência europeia, mas depois se consolidou como uma categoria referente à liberdade, utilizada como “pardo livre”, que indicaria a liberdade, mas sinalizaria a condição anterior de escravidão, assim como o “cristão

novo” sinalizaria ascendência judaica, mesmo sendo convertido ao cristianismo<sup>136</sup>. Essas formas de categorização, para permanecerem como desigualdades hierarquizantes, continuam sendo utilizadas e racializadas pela população e, posteriormente, seriam usadas pelos intelectuais a partir das teorias racistas para promover a ideologia do branqueamento. Com isso, de acordo com Vinicius de Freitas Rosa, se a raça servia para unificar indivíduos “de cor”, as variações de tonalidade epidérmica serviam para criar fronteiras entre eles<sup>137</sup>. Dito isso, analisaremos as identificações raciais dos migrantes da tabela acima.

Ao observar o quadro 2, podemos identificar uma grande quantidade de migrantes se autodeclarando como pardos, enquanto o escrivão os identificava como pretos/morenos. Como retratado por Hebe Mattos no livro *Das cores do silêncio* (1998), o desaparecimento das cores nos registros de óbito e batismos no final da escravidão e no pós-abolição nas lavouras cafeeiras do Sudeste seria uma forma dos libertos fugirem dos estigmas marcados pela escravidão, mostrando, assim, uma forma estratégica de busca por cidadania e afastamento do preconceito<sup>138</sup>. O importante do trabalho de Hebe é observar como as identificações raciais podem depender das circunstâncias apresentadas para o indivíduo. Com isso, ao observar migrantes que declararam serem pardos, embora o escrivão tenha os identificados pela cor preta, poderíamos chegar à conclusão que fora feita uma associação dos migrantes às teorias de embranquecimento, em conjunto com a hierarquização racial, ao tentar “embranquecer” sua cor. Porém, acreditamos que os indivíduos são mais complexos e que, mesmo que haja uma assimilação e reinterpretação dessas questões no cotidiano, a identificação da cor seria usada de forma estratégica, assim como vimos como a não-utilização também seria, pelo trabalho de Hebe.

Com isso, voltamos à Casa de Detenção e identificamos algo interessante em relação aos autodeclarados pardos. Ao levar em conta apenas os que se identificaram como pardos e os escrivães como pretos (tirando os morenos), temos o total de 11 declarações em relação à essa identificação racial. Desses 11, seis desses migrantes apresentaram uma questão em comum, que possivelmente poderia ter alguma relação

<sup>136</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004. p. 14.

<sup>137</sup> ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. Op. Cit. p. 281.

<sup>138</sup> CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

com uma estratégia de proteção. Essa questão em comum estaria ligada a outros itens de informações na Casa de Detenção: o trabalho, a moradia e a instrução. Em todos esses seis migrantes, o escrivão constatava que esses não teriam trabalho ou moradia ou instrução, ou todos eles. Enquanto que nas declarações dos migrantes, em conjunto com a declaração da cor, podíamos identificar também declarações referentes a trabalho e/ou moradia e/ou contestações de sua instrução. Ao que parece, o escrivão teria a tendência em classificá-los como pretos, levando em consideração as questões racializantes, por identificar a cor preta aos estigmas relacionados à vagabundagem, pobreza e desordem<sup>139</sup>. Como forma estratégica, esses migrantes — que ainda poderiam estar com grandes instabilidades na cidade — poderiam identificar-se com a cor parda como uma tentativa, em conjunto com as outras declarações de diferenciação, de não serem estigmatizados como vagabundos e outras acusações que poderiam enfrentar num processo.

Em contraste, também temos migrantes que se autodeclararam como pretos, enquanto o escrivão os retratava como pardos. Nesse contexto, também verificamos as questões de moradia/trabalho, e o que encontramos seria exatamente o oposto: o escrivão teria preenchido os itens de trabalho e moradia, e os migrantes que se declaravam de cor preta optavam por não declararem outras informações além da cor, assim presumimos que as preenchidas pelo escrivão estariam corretas, mostrando uma estabilidade um pouco maior do que os comentados anteriormente que se declararam pardos. Com isso, temos a questão inversa: o escrivão teria os classificados como pardos por terem trabalho/moradia estabelecidos, e os “embranquecido”, enquanto para os migrantes, pela sua maior estabilidade, não teria vantagens em se declarar pardo como forma estratégica, a não ser que quisessem “embranquecer” — o que não era o caso. Já os migrantes que se declaravam como brancos e teriam sido identificados como pardos pelo escrivão, esses pareciam ter uma intenção de “embranquecer”.

Nas passagens pela Casa de Detenção também temos o exemplo do mineiro Paultinho, que também fez constatações nas observações de sua ficha de 1934<sup>140</sup>. Nessas observações, o migrante ressaltou o seu ofício como trabalhador do comércio e também declarou sua cor como sendo parda<sup>141</sup>. Nos dados que haviam sido preenchidos no

<sup>139</sup> CHALHOUB, Sidney. Cortiços e classes perigosas. In.: *Cidade Febril*. Companhia das Letras, 1996.

<sup>140</sup> Para visualizar o formato da Casa de Detenção e onde as “observações” ficavam, retornar a página 34-35

<sup>141</sup> APERJ. CDDF. Notação MD-HO-023. Número do Registro 296. Ano 1934.

quesito “ocupação” e “cor” pelo escrivão, a cor teria sido o ponto de discordância. Essa discordância na cor se dava ao fato de que o escrivão teria julgado Paultilho como “moreno”, e o migrante se considerava pardo. Entre as suas outras entradas na Casa de Detenção, Paultilho havia sido identificado como pardo e pardo escuro<sup>142</sup>. Dessa forma, o migrante tentava demonstrar seu caráter trabalhador nos jornais e na Casa de Detenção, assim como sua cordialidade na escrita em agradecimento ao jornal, se mostrando bem instruído e ressaltava, também, que não se identificava com uma variação da cor como “moreno”. Essas eram formas estratégicas não só de lidar com as leis racializadas, mas também de mostrar seus valores perante os confrontos, onde se estabelecem as fronteiras étnicas.

Já em relação aos identificados como “morenos” pelo escrivão, temos uma rejeição ao termo. Como podemos verificar na tabela, de todos os migrantes que declararam sua cor, nenhum considerou a classificação “moreno” para verificar sua cor na Casa de Detenção, assim como rejeitaram tal denominação quando identificados dessa maneira. O historiador Rodrigo Weimer, que estudou através de fontes orais as memórias de uma família negra que vivia no litoral do Rio Grande do Sul, constatou que o termo “moreno” teria sido usado pela população negra local para fugir dos estigmas que o termo “negro” associava na época, com terminologias ligadas à escravidão; em outras palavras, a identificação racial nesse local apropriou-se do termo “moreno” não como uma forma de “embranquecer”, mas sim como uma forma de não serem relacionados à escravidão, e assim serem vistos como cidadãos<sup>143</sup>. Intrigados com essa questão, resolvemos pesquisar nos dicionários da época<sup>144</sup> e os jornais da época<sup>145</sup>

<sup>142</sup> APERJ. CDDF. Notação MD-HO-036. Ano 1935. Número de Registro 4.353; APERJ. CDDF. Notação MD-HN-165. Número do Registro 98. Ano 1930.

<sup>143</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Op Cit. p. 402-413.

<sup>144</sup> O mais próximo encontrado fora o dicionário de 1913. FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo diccionário da língua portuguesa*. Nova ed. essencialmente refundida, corr. e copiosamente ampl. Lisboa [Portugal]: Livraria Clássica Editora, 1913. 1024 p., 25 cm. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obra\\_gerais/drg1134852/drg1134852.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obra_gerais/drg1134852/drg1134852.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2022.

<sup>145</sup> Exemplos pesquisados nos jornais são de moças declarando sua cor e procurando um noivo. Esses exemplos serviram como base para compreender o termo “moreno” na cidade do Rio de Janeiro.

Diario da Noite. Edição 02777 (1). Rio de Janeiro. Ano 1936. Disponível em: <[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_01&pesq=%22moreno%20e%20branco%22&hf=memoria.bn.br&pafis=29587](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&pesq=%22moreno%20e%20branco%22&hf=memoria.bn.br&pafis=29587)>.

Diario da Noite. Edição 08783 (1). Rio de Janeiro. Ano 1936. Disponível em: <[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_01&pesq=%22moreno%20e%20branco%22&hf=memoria.bn.br&pafis=29698](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&pesq=%22moreno%20e%20branco%22&hf=memoria.bn.br&pafis=29698)>.

Também usamos a busca por pessoas desaparecidas, que usavam a cor como descrição.

do Rio de Janeiro para descobrir significações que o termo “moreno” poderia caracterizar. No dicionário formulado por Cândido Figueiredo, esse vocábulo é mencionado como “aquele que tem cor de trigueira”<sup>146</sup>, enquanto o termo “trigueira”, no mesmo dicionário, é descrito como “cor de trigo maduro. “Moreno”<sup>147</sup> remete a uma das inúmeras classificações raciais e de diluição da cor usadas na época, para dar um significado de cor mais clara — porém estabelecendo a diferença do branco<sup>148</sup>. Nos jornais, encontramos essa denominação racial remetendo o termo “moreno” como mais próximo à cor branca, ou seja, seria quando classificavam o indivíduo como “quase” branco — ainda assim mantendo as diferenças e mantendo as marcações raciais. Em uma das pesquisas encontrada no jornal Diário da Noite, esbarramos com uma moça que se denominava morena e colocava entre parênteses “branca”<sup>149</sup>, ou seja, ao que parece, o termo “moreno”, nas diversas denominações de cores que circulavam no cotidiano do Rio de Janeiro, era visto como distinto, porém similar ao branco dentro das classificações estabelecidas das cores. Apesar disso, essa forma de classificar a cor poderia ter inúmeras apropriações — como já comentado anteriormente, a adaptação de um termo racial dependia de quem a usava. Dessa forma, a terminologia “moreno” teria uma grande diferença entre os locais citados — Rio de Janeiro e litoral do Rio Grande do Sul —, sendo assim adaptados conforme seus interesses e estratégias. Com isso, podemos dizer que o termo “moreno” no Rio de Janeiro, que parecia estar associado a estar mais próximo da cor branca, fora negado pelos migrantes, preferindo serem identificados como “pardos” ou “pretos”.

Como vimos acima, as declarações e as identificações raciais podem ser complexas. Como discutido, a identificação racial pode estar num meio familiar — mesmo que esse meio nunca tenha abordado em si conceitos raciais, porém os tenha focado em objetivos em meios racializados, como no caso da educação. Também

A Noite. Edição 06670 (1). Rio de Janeiro. Ano 1930. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_03&pesq=%22cor%20morena%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1310](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq=%22cor%20morena%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1310)>.

<sup>146</sup>FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo diccionário da língua portuguesa*. Op. Cit.

<sup>147</sup>Idem.

<sup>148</sup> Santos, Jocelio Teles. ‘De Pardos Disfarçados a Brancos Pouco Claros: Classificações Raciais no Brasil Dos Séculos XVIII – XIX’. In: Afro-Asia, no. 032, Universidade Federal da Bahia, 2005 p. 137.

<sup>149</sup>Jornal fundado por Assis Chateaubriand, o mesmo proprietário do O Jornal na época, que em sua direção adotou ares mais liberais em suas publicações. BRASIL, Bruno. “O Jornal”. Fundação Biblioteca Nacional, Artigos. 12 novembro de 2015. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-jornal/>>.

Diário da Noite. Edição 08783 (1). Rio de Janeiro. Ano 1936. Disponível em:

<[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_01&pesq=%22moreno%20e%20branco%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=29698](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&pesq=%22moreno%20e%20branco%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=29698)>.

poderia estar associada à uma estratégia circunstancial, como no caso das identificações da cor na Casa de Detenção, o que torna o conceito de consciência racial extremamente complexo e difícil de conseguir caracterizá-lo completamente. Como forma de entender um pouco mais sobre essas questões de identificação, tentaremos compreender também como os migrantes negros que se declararam como pretos teriam adquirido essa consciência racial — já que supomos que identificar-se pela cor preta não teria sido uma estratégia, e sim uma forma de identificação genuína.

As fontes utilizadas aqui, apesar de serem muito ricas, apresentam limitações. Isso porque nos limitamos a entender a tomada de consciência racial dos migrantes somente a partir da educação. Por isso, reservamos esse espaço para tentar adicionar mais algumas camadas à discussão, a partir dos relatos orais de membros do movimento negro na década de 1970, estudados por Amilcar Araújo Pereira (2010), em sua tese de doutorado “O Mundo Negro: constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)”. Apesar dos relatos estarem relacionados à uma época muito à frente a que estamos propondo aqui, esses relatos são condizentes aos olhares da infância, ou anteriores a 1970, muitos em seio familiar, o que podemos caracterizar como experiências vivenciadas e repassadas por gerações anteriores. Com isso, podemos juntar essas informações e aplicá-las em nossa fonte em conjunto — da Casa de Detenção e dos jornais no começo do capítulo — para compreender algumas trajetórias individuais desses migrantes que acompanhamos no Quadro 2.

Como vimos anteriormente, a família poderia ser uma grande influência para as várias estratégias de migrações, assim como também de acumular vivências e experiências que despertavam, mesmo que inconscientemente, entendimentos racializados. Tomando como pressuposto os relatos analisados por Pereira, muitos membros do movimento negro teriam atribuído a construção da identidade negra ao seio familiar, no qual existiam inúmeras vivências e experiências acumuladas nas gerações anteriores de violências do racismo, perseguições às religiões de matrizes africanas, além da ligação com a cultura, a festividade, o samba etc. Um relato bem marcante em relação a tomada de consciência racial através de vivências familiares de racismo é a de Flávio Jorge Rodrigues, um dos fundadores do grupo negro da PUC de São Paulo, na década de 1970, que narra que sua avó paterna, cujo o pai fora escravizado, teve uma atitude que nunca esquecera: quando começou a frequentar a escola, a avó colocava um pedaço de cabo de vassoura em sua mochila, e dizia que caso alguém o chamasse de

“neguinho” era para “descer o sarrafo”<sup>150</sup>. Dessa forma, podemos ver atitudes de resistências às formas pejorativas relacionadas às vivências no contexto racial do cotidiano, principalmente em volta das relações hierárquicas de cor. Essas vivências e experiências poderiam estar também no seio familiar e no despertar da consciência racial dos migrantes negros que encontramos tanto no Quadro 1 quanto no Quadro 2.

Ainda no ambiente familiar, também podemos encontrar, na cultura negra, elementos que criem essa conexão racial. As fontes orais analisadas por Pereira, mostram alguns exemplos nos quais a cultura negra expressada dentro da família seria um fator muito importante e muitas vezes determinante para a consciência racial desses militantes negros da década de 1970<sup>151</sup>. Nesses relatos, podemos encontrar em sua narrativa militantes que se identificaram na música, no samba ou na festividade na qual poderia haver essa conexão e sentimento de pertencimento. Assim como seria para a religião, que retrata muito a conexão dos pais ao candomblé e à umbanda como fatores que ajudaram a formar essa consciência racial ainda na infância. Como reflexão, Pereira traz uma questão importante das narrativas dos militantes nessas lembranças da infância, que teriam tido contato com essas referências no seu meio social em casa, mas não necessariamente a família trazia uma consciência racial “explícita” ou “consciente” dos pais ou dos avós, ou seja, não necessariamente o berço familiar abordava questões raciais, mas manifestava-as através de ações culturais no dia a dia.

Além da família, o ambiente fora do zelo familiar das relações sociais estabelecidas no dia a dia também poderia influenciar na percepção e formação da identidade racial. Essas percepções podiam estar relacionadas ao racismo e à forma pejorativa que a cor poderia se estabelecer no cotidiano, como o relato de Mundinha Araújo, uma militante negra, fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), que retrata na faculdade comentários pejorativos de alunos brancos em relação a um professor negro da universidade, relacionando a dificuldade em passar na matéria, por ser um professor rígido, à sua cor: “ele só dá nota baixa! Mas é porque ele é preto”<sup>152</sup>. Nesse exemplo, podemos ver como as fronteiras raciais propagadas pela

---

<sup>150</sup> PEREIRA, Amilcar Araújo. *O Mundo Negro*: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Op. Cit. p. 70.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 68.

branquitude e o uso dos seus privilégios numa sociedade racializada<sup>153</sup> utilizavam-se de termos como “mas é porque ele é preto” como uma forma pejorativa de desclassificação da sua capacidade pela cor. Dessa forma, são nessas construções de “lugares”,<sup>154</sup> como Wlamyra Albuquerque ressalta, que se estabelecem hierarquias raciais que também podem ser construtores de identificações raciais.

A identificação racial pela população negra também poderia estar relacionada à uma coletividade. As fronteiras estabelecidas, o racismo presente no cotidiano e a identificação com a cultura negra geravam um centro de coletividade negra, que se formariam para lidar com as consequências das relações raciais. Esses seriam os clubes negros, o movimento negro e outros já debatidos por aqui. Pereira também atenta para o contato de militantes negros com a comunidade negra, servindo como inspirações, que também estariam entre essas identificações feitas pela coletividade negra<sup>155</sup>. Assim, em 1930 poderiam existir também inspirações negras que estimulavam coletivamente outros negros a formarem essa identificação. Desse modo, as identificações raciais também poderiam vir de formas coletivas.

Nesse sentido, é possível entender que a construção da consciência e identidade negra poderia ser formada de diversas formas. Como podemos ver a partir das entrevistas de Pereira, a formação da consciência racial dependia das experiências de cada indivíduo, podendo existir inúmeras possibilidades para o processo de construção identitária. Com isso, o autor ressaltava que é necessário levar em conta os diferentes contextos sócio-históricos e os aspectos subjetivos neles presentes<sup>156</sup>. Além disso, as formas de lutas desenvolvidas pela população negra em relação aos processos de racialização não estariam presentes somente nas ações coletivas, mas também estariam em formas individuais a partir da vivência e experiência da família. Ou seja, as vivências, experiências em relação à raça que delimitariam a identificação e as significações em correspondência as diversas interações.

<sup>153</sup>SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 14.

<sup>154</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. (2004), *A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra Bahia, 1880-1900*. Campinas. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. p. 13-16.

<sup>155</sup> PEREIRA, Amilcar Araújo. *O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Op. Cit. p 77.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 78.

Dito isso, temos uma gama de possibilidades que poderiam fazer parte da experiência e vivência dos migrantes tanto na cidade quanto dentro do ambiente familiar. A identificação racial poderia estar relacionada às experiências coletivas ou individuais que acompanhamos vindo sendo construídas nas gerações dos relatos orais de Pereira. Com isso, as declarações de identificações raciais que identificamos na Casa de Detenção possivelmente poderiam ser construídas a partir de relações vivenciadas na cidade e também na experiência familiar. Como mostramos aqui através da trajetória individual de José Paultilho da Cruz, no começo do capítulo, vimos um exemplo de ações e interações na cidade as possibilidades de entendimento e identificação racial.

Além de Paultilho, existiram muitos outros migrantes, como vimos no Quadro 2, que poderiam ter sua trajetória compartilhada aqui. Porém, devemos ressaltar que as vivências que conseguimos encontrar em relação ao Paultilho, na Casa de Detenção e nos jornais, para desenvolver uma pequena parte de sua trajetória na cidade do Rio de Janeiro, não fora possível com outros migrantes. O motivo para isso seria a ausência nas fontes dos mesmos nos jornais. Contudo, vale a pena destacar os migrantes negros que se identificaram na Casa de Detenção pela cor “preta”. Os migrantes Mario dos Santos, João Marcelino dos Santos, Waldemar de Souza, Fausto Ribeiro de Souza e Antonio Costa, em algum momento durante suas trajetórias na cidade ou na família, individual ou coletivamente, pela cultura ou pelo racismo, através de experiências geracionais da família ou pela própria vivência, ou ambas, se reconheceram como negros. É difícil delimitar algo que é tão próprio e individual de cada ser humano em sua época, porém, o que gostaríamos de terminar neste subcapítulo é salientar que, em muitos trabalhos lidos até aqui, os negros foram englobados numa teoria do embranquecimento, como se fosse a única alternativa, ou como uma forma de submissão ao que entendemos com as teorias raciais. Entretanto, o que propusemos nesse espaço é mostrar que essa não era a única alternativa, pois até no inconsciente de famílias negras há uma noção de vivências e experiências em relação à raça e à racialização dos meios.

### *2.3 – Por onde andavam: trabalhos e moradias dos migrantes negros na cidade do Rio de Janeiro*

No dia 27 de dezembro de 1934, um senhor fora apreendido em flagrante enquanto andava pelas ruas do Rio de Janeiro, aparentemente em ociosidade — motivo

até então comum na época, que levava a polícia a reter os indivíduos pela cidade, temendo o cenário de pobres vagando pelas ruas sem uma razão direta ligada ao trabalho. No entanto, nesse dia aparentemente comum, uma problemática se estabeleceu dentro do campo jurídico, e perpassou pelo jornal da Revista Criminal posteriormente<sup>157</sup>. O senhor apreendido que andava pelas ruas, reconhecido como Felippe Urbano dos Santos, era um migrante já idoso, que teria seus quase 80 anos na época. Mesmo com a sua idade avançada, Felippe fora processado pelo incurso das penas do artigo 399 do Código Penal de 1890, pela acusação de vadiagem. No curso do processo e na decisão judicial explicitada pelo jornal, o migrante negava tais acusações, enquanto as testemunhas do flagrante diziam não terem certeza da culpa do réu por tal incriminação. Os “outros” descritos na fonte o acusavam por ser um vadio conhecido, com inúmeras passagens na Casa de Detenção — mas esses apontamentos foram desmentidos pelas folhas de antecedentes criminais. Já o investigador que efetuou a prisão o condenava, pois “parecia” não ter profissão ou ofício. Na decisão do juiz, o que definiu o caso fora a idade de Felippe, partindo do pressuposto do artigo 170/3º da Constituição de 1934, que aposentava compulsoriamente os funcionários públicos maiores de 68 anos. No entanto, apesar da decisão do magistrado ter sinalizado improcedente o processo, o mesmo também considerou que o ideal seria mandar Felippe para um asilo, para não ficar vagando pela cidade.

Apesar do caso do processo do migrante Felippe ter as suas especificidades por conta da sua idade, podemos observar que os principais fatores de defesa, ataque e reviravoltas estavam em torno das questões de trabalho. Não somente porque o delito se aplicava ao artigo de vadiagem — o que necessariamente incluiria esse peso —, mas também pela forma que o ofício produzia uma importante ferramenta dentro das relações estabelecidas na cidade. A confusão e incerteza de algumas testemunhas em relação às acusações e à certeza de outras em relação ao crime previsto mostram o cenário caótico que as relações de trabalho e do cotidiano na cidade podiam se estabelecer. A partir dessas testemunhas nos atentamos que, mesmo na velhice, era de extrema relevância possuir um ofício e ter reconhecimento na cidade dessa ocupação, o que, inclusive, ajudava nas defesas dos julgamentos racializados da polícia. A mistura

---

<sup>157</sup> Revista Criminal (RJ). Edição 00036-00037 (1). Fevereiro e Março 1935. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=340774&pesq=%22Felippe%20Urbano%20dos%20Santos%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1722>>. A Revista Criminal era destinada a crônicas policiais e relatos policiais escritos por jornalistas.

entre o Código Penal de 1890 e a nova constituição formada na época de 1934 divergia entre si quando se tratava de idade avançada e trabalho, e as ações dos indivíduos nas cidades também, o que resultava nas pessoas confundirem a vadiagem mesmo naqueles que estariam numa posição de aposentar-se. Com isso, o reconhecimento do trabalho, mesmo que não o exercesse mais, prevaleceria para considerar num testemunho a culpa ou não. Dessa forma, descobrir quais eram as profissões dos migrantes negros que vieram para o Rio de Janeiro, assim como entender quais eram as ocupações mais escolhidas na cidade e o papel desse migrante nesses locais, nos diferentes momentos das décadas de 1920 até 1940, serão os assuntos que investigaremos neste último subcapítulo.

Nas informações extras que encontramos no caso de Felippe, essa não seria a última vez que o migrante seria detido. Em 1936, dois anos após o primeiro ocorrido, Felippe aparece com uma nova passagem na Casa de Detenção, sendo detido pelo mesmo artigo 399 do Código Penal de 1890, com o motivo de prisão declarado como “segurança pública”<sup>158</sup>. Nesses dados, foi possível encontrar a profissão do migrante, sendo informado a sua ocupação como pedreiro. Mesmo com ofício especificado na fonte e também ligando o fator da idade, o migrante dessa vez não teria a mesma decisão jurídica de dois anos antes, sendo enviado para a Colônia de Dois Rios com mais de 80 anos de idade. Após o ocorrido, as notícias sobre o migrante cessaram. Assim como Felippe, há outros migrantes negros encontrados entre 1920-1940 que estavam sendo presos por vadiagem, mesmo indicando seus ofícios nos dados da Casa de Detenção. As questões de trabalho e vadiagem estavam, também, muito conectadas às relações da cidade, da sociabilidade, do reconhecimento, do racismo e da reputação. Diante disso, entender não somente as relações de trabalho, mas também as ações dos migrantes frente às acusações direcionadas a eles é essencial para não categorizar esses migrantes como passivos das leis — assim como não eram passivos nas escolhas e ações em relação aos seus trabalhos.

Em vista disso, entraremos em questões de trabalho, mas também em outras especificações que também estavam em volta do trabalho — como as moradias —, focando especialmente nas ações, escolhas e estratégias dos migrantes. Através da Casa de Detenção, analisaremos quais trabalhos os migrantes estabeleciam na cidade do Rio, e onde moravam, focando em entender quais significados esses trabalhos poderiam ter

---

<sup>158</sup>APERJ. CDDF. Notação MD-HO-038. Número de registro 337, ano 1936.

para esses migrantes, de acordo com as experiências de suas famílias — muitas vieram de fazendas do interior do Rio de Janeiro. Da mesma forma que tentaremos dialogar sempre com os impactos da época, como o início da Era Vargas e os direitos que foram sendo adquiridos na década de 30. Dessa forma, tentaremos entender, pelas ações dos migrantes, formas de compreender o trabalho.

O retrato dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Primeira República na historiografia atual esteve na sua maior parte em diálogo com suas profissões, a fim de entender as lutas daquela classe proletária nas cidades mescladas em conjunto com o cotidiano desses trabalhadores na então capital. O cenário de um conjunto de trabalhadores desenvolvendo solidariedades entre si, entendendo seu papel na cidade e buscando seus direitos foram formas de demonstrar diversos grupos agindo, lutando e protagonizando embates que antes não eram vistos. Nesta parte da discussão, iremos abordar algumas profissões que foram estudadas pela historiografia nessa época no Rio de Janeiro, para podermos entender as suas especificidades, assim como a ambientação do período estudado. Com isso, iremos introduzir e problematizar os migrantes negros que estavam chegando à cidade e como esses foram “escondidos” dentro de um núcleo mais abrangente desses ofícios, ocultando a origem dos mesmos na historiografia. Dessa forma, iremos primeiramente apresentar os trabalhadores e seus ofícios e inserir assim os migrantes negros que também estavam mergulhados nesse mesmo contexto.

Entre as profissões ocupadas por negros, temos primeiramente os trabalhadores do transporte no Rio de Janeiro. O historiador Paulo Cruz Terra em sua tese de doutorado buscou entender os cocheiros e carroceiros no final do século XIX e início do XX na cidade, tentando compreender as relações entre empresas, trabalhadores e Estado nos transportes disponibilizados na época<sup>159</sup>. Terra retrata a importância dos carroceiros na cidade que eram em sua maioria para serviços básicos da sociedade carioca, como o transporte de doentes, retirada de lixo e carregamentos no geral, enquanto os cocheiros eram os que utilizavam veículos para transportar passageiros. Com foco em quem conduzia esses transportes, o autor retrata que na segunda metade do século XIX, os carroceiros eram em grande parte carregadores negros, sendo muitas vezes escravos de ganho. Isso porque o carregamento era uma função muito visada entre os escravizados no contexto urbano, pois exercia uma certa autonomia dos senhores, além desse grupo

---

<sup>159</sup> TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2012. p. 32. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1404.pdf>>.

contar com ajudas mútuas entre si, unindo forças para a compra de alforrias<sup>160</sup>. Já os que faziam transportes com carroças, ou seja, que utilizavam veículos, eram em maioria trabalhadores livres, sendo os imigrantes portugueses os mais encontrados. As carroças acabaram tomando o espaço dos carregadores negros no final do período monárquico, e esses chegaram a protestar contra esses serviços que estavam ganhando mais destaque nas ruas. Dessa forma, o autor mostra como essas trocas levavam às disputas e aos conflitos entre escravizados e imigrantes portugueses.

Por outro lado, na passagem do século XIX para o XX, os meios de transporte continuavam sofrendo mudanças, sendo investidas pela privatização dos serviços e da modernização. De acordo com Terra, os transportes de cargas com veículos como as carroças começaram a serem oferecidas somente por empresas encarregadas com a autorização governamental. Com isso, muitos trabalhadores perderam suas autonomias de trabalho nos serviços de transporte, o que o autor nomeou como um processo de proletarização<sup>161</sup>. Entretanto, os cocheiros e carroceiros resistiram a essas tentativas, ocasionando greves que paravam esse setor que era necessário para o andamento e funcionamento da cidade. Já no cotidiano da cidade, esses trabalhos necessitavam de uma ampla interação com o público, o que trazia também outras questões, como reclamações e conflitos entre usuários e empregados da companhia. Algumas dessas reclamações como a lotação dos bondes, acidentes, brigas e atrasos paravam nos jornais exigindo punições, o que às vezes acarretava na demissão do funcionário — porém o autor ressalta que esses trabalhadores não aceitavam tais acusações e também procuravam os jornais para se defender<sup>162</sup>. Com isso, podemos notar que esses trabalhadores estiveram numa grande mudança no trabalho com o transporte no qual passaram de um trabalhador que tinha sua autonomia para funcionários de empresa de transporte. Contudo, é importante ressaltar que todos esses passos foram sendo construídos com muita relutância, e, mesmo com as empresas, os funcionários não aceitavam demissões injustas, assim como buscavam os jornais para refutar as reclamações da cidade. Como vimos anteriormente, os migrantes negros do Sudeste cafeeiro também usavam desta estratégia na cidade do Rio de Janeiro, usando os jornais

---

<sup>160</sup>TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Op. Cit p. 32.

<sup>161</sup>Ibidem, p. 41-46.

<sup>162</sup>Ibidem. p. 77-83.

para fazer denúncias, porém, no trabalho de Terra, não conseguimos identificar quais eram migrantes nacionais dessa região.

Um importante adendo que devemos destacar nesse entendimento dos diferentes trabalhadores no Rio de Janeiro é a questão da cor. Como vimos no trabalho de Terra, há apenas a diferenciação de cor quando ainda se tratava dos anos de escravidão, enquanto que nos primeiros anos da Primeira República a cor some e sobra somente os trabalhadores do transporte sem delimitar a cor, nem suas origens. Quando falamos de classes sociais, muitos trabalhadores são englobados numa determinada classe, o que exclui o fator racial da questão. Esse fator se faz preciso, pois, como David Roedger nos alerta, a ideologia de raça fora utilizada por trabalhadores brancos como forma de se diferenciarem dos trabalhadores negros, para se sentirem mais privilegiados dentro de uma constante exploração do capitalismo liberal<sup>163</sup>. A branquitude usou desses mecanismos para perpetuar seu racismo, mesmo que isso não melhorasse a qualidade e o valor do trabalho. Com isso, precisamos ter essa diferenciação entre trabalhadores negros e brancos justamente pelo estigma ideológico de raça que já abordamos anteriormente.

Nesse sentido, podemos nos atentar aos trabalhos que abrangem a cor entre os trabalhadores. Entre os outros ofícios que encontramos no Rio de Janeiro, na Primeira República, também podemos destacar os marinheiros. A partir da análise de Álvaro Nascimento, podemos captar o funcionamento das hierarquias dos marinheiros pelos antecedentes da Revolta da Chibata, que se estabeleciam a partir da cor. Ao fazer pesquisa dentro da marinha e ir além dos jornais, o historiador trouxe novas maneiras de interpretar o que seria cidadania para essa parcela da população negra que estava dentro da marinha. As conjunturas de avaliação de posições de cargos e promoções eram indicadas pelo alto escalão, que eram cargos predominantemente exercidos por brancos. Dentro do processo de racialização e diferenciação entre trabalhadores, entendiam que ali não seria o “lugar” dos então marinheiros negros. Esse impedimento de ascensão social frustrou esses marinheiros que buscavam condições e posições melhores dentro da armada, o que fizeram pautas serem levantadas para fornecer educação e cargos a

---

<sup>163</sup>ROEDGER, David. *Sobre autobiografia e teoria: uma introdução*. Vron Ware (org.) *Branquitude: Identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.53-57.

partir de provas<sup>164</sup>. O código Penal Militar também era uma das pautas importantes, mas não era a principal, de acordo com o autor. Qualificar a “Revolta da Chibata” como tal, era excluir as pautas que levavam os marinheiros negros a buscarem sua cidadania dentro do exército<sup>165</sup>. Para eles, ter os mesmos direitos e oportunidades dentro da marinha era uma forma de exercer e se reconhecer como cidadão. Entretanto, os marinheiros negros estudados por Álvaro não tiveram suas origens abordadas, sendo assim, não conseguimos ter conhecimento de quais eram migrantes das zonas rurais do Sudeste cafeeiro.

Há, também, os estivadores ou os trabalhadores do porto. Essas ocupações estavam atreladas às dinâmicas de trabalho da região portuária do Rio de Janeiro, que dependiam dos serviços de manuseio e transporte de carga e descarga dos navios. Como aponta Maria Cecília Velasco e Cruz, até meados do século XIX, os trabalhadores exerciam funções muitas vezes de carregar o café transportando entre os trapiches da orla, as casas comissárias e os armazéns. Além disso, a maior parte dessa mão de obra era composta por escravos de ganho e libertos, que eram conhecidos como “trabalhadores da tropa”<sup>166</sup>. A tropa seria esse trabalho de carregamento sendo feito em conjunto, enquanto um era o “líder” que delegava os afazeres e negociava os preços nos locais que precisavam do serviço. Após o fim do tráfico negreiro em 1850, em conjunto com a ramificação dos trilhos pelo Vale do Paraíba — que transferiu a rota para a estação terminal da Estada de Ferro D. Pedro II — e a imigração em massa de europeus, o cenário desses trabalhos sofreram algumas mudanças, contudo a autora afirma que seria errôneo acreditar que os trabalhadores de ganho do complexo portuário deixariam o local. O que encontramos, na verdade, é uma troca de contratação<sup>167</sup>. As distâncias entre a estação e o sistema portuário acabaram por substituir os carregadores pelos carroceiros, mas essa mudança acarretou na troca de negociação entre as firmas de café para os carroceiros, ou seja, um intermediário que ficaria encarregado de pagar os serviços e coordenar o trabalho de entrega ou retirada de carga<sup>168</sup>. A autora retrata que os capitães e suas tropas fizeram um movimento de apropriação do território, ou seja, de

<sup>164</sup>NASCIMENTO, Álvaro “Um reduto negro: cor e cidadania na armada” in: GOMES, Flávio Santos (ORG.) e CUNHA, Olívia M. G. *Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 300.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 310.

<sup>166</sup> CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930*. Afro-Ásia, n. 24, p. p. 256-257.

<sup>167</sup> Ibidem, p. 266.

<sup>168</sup> Idem.

ficar junto às casas de café e trapiches, demarcando seu território e estabelecendo fronteiras, criando identidades e saindo do anonimato, sendo conhecido assim pelos “outros”<sup>169</sup>. Essa fixação nos locais portuários ajudou a manter esses serviços e a sobrevivência desses trabalhadores, além de criarem solidariedades entre si. De acordo com o historiador Marcelo Badaró, frente às inseguranças criadas a partir das contratações, que eram feitas de acordo com a demanda do dia, foi estabelecida uma rede forte de solidariedade entre os escravizados que executavam essas tarefas, inclusive para comprar a liberdade de seus companheiros de serviços. Não é à toa que no século XX conseguiram se organizar e formar associações e grandes greves como uma forma de resistência na Primeira República. Além disso, é importante destacar que a autora traz tabelas com relações dos trabalhadores da estiva e do café e trapiche<sup>170</sup>, mostrando que os negros dominavam os trabalhos na região, e não os imigrantes, que faziam parte de uma parcela menor. Dessa forma, podemos ver uma linha de continuidade entre escravizados e libertos e os proletários da Primeira República, que lutaram para permanecer naquele espaço, assim como estiveram numa ampla aliança de solidariedades entre si. Contudo, tanto a historiadora Velasco e Cruz quanto o historiador Marcelo Badaró, apesar de terem estudado escravizados e livres no porto criando redes de solidariedade recíprocas, não conseguiram estabelecer quais eram seus locais de origem. Nos estudos de Monica Velloso sobre o impacto da cultura das baianas no Rio de Janeiro, a autora mostrou que muitas dessas baianas chegavam em grande número e se estabeleciam nas regiões portuárias da cidade, ocupando espaços ao redor com o comércio de comidas, costuras e alugueis de roupa<sup>171</sup>. Dessa forma, podemos imaginar que esses espaços eram ocupados por diversos migrantes negros de vários locais, contudo, ainda há muitas brechas quando se trata de investigar os trabalhadores provenientes das zonas rurais do Vale do Paraíba e as regiões de zonas rurais em seu entorno na cidade do Rio de Janeiro.

Outra profissão que podemos explorar suas relações de trabalho e dinâmicas na cidade são os empregados do comércio do Rio de Janeiro. Os caixeiros, empregados do comércio ou comerciários eram trabalhadores de muitas camadas, pois em seu ambiente de trabalho misturava-se o lazer e a sociabilidade de outros trabalhadores que saíam de

<sup>169</sup> CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930*. Op. Cit. p. 267

<sup>170</sup> Ibidem, p. 272-273.

<sup>171</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro in Estudos Históricos, vol. 3, n.6, 1990.

seus turnos de trabalho e frequentavam botequins, bares, restaurantes etc<sup>172</sup>. Já era possível ver esse cenário do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro em Trabalho, Lar e Botequim, no qual Sidney Chalhoub destacava a convivência do dia a dia da classe trabalhadora carioca do início do século XX, das misturas entre lazer e botequins, trabalho e repressões policiais<sup>173</sup>. Contudo, a historiadora Fabiane Popinigis se aprofundava nos trabalhadores do ramo do comércio, mostrando esse convívio entre o local de trabalho e lazer. Em seu livro, a autora demonstrou como a moradia dos caixeiros se encontravam quase sempre no mesmo ambiente, nesse caso, porque muitos empregados do comércio se alojavam na casa de seus patrões, e, assim, havia essa combinação de diversão e trabalho em conjunto. Esses empregados do comércio aceitavam e se esforçavam nesse tipo de trabalho porque acreditavam que, futuramente, teriam o poder de mobilidade social, com a possibilidade de um dia se tornarem sócios dos locais onde trabalhavam. Entre esses trabalhadores, inclusive, existiam hierarquias. De acordo com Popinigis, a profissão do comércio era muito ampla, podendo o caixeiro ter diversas funções: atendia no balcão, organizava as mercadorias, fazia entregas, cuidava dos livros de contas, da limpeza, arrumação etc. Com isso, num estabelecimento que não fosse muito pequeno, essas delegações dos serviços eram distribuídas entre os diversos caixeiros, de forma que o caixeiro que cuidava das contas e do local quando o patrão não estava é a quem os outros empregados deviam obediência. Segundo a ordem, os caixeiros que atendiam o público e ficavam nos balcões eram os “segundos-caixeiros”, e o terceiro era o que cuidava da limpeza, conhecido também como “vassoura”<sup>174</sup>. Essas hierarquias estabelecidas poderiam dar um “ar” de status aos que chegavam a ser o primeiro caixeiro, dando a possibilidade de ser um futuro proprietário.

Contudo, esses empregados do comércio pouco se diferenciavam em questão salarial dos operários, e os patrões estimulavam as diferenciações, concedendo privilégios que davam essa falsa impressão. Porém, essas relações próximas entre patrão e empregado muitas vezes exigiam uma fidelidade excepcional, afinal, teriam livre acesso à casa e às translações comerciais. Sendo assim, os que gostariam de embarcar

<sup>172</sup> POPINIGIS, F. Proletários de casaca: trabalhadores no comércio (Rio de Janeiro, 1850-1920). Campinas: Unicamp, 2007. p. 23-24.

<sup>173</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2<sup>a</sup> reimpressão da 2<sup>a</sup> ed., 2001.

<sup>174</sup> POPINIGIS, F. Proletários de casaca: trabalhadores no comércio (Rio de Janeiro, 1850-1920). Op. Cit p.34-36.

nessa profissão com a pretensão de ter alguma mobilidade social teriam que se afirmar como um trabalhador honesto e, acima de tudo, fiel ao patrão a todo o momento<sup>175</sup>. Essa questão ocasionava em deixar, muitas vezes, esses empregados em situação desconfortável quando se tratava de conseguir lutar por direitos. Entretanto, na Primeira República, esses empregados começaram a questionar se esse trabalho duro teria realmente frutos no futuro, pois acreditavam estar ocorrendo um processo de proletarização, e que não iriam ter mais a possibilidade de melhorar de vida. Além disso, a autora também destaca o ganho dos direitos que os operários tinham conquistado há pouco tempo. Assim, muitos desses trabalhadores do comércio não aceitaram mais estar nesse “jogo” com os patrões, e se organizaram para conseguir folgas e a regulamentação do funcionamento do comércio<sup>176</sup>.

Além disso, os empregados do comércio também eram variados. Popinigis mostrou que nesses locais poderia encontrar-se portugueses, libertos, africanos, imigrantes de outras nacionalidades e ex-escravizados. Contudo, ao que parece, os portugueses eram os que mais dominavam essa profissão, e também preferiam contratar parentes vindos de Portugal para aprender e crescer no trabalho. No mais, os imigrantes portugueses e os nacionais poderiam se relacionar de forma conflituosa, principalmente os por razões cotidianas. A autora cita o exemplo de um empregado do comércio, um imigrante português, que trocou agressões com o filho de um empregado na Companhia Leopoldina, sendo esse último um trabalhador negro. Nesse caso, essas relações que envolviam imigrantes e nacionais negros pareciam mostrar uma posição desconfortável aos imigrantes brancos, que viam com certa inconformidade esses trabalhadores negros se assemelharem a esses imigrantes, que nesse caso tinham a mesma qualificação — sabiam ler e escrever e tinham moradia e salários parecidos. Com isso, apesar de se aprofundar nos temas relacionados a essa categoria de trabalhadores no Rio de Janeiro, Popinigis também se esqueceu das origens dos caixeiros nacionais.

Essas relações raciais conflituosas entre imigrantes brancos e os negros não eram apenas encontradas no Rio de Janeiro. Como já vimos anteriormente, historiadores como Vinícius Rosa e Karl Monsma mostraram essas relações tanto no trabalho quanto

---

<sup>175</sup> POPINIGIS, F. Proletários de casaca: trabalhadores no comércio (Rio de Janeiro, 1850-1920). Op. Cit p.38.

<sup>176</sup>Ibidem, capítulo 2.

no cotidiano das cidades, em Porto Alegre e em São Carlos respectivamente<sup>177</sup>. Contudo, quando tratamos de entender as relações dos migrantes negros no Rio de Janeiro, aqueles que vieram das zonas cafeeiras do Vale do Paraíba, pouco fora explorado para entender as relações de trabalho, cotidiano e conflitos raciais na cidade. Como vimos nas profissões que dissertamos acima, há menção dos imigrantes, dos nacionais e dos trabalhadores negros no geral, sem muitas especificações de suas origens. Como vimos com Velasco e Cruz, a autora acreditava que a zona portuária teria sido mantida fervorosamente como área de trabalho majoritariamente dos libertos e ex-escravizados, que vinham trabalhando naquela área desde o Império. Porém, pouco se sabe sobre os migrantes negros que vieram para o Rio de Janeiro no pós-abolição. Na verdade, nenhuma profissão foi aprofundada nesse sentido.

Os migrantes do Vale do Paraíba e das zonas rurais do Estado do Rio que vieram para a capital foram pouco retratados, e quando se fala de seus trabalhos na cidade, quase não se sabe para onde foram, e quando abordados são vistos apenas como indivíduos marginalizados. No trabalho de José Murilo de Carvalho, o autor acreditava que o restante da mão de obra desempregada nas zonas rurais do Vale do Paraíba teria provocado um êxodo rural em grande escala de ex-escravizados para a capital, o que teria gerado uma concentração de pessoas desempregadas ou em subempregos muito expressiva na cidade. Porém, o autor se baseou em dados quantitativos, relacionando esse aumento de habitantes aos migrantes do Sudeste cafeeiro, além das estatísticas criminais da época e o pânico instaurado nos jornais. Isso levou a uma interpretação que a crescente de migrantes estaria relacionada à marginalização e consequentemente à criminalidade<sup>178</sup>. Essas pesquisas acabaram resultando num desaparecimento dos migrantes na vida dos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, já que esses não fariam parte de qualquer forma desses ambientes.

Entretanto, alguns historiadores trouxeram essa problemática à tona e reuniram novas abordagens em relação aos negros no pós-abolição, principalmente dando um maior entendimento àqueles que se localizavam no Vale do Paraíba. Como já retratado anteriormente, temos o exemplo de Ana Lugão Rios, que através da história oral

<sup>177</sup> ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. Op. Cit; MONSMA, Karl. *Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista*. Op. Cit.

<sup>178</sup>CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, op. cit., p 18.

possibilitou compreender trajetórias de ex-escravizados e descendentes de cativos no pós-abolição. Em relação ao trabalho, Rios mostrou que muitos, além de permanecerem nas fazendas — ou irem se deslocando entre as fazendas na zona rural do Rio —, dos libertos estiveram ligados ao trabalho na lavoura<sup>179</sup>. Enquanto que na Baixada Fluminense, estudado por Costa, mostrou a mobilidade social de famílias negras nesse local no pós-abolição, sinalizando as ocupações em diferentes ofícios pela cor<sup>180</sup>. Em suas conclusões, definiu que houve uma mobilidade social tanto para a população branca quanto para a população negra e parda. De acordo com suas análises através de registros de nascimentos e óbitos, o autor demonstrou que durante 1890-1939, a maioria, independentemente da cor, se dedicou à lavoura, sendo na agricultura ou na manufatura local. Contudo, Costa percebeu de forma gradual e lenta uma transição desses trabalhos para os ofícios de jornaleiros entre os pretos e pardos, enquanto o comércio seria predominado pelos brancos. Assim, retrata que ambos teriam sua própria jornada de projetos de vida, sendo para a população negra uma vantagem o ofício de jornaleiro pela maior independência do patrão do que os que trabalhavam na agricultura, além da possibilidade de diversificar suas fontes de renda<sup>181</sup>. Essa configuração encontrada na Baixada Fluminense não é incomum; vemos, também, através dos estudos de Weimer no litoral rio-grandense, a população negra que migrou para o subúrbio de Conceição do Arroio e teve seu ofício em grande parte ligados aos jornaleiros<sup>182</sup>. Já nas trajetórias da família que acompanhou, mostraram que seu Manoel, que transitou entre Osório e Porto Alegre, tivera diversos ofícios, sendo eles relacionados a jornaleiros e também alguns mais especializados, como sapateiro e mecânico<sup>183</sup>. Dessa forma, conseguimos entender um pouco dos ofícios ocupados pelos negros do Sudeste cafeeiro no pós-abolição, porém, ainda temos uma lacuna quando se trata dos ofícios exercidos pelos migrantes das zonas rurais do Estado do Rio e Minas, principalmente os referentes do Vale do Paraíba, que vieram para o Distrito Federal.

Desse modo, o que iremos abordar abaixo está diretamente ligado a isso: tomar conhecimento dos ofícios dos migrantes negros que vieram para a cidade do Rio de

<sup>179</sup>RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Op. Cit. Capítulo 3.

<sup>180</sup>COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit. p. 104-114

<sup>181</sup>idem

<sup>182</sup>WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Op. Cit. p. 301

<sup>183</sup>Ibidem, p. 302

Janeiro. Buscaremos conhecer, assim, os empregados do comércio, os cocheiros, carroceiros, estivadores, sapateiros, jornaleiros, mecânicos e entre outras profissões que os migrantes estavam inseridos. Dessa maneira, iremos analisar quais eram seus ofícios, quais eram os mais exercidos na cidade, como era essa relação entre o trabalho, as moradias e como a vida na cidade poderia se desenvolver, focando não só nos ofícios, mas também nos migrantes que foram esquecidos no pós-abolição. Da mesma forma, iremos observar os trabalhos da década de 20 e de 30 para observar se há diferença nas transições de trabalhos com a chegada dos direitos adquiridos na Era Vargas. Não deixaremos de lado, também, as mentalidades que podem ter sido criadas a partir dos direitos sendo adquiridos nesse período — e como os migrantes podem ter grande influência de como isso chegou nas zonas rurais.

Entraremos, por fim, nas análises das ocupações dos migrantes negros do Vale do Paraíba e dos arredores rurais do Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Um ponto que devemos ressaltar previamente antes de analisarmos as tabelas referentes aos ofícios dos migrantes é expor onde podemos encontrar esses dados e como devemos analisá-los como uma amostra, ou seja, como uma parte dos migrantes negros que circulavam pela cidade. Isso porque, primeiramente, a fonte que fizemos o levantamento — a Casa de Detenção — é um local que apenas uma parcela dos migrantes tivera passagem. Assim, não estaremos trabalhando com dados absolutos, e sim com uma parcela pequena que podemos encontrar nessa fonte entre 1920-1940. Outra possibilidade de fonte para encontrar as origens dos migrantes é a documentação de registros de nascimentos e óbitos — local que pode ser visto uma densidade maior de registros e interpretado como dados mais consistentes e absolutos. Em ambos os casos, entre o período que analisamos essas fontes não delimitam exatamente de quais partes os migrantes eram, muitas vezes sendo apenas colocadas como “Estado do Rio” ou “Estado de Minas”. Por isso, precisamos atentar que aqui estaremos analisando migrantes de todo o Estado do Rio e também parte dos provenientes do Estado de Minas Gerais, mas acreditamos que muitos desses migrantes sejam do Vale do Paraíba e seus arredores, assim como muitos vieram de áreas rurais para a zona urbana da cidade do Rio de Janeiro. De qualquer forma, acreditamos ser importante a análise dos trabalhos encontrados na Casa de Detenção, pois nos dá uma amostra do que poderia ser os ofícios ocupados por migrantes negros que estavam no Rio de Janeiro, e, além disso, os que estavam nos limites dos possíveis.

Além disso, também é preciso se atentar que os ofícios dos migrantes não eram estáticos. Assim como retrata Weimer na trajetória que acompanhou de uma família no litoral rio-grandense, em que o historiador mostra diversas profissões que um membro da família poderia ocupar na cidade<sup>184</sup>, isso também poderia acontecer com os migrantes analisados aqui. Os dados das fontes mostram apenas uma parte da vida desses migrantes. Com isso, muitos poderiam trocar de profissões ao longo da vida, procurando melhores estratégias dentro do mercado de trabalho, e de se especializar. Além disso, há também chances de exercerem mais de uma profissão dentro da cidade. Dessa forma, o que iremos encontrar nesses dados são os ofícios que estavam exercendo na época analisada, sendo apenas uma amostra de quais as ocupações que os migrantes poderiam possuir nesses momentos. No entanto, também analisaremos as nuances, entre as décadas de 1920 e 1930, para nos atentarmos às possíveis mudanças e transições entre os ofícios dos migrantes. Sendo assim, iremos analisar esses dados conforme o que a fonte possibilita, seguindo os rastros por meio dos indícios deixados por ela<sup>185</sup>.

Na Tabela 2 abaixo, temos um balanço de ocupações dos migrantes negros encontrados na Casa de Detenção entre 1920-1926. Ao observar a tabela, podemos constar que a categoria<sup>186</sup> com maior número de migrantes ocupando a profissão são os operários/jornaleiros com 45,1% dos dados, ou seja, quase a metade do número total encontrado durante os anos observados, sendo o ofício mais priorizado pelos migrantes. Os demais aparecem em porcentagens menores, tendo o artesanato e o comércio como as segundas opções mais procuradas, com 20,4%, e 6,3% respectivamente. Ademais, também temos o transporte com 3,9%, agricultura com 3,3%, os ajudantes com 3,7%, o corpo militar com 2,2%, o serviço público com 1,9%, os domésticos com 1,1% e os

<sup>184</sup>WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Op. Cit. p. 300-301.

<sup>185</sup>GINZBURG, Carlo. Sinais raízes de um paradigma indiciário. In \_\_\_\_\_. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo Cia. das Letras, 1989.

<sup>186</sup> Para fins mais didáticos, dividimos as profissões em categorias que elas mais se aproximam. Numa breve apresentação, temos os agricultores, as profissões ligadas à lavoura e às atividades rurais no geral; no comércio estariam os “empregados do comércio”, os caixeiros e todos aqueles ligados a essa atividade comercial; os jornaleiros seriam os que trabalhavam por jornada, os operários e assalariados; no transporte seriam os carregadores, cocheiros, motoristas e profissões ligadas a locomoção no geral; artesanato temos todos aqueles que produzem manualmente os bens de consumo, como tecelão, sapateiro, pedreiro etc. No corpo militar, temos os que estavam no exército ou na marinha, enquanto os ajudantes seriam aqueles que apareciam na Casa de Detenção como “ajudante de” em algum serviço. Para finalizar, também temos os domésticos, os servidores públicos e os ignorados que seriam os que não constavam a ocupação ou não teriam sido inseridas na documentação.

ignorados sendo 11,6%. Dessa maneira, o que devemos nos atentar nesses anos com os dados obtidos é sobre as razões dessas proporções em relação ao trabalho.

Na mesma Tabela 2, podemos observar algumas mudanças. Na década de 30, os jornaleiros/operários continuam sendo a maioria entre os ofícios dos migrantes, com 43,8%. Contudo, podemos verificar certa estagnação nessa categoria em comparação com outras. Por exemplo, podemos ver um crescimento considerável de migrantes no comércio, pulando de 6,3% na década de 20 para 20,8% na década de 30, sendo o segundo ofício mais exercido entre os migrantes nessa época, diferentemente da época anterior, que competia com outras categorias. O artesanato sofre uma pequena queda em relação à tabela anterior, de 20,4% para 15,2%. O corpo militar e os ajudantes também têm uma leve queda, apresentando os dados de apenas 1% e 2,5% respectivamente. Enquanto o serviço público, ou seja, os funcionários públicos, praticamente mantém as mesmas porcentagens entre os anos, de 1,9% e 1,8%. Na área do transporte há um modesto aumento, de 3,9% para 4,8%. Os domésticos e agricultores mantiveram quase os mesmos números da década anterior, e os ignorados somaram 5,3%.

**Tabela 2** – Ocupações dos migrantes pretos/pardos do Vale do Paraíba/Estado do Rio de Janeiro/Minas Gerais em números absolutos e em %. Rio de Janeiro.

<b>Ocupações</b>	1920-1926		1930-1940	
	<b>Abs.</b>	<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Abs.</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Agricultura	15	3,3%	96	3,4%
Comércio	29	6,3%	585	20,8%
Operário/Jornaleiro	205	45,1%	1.227	43,8%
Transporte	18	3,9%	136	4,8%
Artesanato/Manufatura	93	20,4%	428	15,2%
Corpo Militar	10	2,2%	30	1%
Doméstico	5	1,1%	24	0,8%
Serviço Público	9	1,9%	52	1,8%
Ajudantes	17	3,7%	72	2,5%
Ignorado	53	11,6%	151	5,3%
<b>Total</b>	<b>454</b>	<b>100%</b>	<b>2.801</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1920-1940)  
 Obs.: O mesmo da tabela 1.

Como detalhado acima, a categoria com a maior concentração de migrantes no ofício entre os anos analisados foi a dos operários/jornaleiros. A opção por essa categoria poderia estar relacionada diretamente ao contexto migratório, da passagem de um ambiente rural para um ambiente urbano. Isso porque, de acordo com Costa, os

trabalhos relacionados à agricultura, como a ocupação na lavoura, tinham maior dependência dos patrões e menor controle do seu ritmo de trabalho<sup>187</sup>. Enquanto os jornaleiros seriam os que teriam maior liberdade em suas escolhas de emprego, assim como do patrão, e também maior controle do seu ritmo de trabalho<sup>188</sup>. Como podemos notar a partir da tabela, a aderência aos trabalhos ainda ligados às zonas rurais, na categoria de agricultura, tem um baixo índice de adesão comparado aos jornaleiros. Com isso, ao chegarem à cidade, os migrantes possivelmente procuravam e preferiam trabalhos que fossem compatíveis com seus valores e concepções sobre liberdade e cidadania. Dessa forma, não é de se assustar com os dados apresentados — visto que, quando se trata de filhos e netos de ex-escravizados, temos a conexão de valores e vivências familiares passados para essa nova geração, criando um vínculo estabelecido com o seu próprio significado de liberdade.

Além disso, os migrantes também poderiam optar por mais de uma forma de fonte de renda. Na observação de alguns historiadores, como Thomas Holt e Ana Lugão Rios, os libertos optaram muitas vezes pelos trabalhos flexíveis dentro das zonas rurais e fazendas para cuidar da sua própria roça. Holt expôs que a “aprendizagem” na Jamaica fracassou justamente por conta dos interesses dos libertos em buscarem formas de trabalho que não se adequavam ao que era imposto pelo liberalismo: a procura por trabalhar de várias formas para ter múltiplas rendas, negociar compras de terras, e muitas vezes se recusar a trabalhar na colheita<sup>189</sup>. Como já discutimos aqui, as migrações não foram necessariamente uma primeira opção para os libertos, em especial quando falamos do Vale do Paraíba. Como Rios retratou, alguns conseguiram suas próprias roças e as tocaram em conjunto com os trabalhos em fazendas. Sendo assim, os migrantes negros que vieram dessas zonas rurais poderiam tentar adequar esses valores dentro da cidade, procurando diversificar as fontes de renda através de trabalhos que possibilitavam esse propósito<sup>190</sup>. Na Casa de Detenção, temos um exemplo de Vicente Sebastião Mendes, um migrante que apresenta duas profissões em sua ficha: cozinheiro e condutor da Light<sup>191</sup>. Além disso, também podemos encontrar na fonte alguns

<sup>187</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit. p. 105-106.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> HOLT, Thomas. *The problem of freedom race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. The Johns Hopkins University Press, 1992. p. 144.

<sup>190</sup> RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Op Cit. Parte II, Capítulo 2.

<sup>191</sup> APERJ CDDF. Notação MD-HN-184. Número de Registro 1997. Ano 1923.

migrantes declarando outros trabalhos, ou seja, também poderiam exercer mais de um ofício<sup>192</sup>. Isso mostra que não só era possível, como também uma possibilidade que os migrantes utilizavam as jornadas flexíveis como estratégia na cidade.

Ainda nessa questão, também podemos abordar a mobilidade social. Na Baixada Fluminense, por exemplo, Costa constatou que essa transição entre as profissões seria resultado de projetos de vida que ocasionariam numa mobilidade social dos grupos analisados pela cor<sup>193</sup>. Em relação aos pretos e pardos observados pelo autor, esses teriam seguido uma tendência de sair das lavouras e buscarem atuações como jornaleiros. Com isso, o projeto estaria em volta da liberdade e autonomia. Em relação aos migrantes negros na cidade do Rio de Janeiro, considerando as ponderações do autor, podemos considerar que também há uma mobilidade social entre os migrantes negros na década de 20 e 30. Ademais, temos o exemplo da trajetória da família de Arlindo — que abordaremos melhor no último capítulo —, cuja família mostrou essa mobilidade social: seu pai, João Prudente, passou de lavrador para funcionário público no Rio de Janeiro. Além disso, Arlindo também exerceu profissões que mostram essa mobilidade, atuando como jornaleiro e no comércio<sup>194</sup>. Dessa forma, as migrações também estavam relacionadas a essa busca pelas melhores condições de vida na cidade.

Nas tabelas acima também encontramos, em uma pequena quantidade, mas não menos importante, os “ajudantes”. Esses tais migrantes “ajudantes” estavam ligados geralmente à aprendizagem de algum serviço — seja ele qualificado ou não. Contudo, encontramos muitos ajudantes nesses trabalhos tendo algum tipo de especialização, como ajudantes de pedreiro, eletricista, motorista, mecânico, padeiro, cozinheiro, ferreiro etc. A especialização do trabalho nas lavouras, ainda no contexto da escravidão, era, além de uma estratégia de evitar a posição mais exaustiva da colheita, uma forma também de ter privilégios dentro da lavoura<sup>195</sup>. No pós-abolição, essas especializações eram valorizadas e importantes dentro das fazendas, dando mais poder de negociação.

<sup>192</sup> Dados disponíveis para consulta em APERJ. Disponível em: <<https://aperj.godocs.com.br/>>.

<sup>193</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit. p. 113.

<sup>194</sup> “Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012,” database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7QLT-7KW2> : 9 April 2020), Arlindo Simões Prudente in entry for Léa Simões Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justiça (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro. ; APERJ. CDDF. MD-OH-024. Número de registro 1094. Ano 1934.

<sup>195</sup> RIOS, A. MATTOS, H. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no rio de Janeiro pós abolição”. In: CUNHA, Olívia M. Gomes da; GOMES, Flávio dos S. (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV , 2007.

Acredito que essas especializações foram estratégias essenciais no meio urbano, assim como foram importantes no meio rural, e se fizeram fundamentais para a procura pela melhor qualidade de vida na cidade. Dentro da Casa de Detenção, é possível encontrar muitos migrantes com especializações que já eram consolidadas — que não eram mais ajudantes — em diversos ofícios, como sapateiro, mecânico, confeiteiro, tecelão, bombeiro hidráulico, eletricista, entre outras, encontradas no banco de dados. Dessa forma, podemos pontuar que as especializações também poderiam fazer parte das estratégias para mobilidade social, além de estarem em equilíbrio com outros valores discutidos anteriormente.

Na comparação das tabelas, também verificamos um aumento dos migrantes na categoria do comércio entre as décadas especificadas. Em relação aos ofícios ligados à profissão, os imigrantes aparecem na historiografia como os que mais ocupam essa categoria, de acordo com estudos apresentados de Fabiane Popinigis, na região da Freguesia de Santana, Santo Antonio e arredores da rua do Lavradio entre 1850-1911<sup>196</sup>. Assim como na Baixada Fluminense, elucidado por Carlos Eduardo Coutinho da Costa, e também no interior de São Paulo, por Karl Mosnma<sup>197</sup>. Contudo, nos anos apresentados aqui, apesar do comércio não ser a profissão com maior incidência encontrada, podemos ver um aumento em relação aos migrantes negros exercendo essa profissão como “empregado no comércio” na cidade do Rio. Acredito que dentro dessa profissão, os migrantes encontravam um dilema: poderia ser ofício que, apesar das pequenas chances, poderiam oferecer uma mobilidade social, contudo, ao mesmo tempo delimitavam uma grande dependência e fidelidade aos patrões. De acordo com Popinigis, os empregados no comércio em sua grande parte desejavam ascensão social, ou seja, que um dia pudessem se tornar patrões ou sócios do local, como visto anteriormente<sup>198</sup>. Assim como, na mesma moeda, para terem chances de alcançarem tal posto, precisavam demonstrar uma forte imagem de fidelidade inabalável aos patrões. Além disso, muitos desses empregados do comércio moravam com seus patrões, que

<sup>196</sup> POPINIGIS, F. *Proletários de casaca: trabalhadores no comércio* (Rio de Janeiro, 1850-1920). Op. Cit.

<sup>197</sup> POPINIGIS, F. *Proletários de casaca: trabalhadores no comércio* (Rio de Janeiro, 1850-1920). Op. Cit. p. 177; COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit. p. 112 e MONSMA, Karl. *Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista*. Dados [online]. 2010, vol.53, n.3 p. 537.

<sup>198</sup> POPINIGIS, F. *Proletários de casaca: trabalhadores no comércio* (Rio de Janeiro, 1850-1920). Op. Cit. Capítulo 1.

também poderiam guardar seus salários por mais de um ano enquanto estavam adquirindo experiência<sup>199</sup>. Dessa maneira, ao que parece, alguns migrantes negros parecem ter se arriscado nessas profissões, apesar das exigências por trás — que poderiam restringir sua autonomia —, em busca da mobilidade social nessa profissão.

Como também estamos tratando de um período que inclui o começo da Era Vargas, é indispensável tratarmos, mesmo que brevemente, os aspectos que abarquem a consolidação de direitos e leis de trabalho e formações de mentalidades da época. No pós-1930, podemos mencionar a Constituição de 1934 e o período estado-novista (1937-1945) de Vargas, que vieram acompanhados com as legislações socio-trabalhistas, instituindo a jornada de oito horas de trabalho, o salário mínimo, indenizações, férias remuneradas e concluindo, posteriormente, com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) em 1943<sup>200</sup>. O autor Boris Fausto (2006), numa análise das consolidações de direitos no meio urbano, discute sobre esses benefícios sociais e trabalhistas não terem chegado aos trabalhadores rurais, em decorrência dos pactos com as oligarquias rurais na época. Com isso, criava-se uma condição de dominação no campo, afastando qualquer ação ou mobilização dos trabalhadores rurais, sendo assim atores passivos e alheios aos acontecimentos aos desdobramentos no campo. Entretanto, Marcus Dezemone, trouxe, em seu artigo, uma revisão historiográfica e reflexões de que os trabalhadores das zonas rurais não só estavam atentos às consolidações dos direitos, como também usavam dessas legislações e CLT estabelecidas na cidade como forma de enfrentar seus patrões judicialmente<sup>201</sup>. O autor ressalta que essas ações jurídicas no campo eram mais comuns do que poderíamos imaginar, contrariando a historiografia que separava as legislações sociais presentes na CLT dos trabalhadores rurais<sup>202</sup>. Dessa forma, podemos direcionar essas questões para trabalhadores negros das zonas rurais do Vale do Paraíba e seus arredores do Estado do Rio, assim como essa ligação entre campo-cidade com as migrações. Ou seja, mesmo quando migraram já tinham conhecimento de lutas por direitos.

---

<sup>199</sup> POPINIGIS, F. *Proletários de casaca: trabalhadores no comércio* (Rio de Janeiro, 1850-1920). Op. Cit. p. 36.

<sup>200</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. – 12<sup>a</sup> ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p 113-114.

<sup>201</sup> DEZEMONE, Marcus. *Mundo rural e Era Vargas: direitos, papel no campo e legislação social na historiografia recente*. Tempos Históricos, ISSN 1517-4689, Vol. 16, Vol. 2, 2012p. 8-10.

<sup>202</sup> Idem.

As memórias dos trabalhadores negros coletadas em zonas rurais do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais a partir da História Oral também tiveram algumas referências do período Vargas citadas, com foco nas conquistas de direitos. Em *Memórias do Cativeiro*, de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, é possível encontrar relatos que mencionem a Era Vargas como uma época de conquista de cidadania e liberação, que em períodos anteriores eram vistos com ausência de direitos e permanências e continuidades do poder dos fazendeiros entre tempos de liberdade e memórias do cativeiro<sup>203</sup>. Nessas referências, trouxeram uma reflexão de Ângela de Castro Gomes e Hebe Mattos, sobre as iniciativas governamentais de Vargas em relação às políticas culturais e à releitura da História do Brasil, e a conexão que essas questões poderiam ter com as falas trazidas das memórias coletadas pelos entrevistados<sup>204</sup>. De acordo com as autoras, o estado-novista desenvolveu uma sofisticada política cultural, que contou com a realização de periódicos, como da Cultura Política, assim como o rádio como portavoz de notícias. As versões publicadas nesses periódicos sobre a História do Brasil ofereceriam uma narrativa que dividia o passado brasileiro em dois tempos: a de antes e após Vargas. A abolição da escravidão estava num dos temas abordados nessas divisões, em que a verdadeira “liberação” só teria acontecido quando as leis trabalhistas cessaram a escravatura efetivamente. Com isso, as duas narrativas — dos descendentes entrevistados e dos periódicos — se cruzavam. Contudo, as autoras elucidam duas questões: a primeira, ligada à recepção de mensagens, que nunca são passivas, e a segunda em relação à vivência familiar dos narradores. Assim, os entrevistados poderiam se apropriar das interpretações criadas que eram possíveis de dialogar com suas próprias experiências pessoais e familiares. Dessa forma, as autoras demonstram como os elementos escolhidos e interpretados por uma política cultural de Vargas eram compostas pelo vínculo com identidades já estabelecidas e valores já preexistentes, e, assim, era possível existir essa conexão.

A partir disso, o que podemos entender é que havia não só uma noção sobre os direitos que eram adquiridos nas cidades, mas também os usavam e criavam uma relação com essas legislações no ambiente rural. A questão que persiste seria: como essas informações chegavam às zonas rurais? Gomes e Mattos demonstraram com a

<sup>203</sup>RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Ed. Civilizaçao Brasileira, 2005 p. 121-135.

<sup>204</sup> GOMES, Ângela de C.; MATOS, H. M. *Sobre apropriações e circularidades: memória do cativeiro e política cultural na Era Vargas*. História Oral, [S. l.], v. 1, 2009. DOI: 10.51880/ho.v1i0.106. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/106>>.

entrevista de seu Cornélio, que viveu na década de 20 e 40, migrando entre rural e urbano, assim fazendo as conexões discutidas anteriormente<sup>205</sup>. Com isso, quando tratamos dos migrantes negros dessa mesma época, podemos pensar que esses poderiam ser porta-vozes, ou seja, os mediadores desse vínculo entre as noções de direitos nas zonas urbanas sendo difundidas no meio rural, assim como as ligações entre as interpretações históricas em conjunto com as experiências familiares. Dessa forma, os migrantes negros que estavam na cidade do Rio de Janeiro seriam essenciais para fornecerem informações e ferramentas dentro do meio rural para essa mobilização e conscientização de direitos.

Além disso, ainda no pós-30, a partir do migrante analisado no começo do capítulo, também levantamos as questões ligadas à aposentadoria. A partir da história de Felippe, um migrante idoso que fora preso por vadiagem, acompanhamos o desenrolar de seu processo, vimos que fora solto por se enquadrar no artigo 170/3º da Constituição de 1934. Nesse artigo, dedicado aos funcionários públicos, especificava a aposentadoria compulsória desses trabalhadores a partir dos 68 anos. Apesar de não sabermos exatamente se Felippe era um funcionário público — na Casa de Detenção sua profissão estaria ligada à profissão de pedreiro —, essa abordagem em torno da aposentadoria despertou nossa atenção. Em primeiro momento, pela conquista de direitos na Era Vargas, e o que poderíamos encontrar em relação à aposentadoria, e em segundo momento, a relação da vagabundagem, ligada ao artigo 399 e a relação com a aposentadoria compulsória especificada na Constituição de 1934. Em relação às aposentadorias, desde 1923, com a Lei Eloy Chaves, as chamadas “caixas de aposentadorias e pensões”, organizadas pelas empresas para os trabalhadores ferroviários, já existiam e garantiam a aposentadoria por invalidez e tempo de serviço, além de pensão por morte. O benefício também fora estendido para portuários e marítimos, em 1925<sup>206</sup>. Essa lei estabeleceu parâmetros para, no governo provisório de Vargas, serem ampliadas, criando os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP), que abrangeram outras profissões, como os comerciários, os industriários, os trabalhadores no transporte, serviços públicos etc. Em relação aos migrantes encontrados na Casa de Detenção, a maioria dos migrantes encontrados eram os jovens, o que também veremos

---

<sup>205</sup> GOMES, Ângela de C.; MATOS, H. M. *Sobre apropriações e circularidades: memória do cativeiro e política cultural na Era Vargas*. Op. Cit.

<sup>206</sup> SEGURA, Fabiano Fernandes. *A questão previdenciária na primeira república: A excepcionalidade da Lei Eloy Chaves*. Dissertação de mestrado, UNESP, 2017. p. 62-92

no próximo capítulo. Por isso, encontramos apenas um migrante em 1938 como “aposentado”. Já Felippe, não aparece como aposentado, e sim como “pedreiro”. Com isso, em relação às aposentadorias, ainda temos poucas informações dadas às circunstâncias dos migrantes, que eram ainda muito novos. Sendo assim, caberia a um recorte posterior encontrar os impactos em relação à aposentadoria e aos migrantes em questão.

Existiam outras esferas além do trabalho, mas que poderiam estar entrelaçadas na vida cotidiana dos migrantes negros na cidade do Rio de Janeiro, como é o caso das moradias. Os espaços ocupados pelos migrantes trabalhando, frequentando ambientes de lazer, e os espaços que habitavam são aspectos importantes de serem rediscutidas para além dos contextos marginalizados. Sendo assim, as moradias também faziam parte das análises de Carvalho e Fernandes<sup>207</sup>, que excluíram os migrantes negros do Sudeste cafeeiro de quaisquer lugares que fossem diferentes das favelas em formação na cidade. Nesse sentido, a dúvida que fica é: não poderiam existir outros locais ocupados por esses migrantes no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro? E, se existiam, quais eram? Por que essa escolha? Dessa forma, o que retrataremos a seguir procura dar algumas respostas para essas perguntas ainda sem respostas pela historiografia.

A partir dos dados da tabela abaixo, podemos ter uma melhor dimensão dos locais mais escolhidos pelos migrantes na cidade. Um adendo importante que devemos ressaltar novamente é que esses não podem nem devem ser usados demograficamente para simbolizar aspectos da realidade ou espelhos da sociedade, já que estamos trabalhando com uma pequena parte dos migrantes da Casa de Detenção. O perfil analisado neste trabalho representa apenas os indivíduos detidos que estavam no limite das ações dos possíveis da sociedade, ou seja, aqueles que eram mais perseguidos pelas suas condutas morais. O intuito aqui é demonstrar algumas das possibilidades que poderiam ser compartilhadas com outros migrantes que passaram por esses sistemas. De todo caso, é possível atentar-se a uma tendência e também à diversificação dos locais de moradias. Sendo assim, na tabela abaixo, podemos observar a distribuição das moradias pela cidade, e podemos notar a região da Zona Norte do Rio de Janeiro como a opção mais escolhida, se comparada com as outras. Mesmo assim, os números são bem distribuídos. Numa escala, teríamos Zona Norte em primeiro lugar, com 47,1%, Centro

---

<sup>207</sup> Fernandes, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978; e José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

em segundo, com 22,4%, Zona Sul em terceiro, com 11%, Zona Oeste em quarto, com 9,7%, e outros municípios em quinto, com 9,1%. Por fim, a Região Serrana, com 0,5%. Essa diversificação da moradia poderia estar ligada à peculiaridade de cada migrante, e as escolhas poderiam estar relacionadas a vários aspectos da vida cotidiana, como morar perto do trabalho ou de seus familiares/redes de apoio, escolher lugares que facilitassem o transporte, ou dessem melhores condições de vida, como estar perto de igrejas, postos de saúde, escolas etc.

**Tabela 3** – Moradia dos migrantes de cor preta/parda do Vale do Paraíba/Estado do Rio de Janeiro/Minas Gerais na cidade do Rio de Janeiro em números absolutos e em %. Rio de Janeiro, 1920-1926; 1930-1940.

Moradias	Abs.	Porcentagem (%)
Outros municípios	246	9,1%
Zona Sul	296	11%
Zona Oeste	261	9,7%
Zona Norte	1267	47,1%
Centro	603	22,4%
Região Serrana	14	0,5%
Indefinido	568	-
Total	3.255	100%

**Fonte:** Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1920-1926);(1930-1940)

Obs.: O mesmo da tabela 1.

Obs.: “Outros Municípios” correspondem a Angra dos Reis (1), Areal (1), Belford Roxo (10), Cabo Frio (2), Cachoeira de Macau (1), Campos dos Goytacazes (4), Conceição de Macabu (1), Casimiro Abreu (1), Duque de Caxias (31), “Estrada de Minas” (1), “Estado do Rio” (16), Itaboraí (3), Itaperuna (1), Magé (1), Macaé (2), Mangaratiba (2), Maricá (3), Mendes (2), Mesquita (3), Minas Gerais (7), Muriqui (1), Nova Friburgo (1), Nova Iguaçu (27), Nilópolis (6), Niterói (67), Piraí (3), São Gonçalo (12), São Paulo (1) São João do Meriti (24), Saquarema (1), Taubaté (1), Valença (2), Volta Redonda (7).

A primeira informação da Tabela 3, descrita como “outros municípios”, é interessante para podermos pensar na complexidade das migrações. Alguns migrantes poderiam ter estratégias diferentes ao se deslocarem para a cidade do Rio de Janeiro. Os migrantes que informavam suas residências em outros municípios poderiam estar na cidade provisoriamente, ou seja, migrando sazonalmente. De acordo com Costa, era comum na trajetória dos primeiros migrantes do Vale do Paraíba migrarem por um período de tempo para a Baixada Fluminense e logo após regressarem de volta<sup>208</sup>. Dessa forma, poderia existir um fluxo de migrantes trabalhando tanto no campo quanto na cidade, dependendo dos trabalhos oferecidos de acordo com as épocas do ano. Assim como também existe a possibilidade de ser uma opção do migrante, mesmo morando na

<sup>208</sup> DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade”: Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op Cit. p. 169.

cidade, escolher apresentar o endereço do seu local de origem ou talvez de algum parente, quando se trata dos anos 20. Independentemente do caso, o que podemos analisar é que essas movimentações poderiam contribuir com as trocas de informações entre os dois locais, como vimos anteriormente em relação aos direitos adquiridos na Era Vargas chegarem aos ambientes rurais. O fluxo de informações entre o campo-cidade também poderia ser uma forma propícia de estimular as migrações. Em locais como nos Estados Unidos, por exemplo, o autor James R. Grossman destaca que as migrações negras sulistas para Chicago eram analisadas a partir das informações trazidas, seja elas de parentes ou de vizinhos, antes de tomarem qualquer decisão de migrar<sup>209</sup>. Da mesma maneira, o historiador Costa relatou essas trocas entre a Baixada Fluminense e os lugares interioranos do Vale do Paraíba, cujas famílias e os amigos recebiam as notícias pelos migrantes ao regressarem de volta para casa, que traziam informações relacionadas a empregos e terras livres<sup>210</sup>. De qualquer modo, o que podemos concluir é que as conexões entre o campo e o Distrito Federal existia e possivelmente era muito comum entre os migrantes.

Além disso, como podemos ver nas observações, alguns migrantes eram de Nova Iguaçu. Como exposto anteriormente, Costa se propôs a analisar os filhos e netos de ex-escravizados que migraram do Vale do Paraíba para a Baixada Fluminense, se concentrando em Nova Iguaçu. Conforme o autor analisou as trajetórias, fica evidente que as migrações em maior quantidade que aconteceram do Vale do Paraíba se concentraram nessa região pelas oportunidades que o local proporcionava, com as exportações em alta de laranjas na Baixada Fluminense e os problemas nas fazendas cafeeiras que limitavam essa nova geração no campo, impossibilitando seguir as mesmas estratégias dos pais<sup>211</sup>. Ao analisar a tabela e as observações, vemos que 27 pessoas de Nova Iguaçu estavam na cidade do Rio de Janeiro entre os anos analisados. Essa informação pode trazer várias possibilidades, como, por exemplo, as migrações que não se fixavam num lugar de primeira, ou seja, migrações de uma cidade para a outra. O deslocamento para a capital poderia ter vários motivos, sendo um deles os já abordados acima, como o de escolher ou preferir informar sua moradia a partir de algum

<sup>209</sup> GROSSMAN, J. *Land of hope: Chicago, Black Southerners, and the Great Migration*. Op Cit. 67-69.

<sup>210</sup> DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade”: Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit. 179.

<sup>211</sup> Ibidem, Capítulo 4.

parente ou seu local de origem. Se a pessoa realmente migrou de Nova Iguaçu para o Rio de Janeiro, isso demostraria uma migração de lugar para lugar — igual Ana Lugão Rios percebeu dos ex-escravizados migrando de fazenda em fazenda —, procurando oportunidades melhores, e, principalmente, estabilidade. Ou seja, esses migrantes poderiam migrar do Vale do Paraíba para Nova Iguaçu, e, depois, para a cidade do Rio de Janeiro. Outra possibilidade seria o movimento pendular, como analisamos anteriormente, no qual se moraria na Baixada Fluminense, mas se deslocaria todos os dias para trabalhar no centro da cidade. Além dessas possibilidades, podemos refletir que as sociabilidades dos migrantes eram bem diversificadas — visto que se deslocavam e estavam em contato com muitas pessoas para além das fazendas. Isso pode ter influenciado esses migrantes a irem para a cidade para visitar amigos, parentes e criar novas redes.

Em relação às porcentagens expostas na Tabela 5, é possível ver a distribuição dos migrantes por toda a cidade do Rio de Janeiro. Como podemos notar, o lugar mais priorizado fora a Zona Norte do Rio. Nesse local, entre os bairros que eram mais escolhidos pelos migrantes, se destacavam Madureira, Pavuna e bairros nos arredores da Pavuna. Na segunda Zona mais escolhida, no Centro, os migrantes analisados procuravam pela região de Santa Teresa, o bairro da Saúde e a rua Senador Pompeu. Já em relação ao terceiro local mais procurado, na Zona Sul, os locais mais encontrados entre os migrantes moradores ficavam em torno de Copacabana, Ipanema e Laranjeiras. Em outros locais menos procurados, porém não menos importantes de se ressaltar aqui, como Zona Oeste e Região Serrana, também é possível encontrar áreas mais procuradas nas respectivas regiões. Na Zona Oeste, podemos destacar locais como Campo Grande, Bangu, Taquara e Guaratiba, enquanto na Região Serrana destaca-se Petrópolis<sup>212</sup>. Dessa forma, como podemos observar, há uma gama de escolhas diferenciadas, assim como inúmeros locais que os migrantes poderiam escolher ao migrar para o Rio de Janeiro. Sendo assim, não há uma concentração em um lugar só — tampouco somente em locais em processo de favelização. Os migrantes, que passaram pela Casa de Detenção, estavam distribuídos por todas as áreas da cidade.

---

<sup>212</sup> As regiões citadas são informadas a partir dos dados analisados da Casa de Detenção entre os anos de 1920-1940.

*Capítulo 3 – As possibilidades na cidade: família, redes de sociabilidades, incertezas e estratégias das trajetórias dos migrantes negros no pós-abolição*

Na tarde do dia 2 de janeiro de 1917, o jornal Correio da Manhã recebeu uma ligação anônima com a informação de um possível atentado direcionado a um senador republicano. Com a oportunidade de produzir uma matéria exclusiva, os jornalistas entraram em contato com sétimo distrito policial para apurar a denúncia. Ao contatarem um dos comissários do dia sobre o caso, o relato foi transmitido com, no mínimo, irrelevância. “Foi um incidente sem importância”, apontava o comissário. Ao que indicava, um sujeito “muito encharcado” havia mencionado estar armado ao guarda que trabalhava como vigia na casa do senador Azeredo<sup>213</sup>. Sem muitas informações a mais, o jornal insistiu na denúncia e decidiu mandar a equipe pessoalmente para apurar a situação. Ao chegarem ao local, o comissário voltou a repetir que se tratava de um caso sem importância e relatou que a única informação passada pelo detento até então era seu nome: “Eugenio Mattos Arnaud”. Os jornalistas, intrigados, resolveram descer para a área na qual Eugenio estava alojado, a fim de fazerem algumas perguntas ao próprio.

Ao descerem para a enxovia na qual Eugenio estava, os jornalistas notaram o próprio segurando suas trouxas com muita delicadeza. “Como você se chama?”, perguntaram, evitando as distrações do homem que ainda segurava suas trouxas com muito cuidado e carinho. “Eugenio Gonçalves Mattos”, respondeu. Contudo, o homem continuou a conversa acrescentando algo que não teria sido perguntado: o seu casamento. “Sou casado ha vinte cinco annos. Há vinte e cinco annos!”<sup>214</sup> apontava ele. Nesse momento, Eugenio mostrava ter um grande carinho pela sua esposa e orgulho do seu duradouro casamento até então. Ao que parece, as trouxas seguradas com tanto carinho e notada pelos jornalistas quando encontraram teriam algum significado afetivo, o que poderia ter resultado na sua primeira fala sobre seu casamento. A estabilidade familiar de Eugenio parecia ser um valor tão importante que foi a primeira coisa que extravasou aos curiosos jornalistas.

---

<sup>213</sup> Referente a fonte, todas as informações do ocorrido se encontram na Hemeroteca Digital. Correio da Manhã. Rio de Janeiro. Edição 06522. 2 de janeiro de 1917. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_02&pesq=%22Eugenio%20Gon%C3%A7alves%20mattos%22&pasta=ano%20191&pagfis=30824](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pesq=%22Eugenio%20Gon%C3%A7alves%20mattos%22&pasta=ano%20191&pagfis=30824)>. Enquanto ao jornal, O Correio da Manhã foi criado por Edmundo Bittencourt, e era um dos maiores jornais do século XX, se destacando como um jornal de opinião e crítica a República Velha. Mais informações em: BRASIL, Bruno. “Correio da Manhã”. Fundação Biblioteca Nacional, Artigos. 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-mancha>>.

<sup>214</sup> Idem.

Nessa pequena introdução de uma das trajetórias de vida dessa pesquisa, podemos notar duas coisas muito importantes nas ações iniciais de Eugenio na entrevista. A primeira é em relação ao seu nome, que, em diferentes momentos e situações, o seu sobrenome muda. Em primeiro momento, “Arnaud” é dito como último nome para o sétimo distrito policial, enquanto que, para os jornalistas, recebemos o sobrenome “Gonçalves”. A princípio parece apenas uma incoerência, porém, precisamos lembrar do ambiente extremamente racista e em constante processo de racialização no qual a população negra sempre esteve inserida<sup>215</sup>. Criar estratégias sempre foi fundamental para sobreviver. Por isso, neste capítulo, iremos nos aprofundar nessas estratégias de vida, como a de Eugenio e outros migrantes que também terão suas trajetórias de vidas abordadas nesse espaço.

O segundo ponto importante que podemos notar na entrevista é o apreço pela estabilidade conjugal de 25 anos de Eugenio. A família constituiu um núcleo importante de ações coletivas antes mesmo da abolição, isso porque, na escravidão, era possível ter o poder de escolha do cônjuge, por isso era pensado de uma forma estratégica, por meio da condição social, dos valores e até mesmo da etnia dos indivíduos<sup>216</sup>. No pós-abolição, as famílias continuaram desempenhando um papel fundamental, uma vez que elas formavam valores, estratégias e tomavam decisões em conjunto, pois essas dependiam de esforços coletivos, como a própria decisão de migrar<sup>217</sup>. Essa é outra parte essencial deste capítulo, em que entenderemos esses valores que os migrantes trouxeram consigo quando migraram e também quais foram criados dentro da cidade, já que muitos acabaram constituindo famílias na capital e formando novos núcleos familiares.

Ademais, as trajetórias dos migrantes negros na cidade do Rio de Janeiro também estavam constituídas por duas perspectivas diferentes: a busca por estabilidade

<sup>215</sup> Para mais informações sobre os processos de racialização consultar ALBUQUERQUE, W. *O Jogo da Dissimulação. Abolição e Cidadania Negra no Brasil*. Ed. Companhia das Letras, 2009. SCOTT, Rebecca J.“Fronteiras móveis, linhas de cor e divisões partidárias em Louisiana e Cuba”. in: COOPER, Fredrick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Ed. Civ. Brasileira, 2005. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.

<sup>216</sup> GUEDES, Roberto. *Parentesco, escravidão e liberdade (Porto Feliz, São Paulo, século XIX)*. Varia hist. Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 233-263.

<sup>217</sup> COSTA, Carlos Eduardo C. "Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940)." Topoi, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 112, jan./jun. 2015.

em contraposição à instabilidade dentro da capital. Isso porque as análises que iremos debater adiante neste capítulo baseiam-se nas estratégias utilizadas desses migrantes na zona urbana carioca, o que consequentemente leva a vê-los como agentes passíveis de falhas e erros. A construção de uma estratégia depende diretamente da racionalidade limitada do indivíduo<sup>218</sup>, que precisa lidar com incertezas e, consequentemente, age perante às situações de maneiras distintas, apresentando, assim, diferentes formas de lidar com adversidades e problemas que surgem em suas trajetórias. Por isso, as estratégias usadas em busca da estabilidade, assim como as estratégias usadas perante as instabilidades permearão neste capítulo.

### *3.1 Família, Trajetória e pós-abolição*

Antes de retomarmos a trajetória de Eugenio e outros migrantes, precisamos, primeiramente, estabelecer quais discussões serão estabelecidas no âmbito familiar no pós-abolição, assim como nesta pesquisa. Conforme demostrado anteriormente, abordaremos questões que envolvem direta ou indiretamente a família nuclear e estendida<sup>219</sup>. Inicialmente, durante a pesquisa, a intenção era entender as trajetórias dos indivíduos dentro da cidade do Rio de Janeiro, sem um aprofundamento nas instituições familiares que permaneciam nas fazendas e não migravam. Porém, conforme o avanço da pesquisa, o debate tornou-se cada vez mais necessário, ao passo que não somente o ato de migrar era uma consequência familiar, como também todos os sinais diacríticos<sup>220</sup> que os migrantes indicaram nas documentações nos levaram a questionar até que ponto os valores familiares foram levados para a cidade, assim como quais mudanças foram necessárias, já que as estratégias nas fazendas e na cidade não geravam o mesmo resultado. As complexidades das trajetórias nos levaram ao tema família também pelas ligações que as migrações geraram com a possibilidade da vinda de membros da família nuclear e estendida dos migrantes para a cidade, num momento

<sup>218</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P. 46.

<sup>219</sup> Trabalharemos com a mesma forma de identificação de família proposta por Carlos Eduardo Costa, sendo as famílias divididas em nuclear, estendida (ou ampliada) e complexa. Sendo a primeira composta pelos pais e filhos, a ampliada ou estendida pelos avôs, avós, netos e netas, e a complexa por amigos e pessoas sem parentesco sanguíneo. DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade”: Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit. p 61-62.

<sup>220</sup> BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000. p. 54-57.

oportuno. Por isso, a discussão sobre famílias negras foi não somente essencial, mas também imprescindível para criarmos análises sólidas sobre migrações na capital carioca.

Na historiografia, as famílias negras demoraram muito tempo para serem reconhecidas. Até a década de 80, a escravidão era vista como uma deformadora da organização social, ou seja, os escravizados teriam sucumbido a uma realidade de submissão completa ao senhor ou à fuga. Isso significa que formar famílias estava fora de análise, visto que o cativeiro teria criado uma patologia social, na qual não existiriam vontades, como Florestan Fernandes aponta ao tentar entender a condição do negro no pós-abolição<sup>221</sup>. Dessa forma, de acordo com o autor, relação dos negros com a passividade e, consequentemente, com uma herança da escravidão no pós-abolição, destinou os ex-escravizados e seus descendentes a uma completa marginalização.

A “descoberta” na historiografia da existência de famílias na escravidão abriu um importante diálogo sobre a tal submissão dos negros e sua passividade. O pioneirismo de Herbert Gutman em estudar famílias escravizadas nos Estados Unidos foi uma fundamental discussão, e abriu portas para entender que as famílias negras não só existiam, mas eram o fator principal de suas vidas<sup>222</sup>. A descoberta da unidade familiar<sup>223</sup> também trouxe novas possibilidades, como do poder de negociação, que possibilitava melhores condições de organização familiar, estabilidade e mobilidade social. A não-venda de algum membro da família, a escolha estratégica de um cônjuge e compadrios que poderiam beneficiar os filhos a terem mobilidade social<sup>224</sup> criavam condições nas fazendas que ocasionavam certa estabilidade e também resistência.

Um dos valores de mais extrema importância para os escravizados era a união familiar, seja de parentes, filhos ou amigos próximos. Com as subsequentes leis que restringiam cada vez mais os poderes senhoriais nos anos antecedentes à abolição, a historiadora Ana Lugão Rios, em sua análise, compreendeu que os senhores se

<sup>221</sup> FERNADES, Florestan. A integração do negro à sociedade de classes. São Paulo: Dominus, 1965. p 5.

<sup>222</sup> GUTMAN, Herbert. *The Black Family in Slavery&Freedom, 1750-1925*. BasilBlackwell, Oxford, 1976. p. 3-44.

<sup>223</sup> Para mais informações sobre o contexto de famílias escravas procurar REIS, Isabel. Família escrava. In: SCHWARZ, Lilian; GOMES, Flávio. Dicionário da escravidão e Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras: 2018. GUTMAN, Herbert. *The Black Family in Slavery&Freedom, 1750-1925*. BasilBlackwell, Oxford, 1976.

<sup>224</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.p 31. GUEDES, Roberto. *Parentesco, escravidão e liberdade (Porto Feliz, São Paulo, século XIX.)* Op .cit, p. 233-263.

apoaram em brechas da lei que ainda asseguravam alguma decisão senhorial, podendo assim conceder certos “privilégios”, ainda que limitados, aos escravizados. Com isso, era necessário entender suas vontades, para assim concedê-las. E, ao investigar quais seriam essas vontades, Rios exemplifica como essas estavam atreladas — direta ou indiretamente — às melhores possibilidades de a família permanecer unida, assim como prover maiores condições para a sobrevivência delas<sup>225</sup>. O historiador Walter Fraga demonstra isso a partir da importância que o acesso às pequenas roças possuía para os escravizados, que viam a terra como forma de ter o próprio controle da sua organização familiar. O ritmo de trabalho era um dos ajustes que os libertos mais procuravam nas negociações, pois assim teriam mais tempo para outras atividades, sendo uma delas o fortalecimento dos laços familiares e a organização de cultivo dessas roças próprias, que muitas vezes eram negociadas<sup>226</sup>. Dessa maneira, ajudavam as famílias a terem uma estabilidade naquele local, além dos fazendeiros também oferecerem proteção a elas. Com isso, na transição entre escravidão e abolição, os escravizados e, posteriormente, libertos, foram criando noções próprias de valores de cidadania e do que seria ou não aceitável no pós-abolição<sup>227</sup>.

Com a realidade do pós-abolição por muitas vezes estabelecida no meio rural, o campesinato negro tivera muitas vivências familiares. Os relatos do Vale do Paraíba trazidos por Ana Lugão Rios, em *Memórias do Cativeiro*, retrata lembrança de filhos e netos de ex-escravizados com diferentes trajetórias nesse meio<sup>228</sup>. Rios constatou que existiam diferentes memórias, algumas que retratavam instabilidades vividas pelas famílias por estarem em constante deslocamento de fazendas, por conflitos com fazendeiros ou com parceiros. Enquanto isso, outras famílias viviam uma estabilidade e com relatos de vida menos conturbados, famílias que tinham uma boa relação com os fazendeiros e conseguiam tocar uma roça nessas terras, outras compravam pedaços de terras e ali viviam com a organização do trabalho familiar<sup>229</sup>. Nessa área rural do Vale do Paraíba, temos os exemplos das comunidades quilombolas de Quatis e de São José

<sup>225</sup> RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Ed. Civilizaçao Brasileira, 2005. p. 184-187.

<sup>226</sup> FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade. história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Unicamp, 2006. p.214-215.

<sup>227</sup> Idem.

<sup>228</sup> RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Ed. Civilizaçao Brasileira, 2005 193-204.

<sup>229</sup> Idem.

da Serra, inseridos nesse contexto<sup>230</sup>. Em São José da Serra, Hebe Mattos aponta que o local pertencente a comunidade fora constituída por uma família que havia conquistado o direito de usufruir dessas terras ainda na escravidão, e que, por fim, seus descendentes estiveram desde então à frente das contínuas negociações dessa fazenda com a família proprietária, enquanto outros construíram laços de parentesco no local devido à fuga de áreas conturbadas com outros fazendeiros dos arredores<sup>231</sup>. De acordo com a autora, os descendentes fizeram daquela terra seu lar e refúgio, garantindo, assim, a partir da comunidade de parentesco o controle sobre as terras ocupadas<sup>232</sup>. Ou seja, a permanência da família no local era uma forma de manter as organizações informais paternalistas — reafirmadas a partir da memória do cativeiro os direitos à terra —, que foram conquistados ainda pelos seus antepassados escravizados de forma não institucionalizada. Dessa maneira, a família era um fator de estabilização e de permanência dentro das fazendas, que garantiam não só a memória e a identidade, mas também condições de acesso às terras.

Da mesma forma que no Vale do Paraíba, o litoral do rio-grandense também era marcado pela forte presença do campesinato negro, no qual famílias conseguiam pedaços de terras no Morro do Alto e arredores, conhecidos como um local de territorialidade predominantemente negra. Na trajetória de uma família de ex-escravizados no sul do Brasil, Rodrigo Weimer abordou o campesinato negro de uma forma similar ao que encontramos no Vale do Paraíba, no qual terras adquiridas naquela região não eram necessariamente compradas — apesar do historiador estudar a trajetória de uma família que comprou terras —, mas poderiam ser deixadas por fazendeiros para tomarem conta ou até pelo abandono das próprias<sup>233</sup>. Essa diversidade nos meios rurais

<sup>230</sup> Para mais informações entre relações entre comunidade negra e famílias proprietárias olhar Mattos, Hebe. *Marcas da escravidão. Bibliografia, racialização e memória do cativeiro na História do Brasil*, Tese de Professor Titular em História do Brasil, Niterói, UFF, 2004. Em relação a memória e identidade Quilombola referente a comunidade de São José da Serra, olhar RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Ed. Civilizaçao Brasileira, 2005 p. 285-300. Sobre identidade étnica Quilombola no Brasil, olhar GOMES, Flávio dos Santos. Ainda sobre os quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil. In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H. T. de; FRY, P. (org.). *Política e Cultura. Visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: ANPOCS/Hucitec, 1996. p.197-221.

<sup>231</sup> RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Op cit. p. 282-283.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 284-285.

<sup>233</sup>WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013. p. 152-153. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1468.pdf>>.

mantém não só a busca de famílias por estabilidade, mas também pela própria garantia da autonomia.

Porém, a estrutura de campesinato negro não seria para sempre uma estratégia possível. Com o crescimento da família e a divisão cada vez maior das pequenas terras e roças, o solo se tornou cada vez mais pobre e escasso para a quantidade de pessoas que precisavam dividir aquele espaço e aquela terra. A estratégia adotada pelos ex-escravizados não era mais possível de ser reproduzida pelos filhos e netos destes<sup>234</sup>. Como uma forma de conservar a família, a migração se tornou uma opção de estratégia familiar para a sobrevivência<sup>235</sup>. Tanto no Vale do Paraíba, explicitado por Carlos Eduardo, quanto no Rio Grande do Sul, por Weimer, relatam outras estratégias traçadas, necessárias para as novas gerações. Não somente a terra era um motivo, mas também a procura por melhores condições de vida, como a procura de locais com mais estruturas, que ofereceriam saúde e escolarização<sup>236</sup>. No caso do Morro Alto, também havia um embate de expropriações de terras. A migração se tornou uma importante possibilidade para enfrentar as dificuldades do meio rural.

A discussão das migrações no pós-abolição para além do âmbito brasileiro também conduziu diálogos ao que debatemos até então. Na Jamaica, o historiador Thomas Holt buscou compreender os significados de liberdade no pós-abolição abordando o debate sobre as migrações como forma de conseguir maior independência. O que podemos entender nesse caso era que os libertos na Jamaica procuravam migrar quando o local oferecia melhores condições para autonomia, seja ela em forma de trabalho ou em forma de compras de pequenas terras. No dizer de pequenas terras, Holt observou que as migrações não aconteciam para áreas isoladas, e sim em volta de regiões com infraestruturas sólidas que ofereciam mercados, igrejas e escolas próximas de comunidades locais. Com isso, observou que as migrações na Jamaica buscaram, em maior ou menor grau, a busca por autonomia e também de melhores condições para a qualidade de vida familiar e oportunidades de estudo aos filhos.

<sup>234</sup>COSTA, Carlos Eduardo C. "Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940)." Op. Cit.; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. 2013. Op. Cit.

<sup>235</sup>Ibidem. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. 2013. opt cit. p. 259.

<sup>236</sup>HOLT, Thomas. *The problem of freedom race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. The Johns Hopkins University Press, 1992. p. 144.

As migrações em outros países, como Cuba, tiveram uma trajetória um pouco diferente. A distribuição de algumas terras montanhosas do lado oriental da ilha pode ter atraído alguns migrantes, de acordo com Rebecca Scott. Porém, essa migração ocorreu em pequenas escalas, visto os censos de 1862 e 1899 analisados. A autora destaca que as migrações sazonais eram mais comuns em períodos de demandas inconstantes de trabalhadores<sup>237</sup>. Os homens procuravam mais os meios rurais para trabalhar e, em diferentes épocas, migravam por um período curto para trabalhar temporariamente. Enquanto mulheres escolhiam mais o ambiente urbano para exercer seus ofícios, mas aparentemente também não migravam, optavam pelo movimento pendular de campocidade. As famílias parecem ter mantido sua base nas áreas rurais com pequenas migrações temporárias<sup>238</sup>.

Nos Estados Unidos, os primeiros estudos percursores acerca das migrações negras do meio rural para o urbano consistiram em análises baseadas no modelo econômico de atração e repulsão. As inúmeras interpretações fundamentadas nesse modelo resultaram em constantes percepções negativas sobre o deslocamento da população negra, que se comportaram de forma fora de seu controle ou por “forças maiores”, de acordo com os salários e as demandas estabelecidas de mercado, resultando numa desorganização social e patológica nos locais de destino migratório<sup>239</sup>. De acordo com Joe Trotter, autores como W.E.B. Du Bois e John Daniels relacionaram as migrações negras a termos negativos e pejorativos, os classificando como ignorantes, sem habilidades e práticas para o trabalho, sendo assim um caráter inerente a eles<sup>240</sup>. Com isso, esses autores não só davam preferência a dados numéricos, como também ignoravam o histórico familiar e as trajetórias pessoais, culturais e comunitárias desses migrantes, além de racializá-los.

Posteriormente, a historiografia estadunidense redefiniu as novas análises sobre migrações negras a partir de outros aspectos para além dos econômicos, abandonando, assim, os antigos modelos de observação. Em trabalhos como de Petter Gottlieb, que estudou as migrações negras para Pittsburgh, o autor incluiu novas formas de pensar esses deslocamentos, em que houve um maior aprofundamento nas relações para além

<sup>237</sup> SCOTT, Rebecca J. *Emancipação Escrava em Cuba a Transição para o Trabalho Livre 1860-1899*. Editora: Paz Terra, 1991. p. 252.

<sup>238</sup> Idem.

<sup>239</sup> TROTTER, JR. Joe William (Org.) *The great migration in historical perspective: new dimensions of race, class and gender*. Op. Cit. p. 2-3.

<sup>240</sup> Idem.

das econômicas — focando em outras partes da vida e vivência dos migrantes, como importância da família, das comunidades locais e do planejamento em conjunto. O autor evidenciou como as trocas de informações entre os membros da comunidade<sup>241</sup> ajudavam nas possíveis tomadas de decisões para migrar, assim como os afro-americanos procuravam todos os tipos de fontes de informações ao seu alcance antes de decretar qualquer decisão. Em outros trabalhos que estudam migrações negras, como do historiador norte-americano James R. Grossman, as migrações negras sulistas para Chicago também seguiram essa cautela de buscar informações — sejam elas por jornais, cartas de parentes, trocas de notícias com amigos ou vizinhos<sup>242</sup>. Além disso, Gottlieb destacou que mesmo após se deslocarem, muitos desses migrantes regressavam para reencontrar a família em datas festivas, como aniversários e festas de fim de ano. Ademais, o retorno também poderia ser permanente, o qual seria seguido por fatores como a solidão, a perda do trabalho, o racismo e a hostilidade dos brancos<sup>243</sup>. Dessa maneira, os migrantes analisados pelo autor que partiram para Pittsburgh não só mantinham, como se ancoravam em suas ligações familiares e comunitárias de suas origens sulistas, tornando-se centrais na estratégia e vivência migratória negra.

Além disso, apesar dos modelos de “atração” e “expulsão” não abrangerem os contextos migratórios de uma forma satisfatória, eles serviram como rastreadores para compreender as ambições e os desejos daqueles que migravam. De acordo com James R. Grossman, as migrações negras para o Norte dos Estados Unidos se tornaram uma estratégia de busca pelo direito de igualdade de oportunidades, salários, independência, mobilidade social e melhores futuros para os filhos, que teriam acesso às escolas e à melhor educação<sup>244</sup>. Com isso, por meio das migrações, os afro-americanos criaram estratégias para enfrentar o racismo e procurar novas oportunidades que visavam as melhores condições para sua família, assim como a família, num geral, também poderia ser a base de segurança e conforto para aqueles que migravam só.

Nesse raciocínio, chegamos ao ponto em que podemos entender a família como um centro significativo das migrações. A sua importância poderia vir de várias formas:

<sup>241</sup> GOTTLIEB, Petter. Rethinking the Great Migration: A Perspective from Pittsburgh. In: TROTTER, JR. Joe William (Org.) *The great migration in historical perspective: new dimensions of race, class and gender*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

p. 72.

<sup>242</sup> GROSSMAN, J. *Land of hope: Chicago, Black Southerners, and the Great Migration*. Op Cit. 67-69.

<sup>243</sup> Ibidem, p.73.

<sup>244</sup> Ibidem, p. 13-37.

como um porto-seguro, como uma forma de resistência e preservação de direitos, como uma forma de suporte e esforço financeiro, pela experiência no meio rural e a busca por melhores condições para suas futuras gerações. Por isso, antes de mais nada, considero o ato de migrar uma estratégia familiar. Dessa forma, entendo que as trajetórias dos migrantes negros para a cidade do Rio de Janeiro estiveram inseridas nesse contexto de base de segurança, de busca por melhores condições de vida, do enfrentamento das dificuldades no campo. As migrações surgiram como uma opção para a família continuar e criar novas perspectivas para além do meio rural.

### *3.2 – Migrantes na cidade: as trajetórias de Eugenio, Carlos Francisco e Arlindo*

Como vimos no começo deste capítulo, a primeira ação que o migrante Eugenio exaltou quando abriu um diálogo com os jornalistas fora o seu relacionamento de 25 anos. De fato, Eugenio dividia a vida há muitos anos na cidade com a companheira Edwiges da Conceição. Os dois eram migrantes, com a diferença de que Eugenio era de Campos e Edwiges do Maranhão<sup>245</sup>. Diferentemente de outros migrantes que veremos aqui, Eugenio era mais velho, na época da sua entrada na Casa de Detenção, em 1920, apresentava a idade de 54 anos e cor “parda escura”. Fazendo o cálculo, podemos chegar ao ano de nascimento de 1866, data ainda anterior à Lei do Ventre Livre. Não há como saber se Eugenio nasceu escravizado ou livre, contudo, conseguimos encontrar seu pai, Francisco Gonçalves Loureiro, em circulação no Estado do Rio em meados de 1860-1870, de Campos para Macaé, e de Campos para o Espírito Santo, a partir do jornal “O Correio da Tarde”<sup>246</sup> — provavelmente em movimento pendular, com seu nome e sobrenome expostos nos jornais —, o que leva a crer que seu pai era um homem livre. Eugenio, ao chegar na Cidade do Rio de Janeiro, aparentemente solteiro, se juntou com Edwiges da Conceição, uma migrante do Maranhão, e formalizou o matrimônio em

---

<sup>245</sup>“Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012,” database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6GYH-PS3?cc=1582573&wc=9GB8-GPD%3A113334201%2C122849201%2C124011101> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 03ª Circunscrição > Nascimentos 1907, Dez-1908, Abr > image 194 of 204; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>246</sup> O jornal era focado em notícias de diários literários e comerciais, com um viés político monarquista. O Correio da Tarde: Jornal Commercial, Politico, Litterario e Noticioso. Edição 00017(1). 3 de janeiro de 1860. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090000&pesq=%22Francisco%20Gon%C3%A7alves%20Loureiro%22&pagfis=5234>>.

1908, com o registro de nascimento do primeiro filho do casal<sup>247</sup>. As informações da condição de sua mãe, Benedita de Mattos, não apareceram para além do registro de nascimento de seu neto, sendo, assim, difícil coletar mais dados sobre os pais de Eugenio. Porém, o que veremos a seguir serve para podermos analisar valores e estratégias desse vínculo familiar passado para Eugenio e suas novas estratégias a partir de então.

Os valores dos laços familiares construídos através das vivências e possibilidades entre a escravidão e o processo de pós-abolição podem ter contribuído como uma forma de fortalecer seus projetos de liberdade e aliar estratégias para alcançar a mobilidade social e a melhor condição de vida. Como discutimos, a família era o centro das estratégias para a sobrevivência. Nas ações relacionadas a Eugenio, sua migração ocorreu de forma definitiva para a cidade do Rio de Janeiro, e foi o primeiro e aparentemente único da família a ter esse movimento definitivo. Seu pai, que fazia o movimento parecido, porém de forma pendular ou sazonal, possivelmente influenciou a ação de Eugenio a migrar, já que era uma experiência que a família já vivenciava. De acordo com Costa, as migrações sazonais eram estratégias formuladas para manter o núcleo da família, uma vez que permitiam a ampliação do trabalho e da fonte de renda para além das lavouras e dos ambientes rurais, mantendo o equilíbrio econômico necessário<sup>248</sup>. Com isso, é possível que a família de Eugenio tivesse estabelecido uma conexão associando esse movimento migratório a uma estratégia benéfica. Sendo assim, a migração definitiva de Eugenio pode estar relacionada à uma estratégia familiar, com a possibilidade de criar novas possibilidades na cidade e interações favoráveis à continuação da família. Em vista disso, um de seus principais movimentos do migrante no contexto urbano esteve ligado em estabelecer laços de família dentro da cidade. De acordo com Carlos Lima, era comum homens livres migrarem para regiões que viabilizassem contrair matrimônio aliado a uma possível chance de obter alguma terra<sup>249</sup>. Sendo assim, vemos duas ações de Eugenio: a de migrar definitivamente — em

<sup>247</sup> Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6GYH-PS3?cc=1582573&wc=9GB8-GPD%3A113334201%2C122849201%2C124011101> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 03ª Circunscrição > Nascimentos 1907, Dez-1908, Abr > image 194 of 204; Corregedor Geral da Justiça (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>248</sup> DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. "Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade": Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit. p. 169-170. p. 186.

<sup>249</sup> LIMA, Carlos A. M. *Pequena diáspora: migrações de libertos e de livres de cor (Rio de Janeiro, 1765-1844)*. LOCUS: Revista de História, 26. Juiz de Fora, Departamento de História/Programa de Pós-

um movimento mais ousado que seu pai — e contrair matrimônio na cidade com Edwiges, estabelecendo, assim, um vínculo que durou mais de 25 anos.

A mesma estratégia seguiu o migrante Carlos Francisco. Vindo de Barra de Piraí, Carlos Francisco Pimenta era ainda um jovem quando chegou à cidade do Rio de Janeiro, nos anos 20. A sua entrada na Casa de Detenção, em 1922, apresentava o registro<sup>250</sup> de apenas 21 anos de idade na época, cor preta e solteiro. Ao contrário de Eugenio, Carlos Francisco fazia parte da geração de filhos que nasceram livres, seus pais, Pedro Francisco Pimenta e Henriqueira Lima do Nascimento, como a historiadora Ana Lugão Rio já havia discutido, permaneceram nas fazendas<sup>251</sup> em Barra do Piraí. A estratégia familiar parece seguir a mesma lógica da procura da sobrevivência e melhores condições de vida, assim como a ampliação da família na cidade. Em 1926, Carlos Francisco Pimenta se casou com Dona Francina Rosa da Conceição<sup>252</sup>, uma migrante de Itaboraí. O casal permaneceu e criou seus filhos na cidade do Rio, até o final de suas vidas, enquanto esses filhos seguiram outros rumos.

E, não por uma coincidência, o migrante Arlindo Simões Prudente também seguiu uma estratégia semelhante no estabelecimento de relações na cidade do Rio de Janeiro. Ainda novo, o migrante, aos 26 anos, aparece nos cartórios do Rio de Janeiro na década de 1920, casando-se com Dona Aurelia Monteiro<sup>253</sup>, também migrante, mas com as informações apenas como sendo do Estado do Rio. Quanto a Arlindo, por outro lado, tem uma vasta informação sobre sua família e suas origens no Family Search. O migrante foi registrado em 1894, em São José do Vale do Rio Preto, pelos seus pais João Simões Prudente e Carlota da Motta Prudente<sup>254</sup>. Os pais de Arlindo pareciam

Graduação em História da Universidade de Juiz de Fora, v. 6, n. 2, 2000. Apud DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “*Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade*”: Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Editora Appris, 2020. p. 147.

<sup>250</sup> APERJ. CDDF. notação MD-HN-144. Número de registro 1626, ano 1922.

<sup>251</sup> Para mais informações RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *O pós-abolição como problema histórico*. TOPOI, vol.5, n.8, 2004. p. 182.

<sup>252</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-67BQ-FWW?cc=1582573&wc=9GYB-JWT%3A113332301%2C115678401%2C116504401> : 22 March 2022), São Gonçalo > São Gonçalo > Matrimônios 1926, Jan-1927, Fev > image 109 of 206; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>253</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGJR-QVG6> : 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente and Aurelia Manteiro, ; citing p. 161, Rio de Janeiro, Brasil, Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro; FHL microfilm 1,286,584.

<sup>254</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QPQW-XFS3> : 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente, ; citing São José do Vale do Rio Preto, São José

levar uma vida de migrações, de um local para o outro, dentro do Estado do Rio. Isso porque, além de Arlindo, temos o batismo de sua irmã, Othalia, em 1891, localizado em Valença<sup>255</sup>. Com isso, vemos uma movimentação de poucos anos dos pais de Arlindo de Valença para São José do Vale do Rio Preto. Como pudemos observar a partir de Rios, as famílias do Vale do Paraíba poderiam ter várias experiências diferentes no pós-abolição, sendo uma delas a instabilidade de percorrer de fazenda em fazenda, procurando locais que poderiam oferecer uma maior estabilidade. Esse parecia o caso da família de Arlindo, que possivelmente estava em constantes migrações pelo Estado do Rio. Por fim, o que podemos ver nas documentações posteriores<sup>256</sup> é que a família inteira de Arlindo se mudou permanentemente para a cidade do Rio de Janeiro, o pai de Arlindo, João Prudente, parece ter conseguido estabilidade, como funcionário público na cidade<sup>257</sup>. Sendo assim, também podemos adicionar nesse mundo de possibilidades as famílias que poderiam migrar em conjunto, ou, pelo menos, seguirem os filhos para a cidade após esses migrarem. O que fica na dúvida em relação à trajetória de Arlindo, é o questionamento se a família migrou em conjunto ou se os filhos primeiramente migraram e, com o êxito dessa estratégia, acarretado posteriormente a vinda dos pais para a cidade. Ao que parece, diferentemente da trajetória dos outros migrantes, o vínculo dos pais de Arlindo ao campo não era tão bem estabelecido. De qualquer forma, Arlindo estreitou laços de solidariedade dentro da cidade, casou-se, teve filhos e viveu até o fim da vida na cidade do Rio de Janeiro.

A trajetória desses migrantes, apesar das diferenças em suas histórias de vida, tivera estratégias similares ao formar laços afetivos na cidade. Como pudemos analisar, Eugenio, Carlos Francisco e Arlindo formaram famílias dentro da capital, migrando solteiros dos seus locais de origem. Como analisa Ana Lugão Rios, os filhos e netos dos ex-escravizados tiveram maior tendência de ir para outros locais — com foco maior

do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>255</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QPQW-XFS3> : 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente, ; citing São José do Vale do Rio Preto, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>256</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:7744-4ZPZ> : 16 June 2022), Carlota Da Motta Prudente Prudente in entry for João Simões Prudente Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>257</sup> Idem.

para a Baixada Fluminense como principal destino, como explicitada por Costa<sup>258</sup>. Em grande parte das famílias já formadas no imediato pós-abolição formavam estratégias mais locais, com migrações de fazenda em fazenda, migrações sazonais, aderência de pedaços de terras ou concedidas pelos fazendeiros. Ao que parece, a família, apesar de passar por instabilidades, tendiam a não se arriscar para lugares mais longes, como a capital, sendo essa uma opção mais distante. Porém, não podemos deixar de destacar a família de Arlindo, que apesar de ter esse movimento de fazenda em fazenda, com menores riscos, posteriormente também fora para a capital carioca. Isso pode ter ocorrido por certa estabilidade dos filhos na cidade, que acarretou a essa migração, ou a família decidiu arriscar-se na cidade, mesmo sendo uma opção menos atrativa. Ademais, o que podemos entender é que os filhos e netos desses descendentes das zonas rurais, sendo solteiros e novos e num contexto diferente, poderiam se arriscar mais nessas novas estratégias.

Para ilustração desse indicativo, dividimos as tabelas 4, 5, 6 e 7 nas idades e estados civis dos migrantes entre a década de 20 e 30. Novamente, ressaltamos que esses são dados de amostra apenas da Casa de Detenção, sendo assim, as tabelas fazem alusão à uma pequena amostragem desses migrantes negros que circulavam pela cidade. Para fins de melhor entendimento das diferenças e semelhanças entre essas décadas, optamos por dividir as tabelas entre 1920-1926 e de 1930-1940. Ademais, o início do recorte está relacionado diretamente ao que encontramos em trabalhos anteriores, como de Rios e Costa, no qual demonstra a maior incidência de migrações após o começo do século XX, com os filhos e netos dos ex-escravizados. Ainda assim, mesmo utilizando 1920 como ponto de partida de análise com o objetivo de encontrar o máximo de migrantes possíveis que estariam se deslocando para o Distrito Federal nesse período mais propício, na prática encontramos indivíduos que migraram antes da data estabelecida, mas teriam sido presos e encontrados na Casa de Detenção somente nos anos referentes a essa pesquisa. Com isso, nem todos os migrantes que encontramos entre 1920-1940 necessariamente migraram nos anos que foram detidos, da mesma maneira que os migrantes que buscamos seguir sua genealogia passam das datas delimitadas na pesquisa. Sendo assim, a temporalidade aqui é marcada apenas para fins

---

<sup>258</sup> DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade”: Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit

didáticos, principalmente quando analisamos tabelas e dados que envolvem um levantamento quantitativo.

A partir das tabelas abaixo, podemos analisar algumas características dos perfis dos migrantes negros detidos na Casa de Detenção. De início, na Tabela 4, nota-se uma diferença bem visível dos estados civis dos indivíduos na década de 20. Em primeiro lugar, os solteiros, que somam mais de 83% da porcentagem analisada na Casa de Detenção, sendo definitivamente o grupo com mais ocorrência, possuindo quase a totalidade dos dados estudados. Sobram, então, os casados e os viúvos, que somam 12,8% e 2,6%, respectivamente. Os ignorados são poucos, provavelmente por falha do escrivão, somando o total de menos de 1%. Essas porcentagens podem nos ajudar a entender como a trajetória de Eugenio, Carlos e Arlindo poderiam ser mais comuns – dentro do rol de trajetórias pesquisadas na Casa de detenção – do que poderíamos imaginar.

Já na Tabela 5, podemos observar os estados civis dos migrantes na década de 30. Em semelhança com a tabela anterior, os migrantes encontrados nos anos 30 apresentam bastante similaridades entre as porcentagens da década anterior. A Tabela 5 mostra a permanência de altíssimas incidências de solteiros, chegando aos 75,8%. Entre uma década e outra, percebemos que o número de porcentagem de solteiros cai sutilmente, dos 83% para 75,8%. Em relação aos casados, o número também aumenta de uma tabela para outra de uma forma discreta, dos 12,8% para 19,8%. Já os viúvos continuaram com as menores incidências, mostrando pouca diferença de uma década para a outra, com um aumento pequeno de 2,6% para 3,6%. Os ignorados na tabela somam apenas 0,6%. O que observamos nesse conjunto de dados é que, mesmo com algumas diferenças pequenas, as tabelas se complementam mostrando que os migrantes entre 1920-1940, observados na Casa de Detenção, eram em grande parte solteiros, mesmo que haja uma singela propensão de aumento de migrantes casados na cidade do Rio de Janeiro.

**Tabela 4** – Estado Civil dos migrantes de cor preta/parda do Vale do Paraíba/Estado do Rio/Minas Gerais da Casa de Detenção em números absolutos e em %. Rio de Janeiro, 1920-1926.

Estado Civil	Abs.	Porcentagem (%)
<b>Solteiros</b>	380	83,7
<b>Casados</b>	58	12,8%
<b>Viúvos</b>	12	2,6%
<b>Ignorado</b>	4	0,9%
<b>Total</b>	454	100%

**Fonte:** Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1920-1926)  
 Obs.: o mesmo da tabela 1

**Tabela 5** – Estado Civil dos migrantes de cor preta/parda do Vale do Paraíba/Estado do Rio/Minas Gerais da Casa de Detenção em números absolutos e em %. Rio de Janeiro, 1930-1940.

Estado Civil	Abs.	Porcentagem (%)
<b>Solteiros</b>	2.124	75,8%
<b>Casados</b>	557	19,8%
<b>Viúvos</b>	101	3,6%
<b>Ignorado</b>	19	0,6%
<b>Total</b>	2.801	100%

**Fonte:** Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1930-1940)

Vale destacar que os migrantes casados encontrados na Casa de Detenção não teriam, necessariamente, vindo casados para a cidade. Como estamos analisando os migrantes que possuem passagem na Casa de Detenção, podemos encontrá-los em diferentes fases de suas migrações, por isso, há casos de migrantes que já tinham estabelecido uma família e casado na capital, e somente depois desses acontecimentos encontrados na fonte da Casa de Detenção. Um exemplo disso é o migrante Arlindo, que na Casa de Detenção apareceu como casado, porém, ao encontrar seu registro de casamento<sup>259</sup>, conseguimos verificar que o seu matrimônio teria ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, Arlindo teria migrado para a capital ainda solteiro. Por isso, com essas questões, fica difícil podermos concluir se existiria ou não um aumento de migrantes já casados mudando para a capital.

Como podemos observar entre essas décadas, a quantidade de solteiros encontrados na Casa de Detenção é superior aos casados e viúvos. Não podemos afirmar os dados absolutos dos migrantes, mas é possível verificar uma visível tendência de incidência de solteiros detidos. Como estamos lidando com uma parcela pequena que está no limite das ações dos migrantes nas cidades, não há certezas se essa tendência segue como um todo das migrações das regiões analisadas. Porém, podemos refletir como essa tendência tem fundamento nas possibilidades que nos encaminham a acreditar que as migrações eram menos arriscadas quando estimuladas aos filhos novos e solteiros, que seguiam a estratégia familiar de procura por melhores condições fora do

<sup>259</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGJR-QVG6> : 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente and Aurelia Manteiro, ; citing p. 161, Rio de Janeiro, Brasil, Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro; FHL microfilm 1,286,584.

campo. Além disso, como vimos anteriormente, Eugenio, Carlos Francisco e Arlindo, ao chegarem solteiros na cidade poderiam aumentar as possibilidades ao criar laços familiares, ampliando suas redes de contato na cidade. Isso não quer dizer que os que arriscaram a virem casados não procuravam ligações e redes de solidariedade na cidade, mas sim que os laços de família criados pelos solteiros na cidade os proporcionavam uma maior ampliação familiar fora do contexto rural, favorecendo a construção de redes de sociabilidade na cidade.

Assim como as situações conjugais, há uma forte discrepância entre as idades na Casa de Detenção. Ao analisar os dados da Tabela 6 da década de 20, podemos observar que, até 14 anos, as porcentagens são pequenas, com apenas 1,3% de incidência. Essa relação pode ser explicada pelos livros de menores que se encontram na Casa de Detenção e não foram analisados. Os jovens/jovens adultos da faixa etária de 15 a 25 anos somam 51,3% das incidências, ou seja, mais da metade. Enquanto isso, os adultos da faixa etária dos 26 aos 35 anos somam 34% dessa porcentagem. Ao complementar esses dois grupos juntos, que são os mais novos da categoria excluindo-se o primeiro, chegamos à porcentagem de 85,3%. Já os mais velhos aparecem com um número bem modesto, sendo os de 36 a 45 anos com 9,5%, os de 46 a 55 anos com 3%, e os acima de 56 com apenas 0,2%. Dessa maneira, nos dados em relação aos migrantes detidos na Casa de Detenção na década de 20, é notável o percentual elevado de jovens migrantes.

Já em relação a década de 30, a idade dos migrantes se diferencia um pouco da Tabela 3. Os jovens/jovens adultos perdem um espaço para os adultos de 26 a 35 anos. Nas porcentagens da Tabela 7, é possível identificar que os jovens adultos de 15 a 25 caem em relação a Tabela 6, de 51,3% para 39,2%. Enquanto os adultos de 26 a 35 anos aumentam de 34% para 38,6%. O que podemos observar é que há um nivelamento de jovens adultos e adultos na década de 30 estando entre 39,2% e 38,6%, respectivamente. Há, também, um pequeno aumento entre os mais velhos, sendo que os de 36 a 45 anos passaram de 9,5% da Tabela 6 para 14,1% na Tabela 7, e os de 46 a 55 anos, de 3% para 5,1%. Os acima de 56 anos passaram de 0,2% para 2,1%, na década de 30. Já os ignorados ficaram em 0,6%, e os até 14 anos não tiveram dados. O que podemos notar é um crescimento das porcentagens entre os mais velhos em relação aos jovens adultos. Contudo, os jovens adultos continuam sendo os mais encontrados na Casa de Detenção. Em relação à junção dos jovens adultos e adultos de 15 anos até os 35, temos uma porcentagem de 77,8%, um pouco abaixo em relação à década anterior, porém, continua

sendo um número alto em relação às demais idades. Entretanto, não devemos deixar de notar que esse aumento de pessoas mais velhas para a cidade pode mostrar uma maior atratividade na década de 30 para essas pessoas migrarem, principalmente em relação à consolidação de algumas leis trabalhistas na era Vargas nas cidades — informação essa que poderia estar chegando aos campos através dos migrantes mediadores que circulavam entre essas duas regiões.

**Tabela 6** – Idade dos migrantes de cor preta/parda do Vale do Paraíba/Estado do Rio de Janeiro/Minas Gerais em números absolutos e em %. Rio de Janeiro, 1920-1926.

<b>Idade dos migrantes</b>	<b>Abs.</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Até 14 anos</b>	6	1,3%
<b>15 a 25 anos</b>	233	51,3%
<b>26 a 35 anos</b>	154	34%
<b>36 a 45 anos</b>	43	9,5%
<b>46 a 55 anos</b>	14	3%
<b>Acima de 56</b>	1	0,2%
<b>Ignorado</b>	3	0,7%
<b>Total</b>	454	100%

**Fonte:** Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1920-1926)

Obs.: O mesmo da tabela 1.

**Tabela 7** – Idade dos migrantes de cor preta/parda do Vale do Paraíba/Estado do Rio de Janeiro/Minas Gerais em números absolutos e em %. Rio de Janeiro, 1930-1940.

<b>Idade dos migrantes</b>	<b>Abs.</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Até 14 anos</b>	0	0%
<b>15 a 25 anos</b>	1.098	39,2%
<b>26 a 35 anos</b>	1.083	38,6%
<b>36 a 45 anos</b>	397	14,1%
<b>46 a 55 anos</b>	145	5,1%
<b>Acima de 56</b>	59	2,1%
<b>Ignorado</b>	19	0,6%
<b>Total</b>	2.801	100%

**Fonte:** Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1930-1940)

Com essas porcentagens, podemos pensar em alguns aspectos. De fato, é possível notar a partir da Casa de Detenção algo que Ana Lugão já defendia: a fixação dos ex-escravizados nas fazendas ou em locais próximos<sup>260</sup>. Como a maioria dos migrantes encontrados nos dados na década de 20 apresenta ter entre 15 a 25 anos, esses nasceram por volta de 1900 nos seus lugares de origem, ou seja, muitos no Vale do Paraíba ou em regiões próximas de fazendas. Isso significa que a família desses indivíduos decidiu ficar no campo no imediato pós-abolição, sendo uma estratégia

<sup>260</sup> RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *O pós-abolição como problema histórico*. Op. Cit.

apenas da geração futura migrar. Enquanto isso, na década de 30, podemos observar que os jovens continuam sendo a maioria a migrar, mesmo com o aumento dos mais velhos vindo para a capital, que antes estavam fixados no campo. Isso mostra que os jovens continuavam sendo os que se arriscavam mais em vir para a cidade, contudo, os mais velhos também começaram a optar por esse caminho.

As tabelas podem se complementar à medida que vemos a relação entre a porcentagem de solteiros e as idades encontradas. O intuito de colocá-las juntas para análise fora proposital. Ao olhar para essas tabelas em conjunto podemos verificar que o número de solteiros está quase proporcional aos jovens somados, o que faz diálogo diretamente com as histórias de vida que estamos traçando de Eugenio, Carlos Francisco e Arlindo: os migrantes que vieram novos para a cidade do Rio de Janeiro e solteiros procuraram estabelecer laços afetivos dentro da capital. Por isso, podemos pensar que essa era uma forma estratégica de se estabelecer em um local desconhecido, no qual as redes de sociabilidade eram essenciais para criar diferentes possibilidades, inclusive a de criar uma família.

A formação das famílias de Eugenio, Carlos Francisco e Arlindo foram trajetórias que conseguimos acompanhar a partir dos registros civis. O manuseamento de registros de nascimentos, óbitos já apresentados em algumas regiões como Paraíba do Sul<sup>261</sup>, Baixada Fluminense<sup>262</sup>, Norte Fluminense<sup>263</sup> e Morro do Alto no Rio Grande do Sul,<sup>264</sup> trouxe importantes abordagens de análise social no pós-abolição. Os dados qualitativos apresentados nessas regiões deram suporte para entender como a fonte de óbitos, nascimentos e também de casamentos poderiam ser ricas em detalhes das ações dos indivíduos no cotidiano e suas redes de sociabilidade a partir desses registros. Dessa forma, através das análises feitas a partir desses registros encontrados no Family Search, acompanharemos as trajetórias de vida desses três migrantes, a fim de nos aprofundarmos nas relações familiares, nas redes de sociabilidade e em suas ações na cidade.

---

<sup>261</sup> RIOS, Ana L. *Família e Transição (famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Ferial Fluminense. Niterói, 1990.

<sup>262</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: *Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)*. Op. Cit.

<sup>263</sup> MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: significados da liberdade no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

<sup>264</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Op. Cit.

O ato de registrar ações perante a Igreja, e, posteriormente, ao Estado, com casamentos, nascimentos dos filhos e óbitos demonstraram uma evidente disposição de legitimar os núcleos familiares construídos antes e após a abolição. Em Paraíba do Sul, o ano de 1889 foi o mais procurado pelas famílias negras para registrar no nascimento de seus filhos<sup>265</sup>, o que acentua o movimento de formalizar pelo Estado as famílias que já existiam na escravidão, sendo essa uma das “heranças da escravidão” que Rios buscou mostrar no pós-abolição. A historiadora abordou como esses números foram altos após um ano da abolição, e com o passar do tempo essa procura foi caindo aos poucos na região. Os números de casamento na região de Juiz de Fora também aumentaram nos anos seguintes à abolição<sup>266</sup>, assim como em São Carlos<sup>267</sup>, localizado no interior de São Paulo. Não somente as ações para formalizar os laços dos filhos eram procuradas, mas também as conjugais, formalizando assim a estrutura familiar e o seu valor para os libertos. Na Baixada Fluminense, Costa analisou os registros de nascimentos e óbitos na região entre 1889-1940 de uma forma mais complexa. Em sua pesquisa, destacou-se a procura por cartórios para registrar nascimentos e óbitos dos filhos e adultos da região entre pardos/pretos. Ao compreender as situações das famílias nos registros, o autor identificou a ausência do pai, a presença dos avós e principalmente das avós maternas. O historiador mostrou que a configuração de família poderia ser diferente entre esses indivíduos na região, sendo as mulheres a figura central da família até o ano de 1914, e não os homens. Além disso, a ausência dos pais nos registros poderia ter diversos motivos, sendo o trabalho um deles. Com essa questão, a família não poupava esforços em construir outras relações, sendo acompanhados muitas vezes para os cartórios com amigos e vizinhos. Além disso, o autor destaca que na região de Nova Iguaçu a procura pelos cartórios foi crescendo a partir de 1920. Contudo, esses estudos ficaram restritos apenas à Baixada Fluminense.

No caso do Distrito Federal, para os migrantes Eugenio, Carlos Francisco e Arlindo, a legitimidade das relações de família pelos órgãos do Estado era um valor importante. Por serem migrantes, a ânsia de construir laços dentro da cidade e legitimá-los poderia ser uma forma de integrar-se melhor na cidade, além de fortalecer aqueles laços mais recentes, isso não somente com cônjuge, mas também com vizinhos e

<sup>265</sup> RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *O pós-abolição como problema histórico*. Op. Cit. p. 185

<sup>266</sup> Ibidem, p. 186.

<sup>267</sup> MONSMA, Karl. *Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista*. Dados [online]. 2010, vol.53, n.3, p. 517.

amigos que muitas vezes apareciam como testemunhas. No caso de Carlos Francisco, podemos ver essas relações sendo tecidas a partir de seu casamento no município de São Gonçalo:

Aos quatro dias do mez de Setembro de mil novecentos e vinte e seis, o Cartorio sendo doze horas, presente o Major José Alves de Azevedo, Juiz da Paz em exercício e presidente dos Casamentos do primeiro distrito da **Cidade e Comarca de São Gonçalo**, Estado do Rio de Janeiro, commigo oficial do Registro Civil do diante nomeado as testemunhas abaixo mencisuidas e assignadas depois de preenchidas as formalidades legaes receberam-se em matrimonio o senhor **Carlos Francisco Pimenta e dona Francina Roza da Conceição**; ele solteiro, nascido em vinte e um de outubro de mil novecentos e três, **natural do município de Barra do Pirahy**, deste Estado, **operário**, filho **legítimo** de Pedro Francisco Pimenta e Henriqueira Francisca Pimenta, brasileiros, ele com quarenta e cinco anos e ella com quarenta e dois anos de idade, **residentes na Barra do Pirahy**, residente o noivo no logar do Rocha, ella solteira, domestica, nascida em dez de Outubro de mil novecentos e quatro, **natural do município de Itaborahy**, deste Estado, filha **natural** de Maria Roza da Conceição, brasileira, solteira, com quarenta anos de idade, residente com a sua filha no logar do Rocha.[...] foram testemunhas do acto aos senhores, **José Barboza**, brasileiro, solteiro, colcheiro, com vinte e dois anos, **residente a rua Copacabana quinhentos** e setenta e sete; **Eurico Silva**, brasileiro, casado, motorista, com trinta e oito anos, residente a **Estrada Dona Castorina**, seiscentos e trinta e em Distrito Federal, **João de Oliveira**, brasileiro, solteiro, negociante, com vinte e quatro anos, residente em **Nilópolis**, **Antonio Gomes da Silveira Coutinho**, brasileiro, casado, funcionário municipal, com quarenta e cinco anos, residente a rua **Feliciano Sodré**, cento e quinze [...]<sup>268</sup>

Nesse casamento entre Carlos Francisco e Dona Francina é possível identificar várias relações formadas dentro e fora da cidade do Rio de Janeiro. O primeiro ponto, o mais explícito, é o laço conjugal firmado entre os dois migrantes pelo Estado, que ampliavam suas redes de sociabilidade e apoio dentro da cidade. O segundo, é que eles se casam em São Gonçalo, em 1926, e parecem morar pelos arredores da região junto com a mãe de Francina, entretanto, os dois retornam para a cidade do Rio de Janeiro posteriormente. É difícil saber se Carlos migrou para a região de São Gonçalo por um longo período, ou se foi apenas para se casar. Isso porque, em 1922, em sua entrada na Casa de Detenção o próprio informa morar em Copacabana, sendo leiteiro em Ipanema<sup>269</sup>. Posteriormente, nos dados de seus filhos, ele continua exercendo a mesma profissão e morando perto de onde antigamente morava, o que traz dúvidas sobre o intervalo de tempo que teria passado em São Gonçalo. A terceira questão crucial que

<sup>268</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-67BQ-FWW?cc=1582573&wc=9GYB-JWT%3A113332301%2C115678401%2C116504401> : 22 March 2022), São Gonçalo > São Gonçalo > Matrimônios 1926, Jan-1927, Fev > image 109 of 206; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>269</sup> APERJ. CDDF. notação MD-HN-144. Número de registro 1626, ano 1922.

podemos encontrar no registro é a palavra “legítimo” em relação aos pais de Carlos Francisco, Pedro Francisco Pimenta e Henriqueira Lima do Nascimento. A menção da legitimidade de seus pais representa a relação reconhecida do casal<sup>270</sup> e também uma evidência que seus pais também procuraram legitimar suas relações conjugais perante o Estado. Já Francina aparece como “natural” de Maria Roza da Conceição e sem o nome do pai, ou seja, uma relação não reconhecida socialmente<sup>271</sup> e não registrada. E, por fim, as testemunhas apresentadas no casamento parecem ser amigos dos casados e, provavelmente, dos pais do casal. Como podemos observar, há pessoas de vários lugares distintos, sendo os dois primeiros da Cidade do Rio de Janeiro, um de Nilópolis e um de Niterói. Como falado anteriormente, Carlos morava em Copacabana no começo dos anos 20, ou seja, provavelmente José Barboza era seu amigo da capital, assim como Eurico Silva. Esses amigos se deslocaram até o município de São Gonçalo para participarem do registro de casamento de Carlos Francisco, o que mostra uma importante evidência nas redes de sociabilidade que estavam sendo criadas na cidade pelo migrante, e, principalmente, no bairro em que trabalhava. Já Antonio Gomes da Silveira Coutinho, que morava em Niterói, acreditamos que seja amigo da família de Francina, que morava na região, enquanto João de Oliveira, de Nilópolis, poderia ser um contato tanto da capital quanto do campo, que migrou para a região. O que podemos notar, dessa forma, é uma grande ampliação de redes de sociabilidade de Carlos Francisco tanto no Distrito Federal, quanto no município vizinho de São Gonçalo.

Após o casamento, em 1927, o casal de migrantes tem seu primeiro filho na cidade do Rio de Janeiro. O registro da criança, sem nome, já apareceu direto nos óbitos. Nenhum dos pais compareceu para atestar a morte da criança, ficando encarregado de um empregado da Santa Casa<sup>272</sup>. Na Baixada Fluminense, o comparecimento de parentes no cartório para declarar o óbito não era comum, sendo, nos primeiros anos da criança, mais recorrente o registro por funcionários da saúde e funerários, como médicos e legistas, ou por policiais — essa ocorrência poderia ser por

<sup>270</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). p.67.

<sup>271</sup> Ibidem.

<sup>272</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DHQ9-V36?cc=1582573&wc=9GTJ-2NL%3A113334201%2C135195401%2C143670302> : 19 October 2019), Rio de Janeiro > 06ª Circunscrição > Óbitos 1927, Ago-1928, Mar > image 30 of 208; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

conta da necessidade do documento para enterrar os indivíduos<sup>273</sup>. Na cidade do Rio de Janeiro, o mesmo parece acontecer no caso da morte do filho de Carlos Francisco e Francina, pois o encarregado em atestar o óbito foi um funcionário da Santa Casa, provavelmente para conseguir preparar o enterro.

Dois anos após o casamento, Carlos Francisco seguiu novamente para o cartório para registrar seu segundo filho. Novamente, podemos ver o migrante acionando suas redes de sociabilidade na cidade:

Aos dois de dezembro de mil novecentos e vinte e oito, **nesta cidade do Rio de Janeiro** em meu cartorio, compareceu **Carlos Francisco Pimenta**, brasileiro, **casado, operario**, com vinte e seis annos, **residente a rua Querida Epitacio Pessôa quarenta e nove**, e perante as **testemunhas Francellino Silva**, brasileiro, **casado, operário, com vinte e quatro annos**, residente a mesma casa e **Jose Anastacio**, brasileiro, **solteiro, operario com vinte e cinco annos residente a mesma casa**, declarou que, no hontem, as digo declarou que no dia trinta de novembro (?), as dezesete horas, em sua residencia **Francina Pimenta**, brasileira, de vinte e dois annos deu a luz uma criança de **côr parda**, sexo masculino que tomou o nome de “**Alvaro” neto paterno de Pedro Francisco Pimenta e de Henriqueta Francisca Pimenta, fallecidos e materno de Cosme Philadelpho, fallecido e de Maria Philadelpho** [...]”<sup>274</sup>

Como podemos ver, o casal se mudou para uma casa que era dividida com mais dois operários, que foram as suas testemunhas no registro do seu filho, Alvaro. O historiador Sidney Chalhoub, ao estudar o cotidiano dos populares na época da reforma Pereira Passos<sup>275</sup>, analisou o reforço de laços e estabelecimento de novas redes de solidariedade entre os populares frente aos ajustes feitos nas habitações<sup>276</sup>. Entre as estratégias utilizadas para contornar a situação foram a junção de famílias e também de amigos morarem no mesmo local como uma forma de sobrevivência. Ou seja, para se proteger das ações do Estado, era preciso ter redes de contato estabelecidas. Os migrantes, ao chegarem à capital, precisavam compartilhar dessa mesma estratégia de sobrevivência, pois eram elas que garantiriam certas estabilidades, como um trabalho e moradia conjunta. Com isso, construir uma forte ligação entre amigos que moravam na mesma residência que o casal, os levando de forma estratégica para o registro de

<sup>273</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “*Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade*”: *Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)*. Op. Cit. p. 71.

<sup>274</sup> “Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012,” database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6P44-FRR?cc=1582573&wc=9GBX-L2W%3A113334201%2C130536601%2C132864201> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 05<sup>a</sup> > Nascimentos 1928, Nov-1929, Jan > image 50 of 207; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>275</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2<sup>a</sup> reimpressão da 2<sup>a</sup> ed., 2001. p. 127.

<sup>276</sup> Ibidem p. 96-100.

nascimento de seu filho, parecia uma boa estratégia e uma boa alternativa. Como ressalta o historiador Carlos Eduardo Costa, “os pais das crianças pretas demonstravam possuir amplas redes de sociabilidade, pois registravam seus filhos com a ajuda de amigos ou conhecidos”<sup>277</sup>, e isso poderia se aplicar para além dos amigos ou vizinhos registrando o nascimento, sendo possível localizar essas redes pelas testemunhas. Nessa época, para garantir o registro dos filhos, era necessário escolher duas testemunhas para formalizar o nascimento de uma criança<sup>278</sup>, por isso podemos considerar que essa seria uma escolha estratégica que poderia afetar diretamente as relações sociais no cotidiano. Além disso, como podemos notar, essas testemunhas, além de morarem no mesmo local que Carlos Francisco, também eram operárias igual ao migrante. Isso levanta a possibilidade de que essa organização de moradia se estabeleceu através das redes de sociabilidade criadas dentro de ambientes de trabalho. Poderia ser uma forma de criar uma ajuda mútua entre si para sobreviverem na cidade, e garantirem uma moradia perto do local de trabalho.

Em 1930, o casal teve seu terceiro filho na cidade, mas dessa vez não conseguimos identificar as testemunhas nem outros dados, pois a fonte encontrada foi a de óbito. Nesse registro, podemos ver o terceiro filho do casal, já adulto e com filhos, vindo a falecer:

Aos quatro dias de Outubro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete no cartório do Registro Civil do 1º Distrito do Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, compareceu Alvaro Pimenta, brasileiro, solteiro, residente nesta cidade natural do Distrito Federal, profissão F. publico, declarou que no dia trez de outubro do corrente, as dezoito horas e minutos na Rua 19 de julho nesta cidade, FALECEU Nilton Francisco Pimenta do sexo masculino de côr preta com vinte e sete anos de idade, natural do Distrito Federal profissão F. Publico estado civil Casado com Celia Carvalho Pimenta filho de Carlos Francisco Pimenta e dona Francina Francisca Pimenta [...] O falecido sim deixou bens a inventar.  
Deixa 2 filhos menores [...]<sup>279</sup>

Ainda na Capital Federal, havia nascido Nilton Francisco Pimenta, mas dessa vez não o encontramos através do nascimento, apenas pelo óbito, em 1957, registrado

<sup>277</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit p. 69.

<sup>278</sup> Ibidem, p.38.

<sup>279</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-63F9-TH1?cc=1582573&wc=9GYN-FM7%3A113332201%2C113332202%2C115615201> : 7 January 2019), Duque de Caxias > Duque de Caxias > Óbitos 1956, Nov-1957, Dez > image 221 of 305; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

pelo seu irmão Alvaro<sup>280</sup>. O registro de nascimento pode ter sido danificado ou perdido ao longo dos anos, provavelmente, pois com a promulgação das leis trabalhistas na década de 1930, o registro de nascimento se tornava cada vez mais necessário para o acesso ao trabalho, que poderia exigir tal demanda<sup>281</sup>. Por isso, inevitavelmente, Nilton teve sua certidão de nascimento registrada, pois se tornou funcionário público do Serviço Nacional de Malária<sup>282</sup>. Podemos imaginar que Carlos Francisco e Francina tiveram as possibilidades de estratégias expandidas nessa época, já que, além dos laços familiares, o registro de nascimento poderia proporcionar trabalho e direitos legais a seus filhos. Por isso, certamente podemos imaginar que o documento se perdeu, mas que seus pais não o deixaram de registrar.

Além disso, podemos observar que Nilton faleceu deixando bens à sua família. Ao falar sobre os filhos do casal, foi possível localizar suas trajetórias dentro da cidade. A partir das estratégias que seus pais utilizaram na cidade, de legitimar a família e procurar estabilidade dentro da cidade, o caminho parece também ter sido utilizado por Alvaro e Nilton, que os ressignificaram. Os irmãos se tornaram funcionários públicos, provavelmente pelos direitos garantidos e pela estabilidade que esse trabalho poderia promover, aproveitando as possibilidades proporcionadas dentro da cidade<sup>283</sup>. Além do mais, ambos migraram para Duque de Caxias, saíram do Distrito Federal e criaram família no local. Entretanto, nesse percurso, Nilton acabou falecendo cedo, aos 27 anos, por causa de uma briga de bar na qual foi vítima de um tiro<sup>284</sup>, deixando esposa e dois filhos, além de bens materiais. Isso mostra que a família conseguiu adquirir bens dentro da cidade a partir das estratégias utilizadas. O seu irmão, Alvaro, parece ter vivido uma vida estável, conseguiu se aposentar e morreu em 2002, aos 73 anos de idade, também em Duque de Caxias<sup>285</sup>. Dessa forma,

<sup>280</sup> Idem.

<sup>281</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Op. Cit p. 266 APUD COSTA, Carlos Eduardo C. *Campesinato negro no Pós-abolição: Migração, Estabilização e os Registros Civis de Nascimento. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)* Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008 p.174.

<sup>282</sup> Diario da Noite. Edição B05844 (1). 25 de julho de 1955. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_03&pesq=%22Nilton%20Francisco%20Pimenta%22&pagfis=42200](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_03&pesq=%22Nilton%20Francisco%20Pimenta%22&pagfis=42200)>.

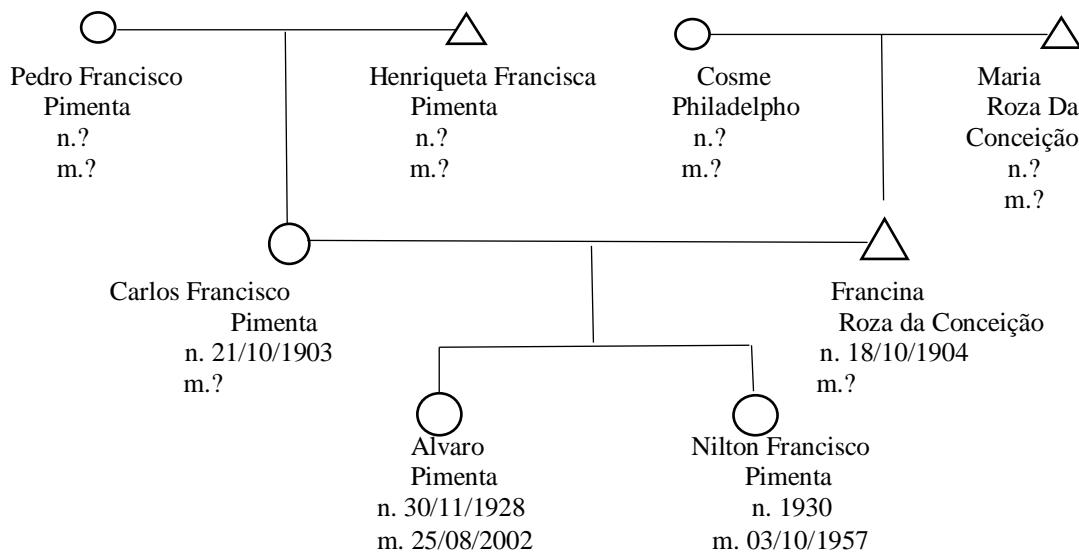
<sup>283</sup> Idem.

<sup>284</sup> Diario da Noite. Edição B05844 (1). 25 de julho de 1955. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_03&pesq=%22Nilton%20Francisco%20Pimenta%22&pagfis=42200](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_03&pesq=%22Nilton%20Francisco%20Pimenta%22&pagfis=42200)>.

<sup>285</sup> Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6QPT-2Q?cc=1582573&wc=9GYG-VZQ%3A113332201%2C113332202%2C117642101> : 7 January 2019), Duque de Caxias > Duque de

ao que parece, as estratégias mudavam e se ressignificavam de acordo com as vivências.

### Gráfico Genealógico 1 – Família Francisco Pimenta e da Conceição<sup>286</sup>



<sup>286</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6QPT-2Q?cc=1582573&wc=9GYG-VZQ%3A113332201%2C113332202%2C117642101> : 7 January 2019), Duque de Caxias > Duque de Caxias > Óbitos 2002, Maio-Set > image 263 of 303; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6QPT-2Q?cc=1582573&wc=9GYG-VZQ%3A113332201%2C113332202%2C117642101> : 7 January 2019), Duque de Caxias > Duque de Caxias > Óbitos 2002, Maio-Set > image 263 of 303; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-63F9-TH1?cc=1582573&wc=9GYN-FM7%3A113332201%2C113332202%2C115615201> : 7 January 2019), Duque de Caxias > Duque de Caxias > Óbitos 1956, Nov-1957, Dez > image 221 of 305; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-67BQ-FWW?cc=1582573&wc=9GYB-JWT%3A113332301%2C115678401%2C116504401> : 22 March 2022), São Gonçalo > São Gonçalo > Matrimônios 1926, Jan-1927, Fev > image 109 of 206; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DHQ9-V36?cc=1582573&wc=9GTJ-2NL%3A113334201%2C135195401%2C143670302> : 19 October 2019), Rio de Janeiro > 06<sup>a</sup> Circunscrição > Óbitos 1927, Ago-1928, Mar > image 30 of 208; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6P44-FRR?cc=1582573&wc=9GBX-L2W%3A113334201%2C130536601%2C132864201> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 05<sup>a</sup> Circunscrição > Nascimentos 1928, Nov-1929, Jan > image 50 of 207; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6QPT-2Q?cc=1582573&wc=9GYG-VZQ%3A113332201%2C113332202%2C117642101> : 7 January 2019), Duque de Caxias > Duque de Caxias.

A situação conjugal de Eugenio e Edwiges teve outro caminho. Aparentemente, só formalizaram o relacionamento após o nascimento de seus filhos, de acordo com o registro de matrimônio:

Aos vinte e cinco dias do mez de Abril de mil novecentos e oito, nesta Cidade do Rio de Janeiro, em Cartorio da Quinta Pretoria, compareceu **Eugenio Gonçalves de Mattos**, natural do Estado do Rio de Janeiro, **Artista carpinteiro**, filho de **Francisco Gonçalves Loureiro e dona Benedicta de Mattos**, Casado, digo **sólteiro**, e declarou perante as testemunhas presentes abaixo nomeadas e assignadas que **em sua residência á Ladeira do Castro numero vinte e sete**, no dia vinte e dois do corrente mez ás quatro horas e quinze minutos da manhã, sua companheira com **quem vive (?) há nove anos, natural do Estado do Maranhão**, solteira, filha de Manoel Gonçalves e Candida Gonçalves, falecidos, ella nome Edwiges da Conceição, deu a lus a uma criança, **de côr parda**, e sexo masculino, que toma o nome de: **Mario** que o declarante reconhece como seu filho. E para constar (?) este termo que assigna o declarante com as testemunhas: Armando Paulla de Almeida e Pedro Caetano Pereira, brasileiros, residentes á esta capital.<sup>287</sup>

Aos dez de Outubro de mil novecentos e nove, nesta Cidade do Rio de Janeiro, no cartorio da quinta Pretoria compareceu **Eugenio Gonçalves de Mattos**, natural do Estado do Rio, marcineiro, **sólteiro**, morador a rua **Monte Alegre cento e vinte e um** e perante as testemunhas abaixo assignadas, declarou que **em sua residência**, no dia oito do corrente mez ás quatro horas e trinta minutos minutos da manha **Edwiges da Conceição Mattos**, cozinheira, **sólteira**, de trinta e tres anos, deu a lus á uma criança do sexo masculino, de **côr parda**, que chama-sera: **Jorge**, filho do declarante e da mesma senhora que do paterno de Francisco Gonçalves Loureiro e Benedicta de Mattos, brasileiros, vivos, materno de Manoel Gonçalves e Candida Gonçalves, brasileiros e falecidos. **Pelo declarante (?) mais que a criança registrada é seu filho e assim reconhece e legitima para os efeitos legaes; [...] assigna as testemunhas Eduardo (?) da Costa e João do Nascimento Natal. Eu Antonio Gonçalves [...]**<sup>288</sup>

O primeiro filho de Eugenio e Edwiges veio a óbito, infelizmente cinco meses após seu registro de nascimento. Por conta das doenças contagiosas que circulavam pela cidade, Mario, o filho do casal, acabou contraindo varíola e veio a falecer<sup>289</sup>. Assim como Carlos e Francina, o registro de óbito não foi feito pelos pais nem por parentes,

<sup>287</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6GYH-PS3?cc=1582573&wc=9GB8-GPD%3A113334201%2C122849201%2C124011101> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 03ª Circunscrição > Nascimentos 1907, Dez-1908, Abr > image 194 of 204; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>288</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D52G-JV?cc=1582573&wc=9G5J-YWP%3A113334201%2C122849201%2C124087201> : 24 June 2022), Rio de Janeiro > 03ª Circunscrição > Nascimentos 1909, Jun-Nov > image 162 of 205; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>289</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6X8W-S28?cc=1582573&wc=9GBW-2N5%3A113334201%2C156916801%2C158535801> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 09ª Circunscrição > Óbitos 1908, Out-Dez > image 66 of 202; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

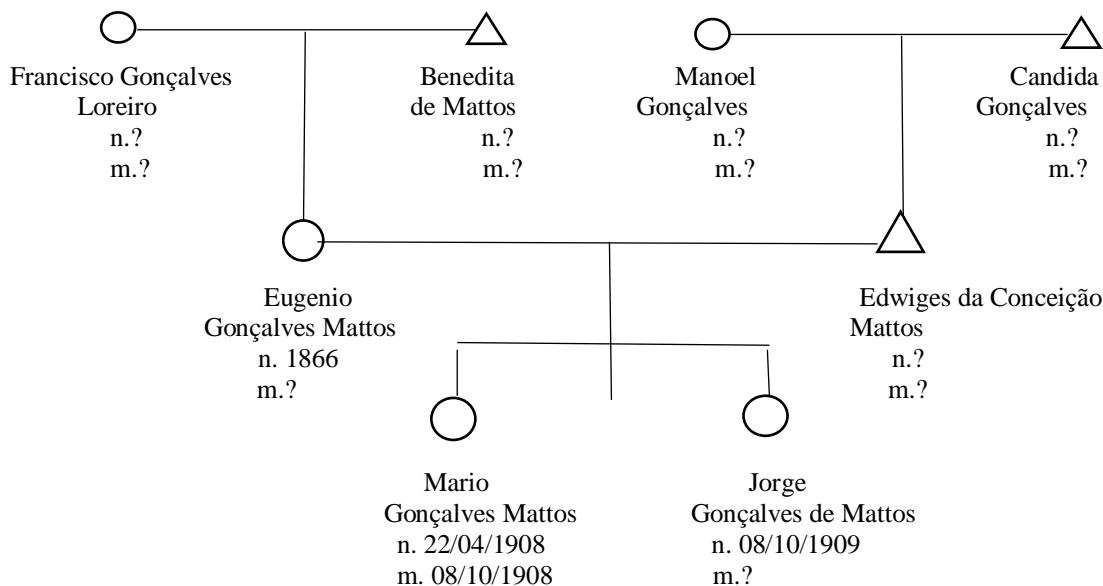
ficando os funcionários do hospital São Sebastião encarregados de fazer o registro. Ainda no primeiro documento, percebemos que o casal possuía um relacionamento bem consolidado, mas optou por oficializar essa união de outra forma. Em 1908, os laços afetivos entre os dois já se somavam em nove anos, informação que Eugenio considerou importante de ser passado no registro de seu filho Mario. Nove anos, de fato, seria bastante tempo para oficializar a situação conjugal. No entanto, no próprio registro dos filhos, Eugenio deixa explícita a sua relação conjugal com Edwiges. Em ambos os registros, Eugenio se declara pai legítimo e responsável legal das duas crianças. O valor de criar laços não era menos importante nesse caso, e suas relações sociais na cidade continuavam sendo significativas, pois provavelmente era uma relação conhecida e socialmente aceita<sup>290</sup>. Reafirmar isso para o Estado através dos filhos era uma forma de reconhecer sua família no âmbito burocrático.

Além disso, as redes de sociabilidade de Eugenio também seriam uma estratégia importante dentro da cidade. Nas fontes apresentadas às suas testemunhas, não aparecem tão detalhadas iguais às de Carlos Francisco, mesmo assim ainda podemos encontrar vários nomes que o migrante tinha contato na cidade, sendo cada filho testemunhado por pessoas diferentes. Ao que parece, o casal tinha suas redes de relações sociais estabelecidas em Santa Teresa, pois de um ano para o outro eles mudam de moradia, mas continuam na mesma região. Não há como saber os motivos para essa mudança de um ano para o outro, porém essa movimentação poderia indicar uma instabilidade dentro da cidade, mas também poderia indicar uma mudança para um melhor conforto, visto que a mudança ocorre durante o nascimento dos filhos do casal.

---

<sup>290</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit p. 81.

### Gráfico Genealógico 2 – Família Gonçalves e Mattos<sup>291</sup>



<sup>291</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6GYH-PS3?cc=1582573&wc=9GB8-GPD%3A113334201%2C122849201%2C124011101> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 03<sup>a</sup> Circunscrição > Nascimentos 1907, Dez-1908, Abr > image 194 of 204; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D52G-JV?cc=1582573&wc=9G5J-YWP%3A113334201%2C122849201%2C124087201> : 24 June 2022), Rio de Janeiro > 03<sup>a</sup> Circunscrição > Nascimentos 1909, Jun-Nov > image 162 of 205; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6X8W-3X5?cc=1582573&wc=9GBW-2N5%3A113334201%2C156916801%2C158535801> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 09<sup>a</sup> Circunscrição > Óbitos 1908, Out-Dez > image 65 of 202; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6GYH-PS3?cc=1582573&wc=9GB8-GPD%3A113334201%2C122849201%2C124011101> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 03<sup>a</sup> Circunscrição > Nascimentos 1907, Dez-1908, Abr > image 194 of 204; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6P44-FRR?cc=1582573&wc=9GBX-L2W%3A113334201%2C130536601%2C132864201> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 05<sup>a</sup> Circunscrição > Nascimentos 1928, Nov-1929, Jan > image 50 of 207; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6QPT-2Q?cc=1582573&wc=9GYG-VZQ%3A113332201%2C113332202%2C117642101> : 7 January 2019), Duque de Caxias > Duque de Caxias > Óbitos 2002, Maio-Set > image 263 of 303; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

Em relação ao migrante Arlindo, temos uma diferença em comparação com os outros migrantes. Essa diferença fica evidente por conta das maiores informações encontradas sobre a vivência e trajetória dos pais de Arlindo nas zonas rurais — um detalhe que, apesar de estar minimamente presente nos outros migrantes, há muitas lacunas que não puderam ser preenchidas. A família de Arlindo, por sua vez, possuiu um grande leque de informações no Family Search, sendo o migrante com maior número de familiares encontrados. Com isso, pudemos conhecer a trajetória e as estratégias de seus pais migrantes no campo, além das próprias trajetórias de Arlindo na cidade.

Primeiramente, foi possível encontrar o registro civil de nascimento de Arlindo. A partir das informações desse documento, ficou mais fácil entender e traçar algumas questões das trajetórias de seus pais:

“Aos quatorze dias do mez de abril de mil oitocentos e noventa e quatro neste quinto districto de Petrópolis do Estado do Rio de Janeiro em meu cartório compareceu **João Simões Prudente** declarou: as nove horas da noite de dez (?) neste districto no lugar denominado distante desta sede nasceu um inocente do sexto masculino que se chama **Arlindo filho legítimo d'elle declarante** e de sua mulher **Carlota da Motta Prudente**, brasileiros, **lavradores e moradores neste districto, casados na Igreja Matriz deste districto [...]**”<sup>292</sup>

Como podemos analisar, o registro de Arlindo agrega uma gama de informações não só sobre ele, mas também sobre sua família. O registro civil inicialmente aponta o local de nascimento de Arlindo, mostrando também, consequentemente, onde seus pais residiam. O local do registro ficava no quinto distrito de Petrópolis, referente à freguesia de São José do Vale do Rio Preto, local na época pertencente ao município de Petrópolis. Os pais de Arlindo, João Simões Prudente e Dona Carlota da Motta Prudente, eram moradores dos arredores, tinham um vínculo com a comunidade, sendo casados pela igreja daquela região. Com o registro feito no cartório e a declaração de legitimidade da paternidade de seu filho, João Prudente mostra os valores de reconhecimento da família perante o Estado que vimos até agora nas ações dos migrantes da cidade, sendo produzidas também pelos pais de Arlindo no campo. Ou seja, podemos entender que os valores familiares, como os de registrar e reconhecer a

---

<sup>292</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QPQW-XFS3> : 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente, ; citing São José do Vale do Rio Preto, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

família, seriam passados de pais para os filhos, sendo assim, os migrantes reproduziriam isso na capital, o que vemos nos exemplos anteriores pesquisados neste trabalho.

Além disso, podemos observar também, por meio do registro de Arlindo, algumas conexões de seus pais com a comunidade local. Nesse registro, é possível encontrar testemunhas assinando o documento, como Manoel da Costa Guimarães e Constantino<sup>293</sup>. Essas testemunhas só assinaram o documento de João Prudente no livro analisado, ou seja, podemos entender, então, que essas pessoas foram ao local unicamente para serem as testemunhas do registro de nascimento da criança. Ademais, no documento não especificou o endereço de João Prudente e Carlota Prudente, entretanto, informou que o casal morou no distrito, porém longe daquela sede, o que possivelmente seria por conta de seus ofícios especificados na fonte como lavradores, que poderia ligá-los a alguma fazenda daquela região. Uma reflexão interessante que podemos notar nessa questão da distância seria a importância dada ao esforço de João Prudente de ir até um local distante para registrar o filho. Da mesma forma, as testemunhas que presenciaram e assinaram o registro também poderiam ter vindo de um local distante. Na questão das assinaturas, não podemos deixar de indicar que Prudente também assinou seu nome no documento, mostrando que sabia ler e escrever. Dessa forma, podemos ver algumas redes que o casal mantinha em São José do Vale do Rio Preto através do registro de Arlindo, além de entender os esforços que eram dados — de Prudente e das testemunhas — para registrar a criança no cartório.

Outra questão importante que podemos notar no registro é a questão da cor. Como conseguimos observar, o registro de nascimento de Arlindo não informa a sua cor, diferentemente das crianças registradas pelos migrantes na cidade do Rio de Janeiro, que possuem a cor indicada nas documentações. A historiadora Hebe Mattos, no livro *Das Cores do Silêncio* (1998), discute sobre essa ausência da cor nos registros no pós-abolição em lavouras cafeeiras do Sudeste, que, de acordo com a autora, estaria ligada à forma que os libertos encontravam de esquivar-se dos estigmas da escravidão e do racismo, buscando assim a sua forma de exercer a cidadania. Não sabemos se esse seria o caso quando se trata da região de São José do Vale do Rio Preto, mas vale a pena

---

<sup>293</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QPQW-XFS3> : 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente; citing São José do Vale do Rio Preto, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

trazer a reflexão se essa seria ou não uma estratégia usada pela família nesse local, já que a migração de Arlindo para a cidade do Rio trouxe documentação que mostram a cor.

Retomando as redes de sociabilidades de João Prudente e Carlota Prudente, elas também são presentes no batismo da filha do casal, Othalia, irmã de Arlindo. No assento de batismo verificamos a presença dos padrinhos da criança:

“No dia treze de novembro de mil oitocentos e noventa e um batizei solenemente a **Othalia** nascida em dezesseis de outubro do corrente, **filha legítima de João Simões Prudente e Carlota Motta forão padrinhos Antonio José de Almeida e Leonor Leones Prudente**; que fiz este termo”<sup>294</sup>

Como podemos observar, Othalia é batizada, e os padrinhos escolhidos foram Antonio José de Almeida e Leonor Leones Prudente. Ao que parece, pelo sobrenome, Leonor teria algum grau de parentesco com João Prudente, estreitando, assim, os laços familiares e o vínculo entre a criança e a madrinha. De acordo com Robert Slenes, a escolha dos padrinhos era uma estratégia muito utilizada na escravidão como uma forma de mobilidade social, ou seja, os padrinhos eram escolhidos de acordo com o que esse vínculo poderia oferecer para a família e para a criança<sup>295</sup>. Para a historiadora Ana Lugão Rios, que estudou as famílias escravizadas da localidade de Paraíba do Sul no final da escravidão, a questão do compadrio seria uma importante ferramenta de extensão dos laços familiares que vieram desde as origens africanas, que adaptava os códigos de ancestralidade<sup>296</sup>. Já no período posterior à escravidão, como retrata Costa, o apadrinhamento não recebera a mesma atenção, sendo assim pouco explorado como tema de pesquisa<sup>297</sup>. Entre os trabalhos que existem, Costa destaca o de Souza para mostrar como o apadrinhamento teria sido uma estratégia para a construção de

<sup>294</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QPQW-XFS3> : 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente, ; citing São José do Vale do Rio Preto, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>295</sup> SLENES, Robert. (1997), “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”, in L. F. Alencastro (ed.), *História da Vida Privada no Brasil 2. Império: A Corte e a Modernidade Nacional*. São Paulo, Companhia das Letras.

<sup>296</sup> RIOS, Ana Maria Lugão. Família e Transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872- 1920. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), 1990. Niterói, RJ, 1990. p.55.

<sup>297</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. Revisitando “Família e Transição”: família, terra e mobilidade social no pós-abolição: Rio de Janeiro (1888-1940). Revista Brasileira de História, Volume: 35, Número: 69, Publicado: 2015. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbh/a/R7RFZzFNWjcckHHJtVtZbTF/?lang=pt&format=html>> p. 42.

sociabilidades e de apoio pessoal, assim como uma relação de dependência<sup>298</sup>. De acordo com Costa, “a prática do apadrinhamento, mesmo com nova roupagem, permaneceu como estratégia social no pós-abolição”<sup>299</sup>. Com isso, ao olharmos para o apadrinhamento de Othalia, podemos enxergar uma prática de extensão familiar, de uma rede de sociabilidade e um vínculo de responsabilidade dos padrinhos com a criança. Ademais, o padrinho e a madrinha escolhidos por João Prudente e Dona Carlota não seriam aleatórios, teriam uma finalidade de uma importância crucial. Podemos ver isso através do exemplo da madrinha, que seria alguém da família de João, e a escolha poderia estar atrelada aos cuidados que poderiam ser desempenhados para a criança, assim como o vínculo de solidariedade. Ana Lugão Rios retratava essa ligação da madrinha aos cuidados da criança<sup>300</sup> na escravidão, o que possivelmente teria sido uma estratégia também utilizada no pós-abolição. Já em relação ao padrinho, é difícil saber quais seriam as estratégias usadas para a escolha de Antonio José de Almeida, contudo, podemos presumir, a partir do que foi discutido, que a escolha teria alguma vantagem para a criação desse vínculo. Dessa forma, podemos entender que os pais de Arlindo reforçavam redes de sociabilidade dentro do interior do Estado do Rio.

Além disso, o batizado de Othalia não ocorreu em São José do Vale do Rio Preto, e sim em Valença. Como acompanhamos nas trajetórias dos pais de Arlindo, João e Carlota Prudente moravam em São José do Vale do Rio Preto quando Arlindo nasceu, e pareciam ter um vínculo com o local, sendo eles de trabalho e de redes comunitárias locais. Entretanto, com o batizado de Othalia em 1891, ocorrido três anos antes do nascimento de Arlindo, percebemos que essa era uma documentação originária de Valença, localizado no Vale do Paraíba. Ou seja, João e Carlota eram do vale cafeeiro e já eram migrantes desse local quando se assentaram em São José do Vale do Rio Preto. Como já destacado nesse trabalho, mais uma vez podemos citar Ana Lugão Rios, que já sinalizava essas migrações de fazenda em fazenda em Memórias do Cativeiro (2005). Dessa forma, conseguimos ver aqui, por meio das documentações, uma parte das

<sup>298</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. Revisitando “Família e Transição”: família, terra e mobilidade social no pós-abolição: Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit p. 42 Apud SOUZA, Edinelia Maria O. Compadrio e sociabilidades na Bahia pós-abolição. In: ENCONTRO ANPUH, XVI., 2014, Natal. Anais. São Paulo: Anpuh, 2014. p. 8.

<sup>299</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *Revisitando “Família e Transição”: família, terra e mobilidade social no pós-abolição: Rio de Janeiro (1888-1940)*. Op. Cit p. 42.

<sup>300</sup> RIOS, Ana Maria Lugão. Família e Transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872- 1920. Dissertação (Mestrado em História). Op Cit. p. 58-59.

trajetórias desses indivíduos, trazendo uma perspectiva sobre os pais dos migrantes e seus valores, e como são importantes peças passadas aos migrantes que vieram para a cidade do Rio de Janeiro.

A migração de Arlindo para a cidade do Rio de Janeiro esteve atrelada à formação de uma família e à ampliação das redes de sociabilidades na cidade. Arlindo registrou seu casamento em 1920, com Aurelia Monteiro, uma migrante também do Estado do Rio.

“Aos trinta de outubro de mil novecentos e vinte nesta cidade [...] declarado **casados** aos Arlindo Simões Prudente, solteiro, natural do Estado do Rio [...] e Aurelia Monteiro, solteira, natural do Estado do Rio [...]”<sup>301</sup>

Nessa documentação de casamento entre Arlindo e Aurelia, pouca informação foi obtida por conta da leitura ilegível, com uma limitada parte que conseguimos codificar. Porém, não por isso deixamos de encontrar nessa documentação a data de casamento de Arlindo e a sua esposa na cidade do Rio de Janeiro. A partir dessa documentação, é possível verificar que Arlindo migrou para a então capital ainda jovem e solteiro, assim como verificamos anteriormente. Com isso, conseguimos reconstruir mais um migrante com a trajetória aqui abordada, que buscou a ampliação e a criação de família na capital como uma forma de criar novos laços, redes de sociabilidade e legitimar seu casamento perante o Estado. Ademais, podemos encontrar no documento três testemunhas que também assinaram o documento, além das assinaturas da esposa, Aurelia, e de Arlindo, mostrando que, assim como seu pai, o migrante era alfabetizado — ou ao menos letrado. Assim, podemos verificar estratégias semelhantes vistas antes, através das estratégias dos pais de Arlindo, mostrando, dessa forma, que as migrações eram compostas por estratégias e valores familiares já reforçados no campo.

Em 1922, após dois anos de casados, o casal teve seu primeiro filho, Renato Simões Prudente, e, em 1924, Lea Simões Prudente, a segunda filha. Apesar de sabermos o ano de nascimento de Renato, não foi possível encontrar seu registro civil, sendo o dado de seu nascimento colhido através do óbito do mesmo em 1984<sup>302</sup>. Isso

<sup>301</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGJR-QVG6> : 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente and Aurelia Monteiro, ; citing p. 161, Rio de Janeiro, Brasil, Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro; FHL microfilm 1,286,584.

<sup>302</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7MT1-752M> : 9 April 2020), Aurelia Monteiro Prudente in entry for Renato Simões Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

não significa que o registro não foi feito; a documentação pode ter sofrido perda ou danificações — além disso, Renato viveu até seus 62 anos e conseguiu se aposentar. Após dois anos de nascimento desse primeiro filho, em 1924, nasceu Lea, segunda filha do casal dos migrantes no Rio de Janeiro. O seu registro encontrado também é de óbito, e registrado por Arlindo em 1928, tendo a criança falecido aos quatro anos de idade.

“Aos vinte e nove de dezembro de mil novecentos e vinte e oito, nesta capital, em meu cartório, compareceu **Arlindo Simões Prudente** natural do Estado do Rio, com trinta e quatro anos, casado, jornalista e **sabendo ler e escrever, residente a rua Theodoro da Silva**, numero (?) apresentando em atestado o óbito passado pelo doutor Antonio Drumond Martins, declarou que na sua residência hoje as nove horas digo as dez horas **falleceu “Lea”** **filha do declarante e de Aurelia Monteiro Prudente** com quatro anos, de **cor parda**, sexo feminino e natural desta capital sendo causa mortis: entero colite, meningite. Vai para o cemitério de João Baptista”<sup>303</sup>

As informações da fonte mostram uma diferença em relação ao óbito dos outros migrantes, sendo Arlindo a pessoa a comparecer para registrar o infeliz ocorrido. Por conta da idade de Lea, provavelmente o registro não poderia ser feito por funcionários da saúde. Além disso, por meio do óbito, Arlindo declara ser pai da criança, reforçando os seus laços familiares construídos na capital. Após esse incidente, o casal não teve mais filhos, sobrando, assim, somente Renato.

O documento também mostra outras informações importantes de serem ressaltadas. Na trajetória de Arlindo, conseguimos identificar que o ofício exercido por ele na cidade é como jornaleiro. De acordo com Carlos Eduardo Costa, nessa profissão estariam aqueles que recebiam através de jornadas de trabalho, como também os assalariados e os operários<sup>304</sup>. O autor considera que os jornaleiros seriam os trabalhadores que teriam maior independência no trabalho, ou seja, no seu ritmo de trabalho e nas relações com os patrões, enquanto os lavradores estariam no lado oposto, sendo o trabalho com menos mudança social, menor controle no ritmo de trabalho e na sua independência em relação aos patrões<sup>305</sup>. Com isso, podemos ver uma mudança nas gerações entre os pais de Arlindo, João e Carlota Prudente, que eram lavradores em São José do Vale do Rio Preto, para Arlindo na cidade, jornalista. As duas profissões, que

<sup>303</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7QLT-7KW2> : 9 April 2020), Arlindo Simões Prudente in entry for Léa Simões Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>304</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: *Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)*. Op. Cit p. 105.

<sup>305</sup> Idem.

remetem ao extremo entre as questões de maior autonomia, mostram como a busca de Arlindo em conseguir melhores condições na capital não estavam ligadas somente às relações financeiras, mas também em relação ao que esse trabalho poderia proporcionar, o que estaria mais ligado aos seus valores. Além disso, também confirmamos, por essa documentação, a instrução de Arlindo, que sabia ler e escrever, questão que, como já abordamos anteriormente, tínhamos deduzido a partir de Arlindo assinando a documentação de seu casamento.

Além do mais, a documentação de óbito de Lea também registra a moradia de Arlindo. Esse local, como podemos ver na fonte, se fez presente dentro da passagem do migrante na Casa de Detenção<sup>306</sup>, dessa forma, foi possível comparar essas duas informações. Em 1928, data do registro acima, vemos que Arlindo estava morando na rua Theodoro da Silva, localizada na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. Já na Casa de Detenção, em 1934, encontramos nos guias de entrada do migrante o endereço da rua Barão de Itapagipe, localizado também na Tijuca, na Zona Norte. Como podemos notar, Arlindo, entre as décadas, muda de moradia, porém, continua atrelado à Zona Norte e à região tijucana. Também podemos destacar que seus pais, Carlota e João Prudente, escolheram morar na Zona Norte e permanecer na região<sup>307</sup>, além do filho de Arlindo, Renato, que se casou com Valeria Izabel Ramos Prudente, e teve uma filha, vivendo na rua Carvalho Alvim na Zona Norte do Rio de Janeiro, também no bairro da Tijuca<sup>308</sup>. Isso mostra como os migrantes escolhiam as localidades para morar, assim como optavam por permanecer na região.

Em relação às migrações dos pais de Arlindo, mesmo após se estabelecerem em São José do Vale do Rio Preto, João e Carlota Prudente também vieram em algum momento para a cidade do Rio de Janeiro. É difícil saber em qual momento o casal teria decidido migrar para a cidade, mas duas documentações, a de óbito de outra irmã de Arlindo, Eutalia Prudente, que faleceu no Rio de Janeiro aos 28 anos, em 1918,<sup>309</sup> e a de

<sup>306</sup> APERJ. CDDF. notação MD-OH-024. Número de registro 1094, ano 1934.

<sup>307</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch ( : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 03ª Circunscrição > Óbitos 1951, Ago-1952, Jul > image 3 of 304; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>308</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7MT1-752M> : 9 April 2020), Aurelia Monteiro Prudente in entry for Renato Simões Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>309</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:797J-9T3Z> : 9 April 2020), Carlota Prudente in entry for Eutalia

óbito do pai de Arlindo, João Prudente, em 1951, também na cidade do Rio, nos apresentaram algumas pistas. Na primeira documentação, quem registra o óbito de Eutalia é seu pai, João Prudente, mostrando que ele estava na cidade em 1918. É difícil saber se os pais de Arlindo, nessa época, já teriam migrado para a capital, ou se o ocorrido com a filha teria levado o casal à cidade. Enquanto que na documentação de óbito de João Prudente, em 1951, temos a comprovação que o casal mudou efetivamente para a cidade.

“Aos primeiros de Setembro de mil novecentos e cinquenta e um, nesta capital e em meu cartório, compareceu **Arlindo Simões Prudente** natural do Estado do Rio com 57 anos, casado, jornalista **residente a rua Costa Ferraz 24 “A” c 2, Rio Comprido**, e exibindo atestado de óbito firmado pelo Doutor Felicio Ferrari declarou que na casa Hospital do Servidor da Prefeitura as 10 horas e – minutos do dia 1 do corrente mês (hoje), **faleceu João Simões Prudente**, sexo masculino, idade **85 anos de idade**, cor parda, estado civil **viúvo de Carlota Motta Prudente**, profissão **funcionário municipal**, natural do Estado do Rio, **residente a rua Italia Dinal, 135 “A”** filho de **Joaquim Simões Prudente e de Possidonia Correia Prudente**, causa mortis insuficiência cardíaca aórtica e arteiro esclerose será sepultado no cemitério de São Francisco Xavier”<sup>310</sup>

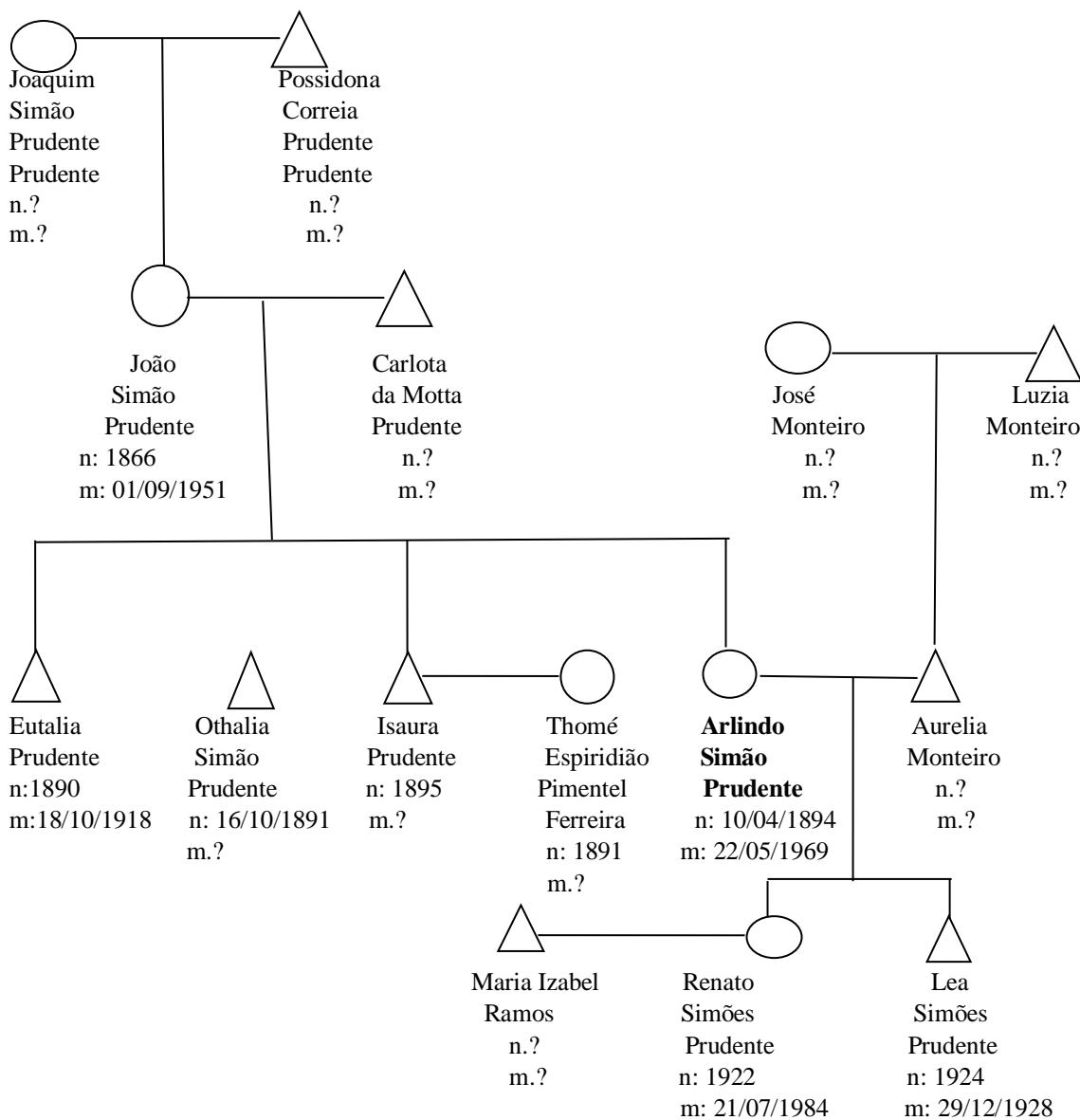
Como podemos observar, Arlindo compareceu ao cartório, em 1951, para registrar o óbito de seu pai. Apesar de possuírem muitas questões importantes na fonte, o que podemos destacar nessa documentação é o local que seu pai morava, na Rua Itália D’Incal, em Cavalcante, na Zona Norte do Rio. Isso mostra que o casal realmente se fixou na capital, e conseguiu ter uma mobilidade social, visto que João Prudente passou de lavrador, em São José do Vale do Rio Preto, para um funcionário municipal da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, vemos que a família se estabeleceu como um todo na Zona Norte do Rio, assim como Arlindo novamente aparece mudando de moradia, agora localizado na rua Costa Ferraz, no Rio Comprido, lugar próximo aos locais que anteriormente morou. Dessa forma, foi possível acompanhar a trajetória de uma família inteira que se mudou para a cidade do Rio de Janeiro, que conseguiu obter mobilidade social e melhores condições de vida. Resta apenas o questionamento, assim, de se Arlindo teria migrado para a capital sozinho e, posteriormente, a família teria vindo também, ou se a família decidiu migrar em conjunto. Ao refletir sobre tudo que fora analisado, possivelmente Arlindo e sua irmã, Eutalia, teriam vindo primeiramente

Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>310</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:7744-4ZPZ> :16 June 2022), Carlota Da Motta Prudente Prudente in entry for João Simões Prudente Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

para o Rio, e, após conseguirem criar uma rede de sociabilidade consistente na capital, teriam trazido seus pais. Isso porque acreditamos que as bases criadas no interior pareciam bem assentadas em São José do Vale do Rio Preto. Com isso, acredito que a migração dos pais de Arlindo para a cidade do Rio de Janeiro teria sido uma estratégia com menos riscos, por isso deixar os filhos irem afrente seria o mais provável, se olharmos a partir de toda a bibliografia e trajetória até aqui analisada.

### Gráfico Genealógico 3 – Família Prudente<sup>311</sup>



<sup>311</sup> "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QPQW-XFS3> ; 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente, ; citing São José do Vale do Rio Preto, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGJR-QVG6> ; 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente and Aurelia Monteiro, ; citing p. 161, Rio de Janeiro, Brasil, Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro; FHL microfilm 1,286,584

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QPQW-XFS3> ; 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente, ; citing São José do Vale do Rio Preto, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

Estabelecer redes de sociabilidade poderia ajudar de inúmeras formas, como arranjar trabalhos que mais os agradassem, conseguir uma residência no local perto do trabalho e também conseguir dividir uma moradia com algumas pessoas, principalmente as que criavam laços de amizade. Alguns migrantes chegavam com o apoio de parentes que já haviam se estabelecido na cidade<sup>312</sup>, mas também tinham os que vinham sozinhos para a cidade, como é o caso de Eugenio e Carlos Francisco. Essas redes eram importantes, pois poderiam proporcionar estabilidades que os migrantes procuravam, como a própria questão da moradia. Ao conseguir contatos na cidade, provavelmente se tornava mais fácil conseguir morar no lugar desejado com algumas pessoas, como foi o caso de Carlos Francisco, que sempre morou perto do seu trabalho como leiteiro na Zona Sul, assim como Eugenio, que se estabeleceu em Santa Teresa porque provavelmente era o local que poderia haver uma rede comunitária de sociabilidades mais bem estabelecida. E o mesmo se aplicaria a Arlindo, que se concentrou na Zona Norte e nas regiões arredor da Tijuca, perto de sua família. Além disso, conseguir melhores trabalhos também poderia ser uma consequência de uma ampla sociabilidade, como é o exemplo de um membro da família que ia para a cidade e conseguia um emprego para algum parente. Isso também poderia acontecer já dentro da cidade com algum amigo ou vizinho que indicasse o serviço. Por isso, é preciso pensar nas testemunhas abordadas acima como uma forma estratégica de estreitar laços que garantiriam algum tipo de possibilidade dentro da cidade. No caso de Carlos Francisco,

311. (continuação)

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7QPQ-5X3Z> : 9 April 2020), Carlota Da Motta Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:7744-4ZPZ> : 16 June 2022), Carlota Da Motta Prudente Prudente in entry for João Simões Prudente Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:797J-9T3Z> : 9 April 2020), Carlota Prudente in entry for Eutalia Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7QLT-7KW2> : 9 April 2020), Arlindo Simões Prudente in entry for Léa Simões Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7MT1-752M> : 9 April 2020), Aurelia Monteiro Prudente in entry for Renato Simões Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>312</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. "Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade": *Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)*. Op. Cit p. 144.

era necessário manter bons vínculos com as pessoas que moravam dividindo os locais conjugados, além de fortalecer essas redes para que sempre houvesse uma ajuda mútua.

### *3.3 – Reputação e legado familiar: as representações do nome*

No decorrer deste capítulo, percorremos um caminho tentando analisar e entender as trajetórias dos migrantes, ao tentar entender valores, estratégias, famílias e indivíduos. Os nomes, metodologia que nos guia, têm um papel fundamental para conseguirmos entender suas estratégias como alianças sociais e matrimoniais, e comportamentos dentro da cidade. Contudo, não podemos vê-los apenas como uma ferramenta<sup>313</sup>, pois, apesar de ser um fio condutor — como descrito por Ginzburg —, os nomes carregam um significado para além desse propósito. Os nomes e suas variações se relacionam com contextos sociais<sup>314</sup>, sejam eles tradições como um legado, estabelecer hierarquias, enfim, criar valores através desse mecanismo que eram importantes para a família. Nesse espaço, abordaremos essas questões relacionando-se aos migrantes que encontramos na Casa de Detenção, para além de Eugenio e Carlos Francisco e Arlindo — agentes que caminham neste capítulo.

O movimento historiográfico a partir dos nomes na década de 80 foi importante para a crítica na história serial. De acordo com Rodrigo Weimer, a crítica aos modelos franceses de análise macroestrutural fora um importante movimento dos pesquisadores italianos, como Giovanni Levi e Carlos Ginzburg, para entender os sujeitos históricos através dos seus comportamentos, ou seja, como pequenas ações poderiam afetar em escala maior a macroestrutura<sup>315</sup>. Uma das formas de microanálise para conseguir atingir esses objetivos foi a contribuição de Ginzburg com a metodologia dos nomes, a qual teríamos acesso à várias dimensões de estratégia dos indivíduos, a imagem do panorama que esse indivíduo estava inserido em seus contextos sociais<sup>316</sup>. O nome seria o caminho, a forma de seguir rastros e encontrar respostas que a macro-história não seria capaz de notar em sua imposição de entender as relações de poder de cima para

<sup>313</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Op Cit. p.323.

<sup>314</sup> Idem.

<sup>315</sup> Ibidem, p. 328.

<sup>316</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

baixo sem uma resistência ao que poderia estar no cotidiano dos indivíduos. Porém, o nome também perpassa esse objetivo, sendo possível analisá-lo de duas formas: a primeira, como metodologia, um guia para a pesquisa, e a segunda como um valor do que diz a respeito do próprio indivíduo com suas experiências e visões de mundo. No caso do pós-abolição, os nomes eram muito mais que meramente um mecanismo de estrutura social para fins dinâmicos na sociedade, eles poderiam representar referenciais importantes de trajetórias de vida.

A nominação e sua prática fazem parte da lógica social do indivíduo. Como retrata o historiador Rodrigo Weimer, essa prática faz parte de como os homens carregam suas identidades dentro de si e o que desejam passar para a sociedade, manipulando, evidenciando ou ocultando suas denominações nos contextos sociais<sup>317</sup>. Como podemos ver, no começo do capítulo, temos uma alusão de como o nome é usado por Eugenio, que oculta seu sobrenome e cria outro, no momento em que aquilo, para ele, era o melhor a ser feito. Podemos nos perguntar, agora, por que esconder seu sobrenome seria uma ação importante, e como os migrantes poderiam, num geral, usar essa estratégia na década de 20<sup>318</sup>.

Antes de entrar afundo nesse tópico, precisamos, primeiro, entender como o nome poderia carregar valores importantes. O autor Gilberto Freyre analisou as nomeações dos filhos de ex-escravizados no pós-abolição. Na obra, o autor, em sua interpretação, entendeu que os escravizados, ao alcançarem a liberdade, assumiam o sobrenome dos antigos senhores pela estrutura paternalista como uma forma de submissão<sup>319</sup>. Ao reduzir esses valores a uma mera submissão, ou seja, uma ação sem efeitos lógicos, a pesquisa de Freyre, apesar de ser importante pelo seu pioneirismo, não abrangia a preocupação de entender os libertos para além da completa inércia ao que acontece ao seu redor.

<sup>317</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. 2013. p.323 opt cit.

<sup>318</sup> A estratégia de alterar os nomes na Casa de Detenção esteve presente apenas até o começo de 1930, pois a forma de obter informações alterou-se, sendo que antes os migrantes poderiam fornecer as informações, para um registro próprio da Casa de Detenção, ou seja, essa estratégia pode ser utilizada somente até certo ponto analisado na pesquisa. Os migrantes após essa mudança criaram novas estratégias, que vimos com o campo das “observações”

<sup>319</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, São Paulo: Global, 2005 p. 539-540 apud WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Op. Cit. 332-333.

Outros historiadores buscaram entender esse alinhamento dos libertos com os sobrenomes dos senhores. Essa aderência parece ter sido uma questão que mudava de região para região, como, por exemplo, para Walter Fraga. Os sobrenomes de senhores existiam, mas não eram a principal ocorrência nas famílias dos libertos<sup>320</sup>. De qualquer forma, a visão paternalista de Freyre sofrera diversas críticas e a nomeação a partir dos sobrenomes dos senhores deixou apenas de ser submissão. De acordo com Robert Slenes, a prática paternalista era muito utilizada pelos senhores no Oeste Paulista para criar uma dominação que não necessitaria da força em si, mas sim de aspectos morais, como a gratidão<sup>321</sup>. Ou seja, se criava privilégios e favores para escravizados que mantinham boas relações com seus senhores, a fim de criar laços de lealdade. Contudo, o autor destaca que esses laços possibilitavam melhores condições de vida e também negociações, em troca desse poder moral. Com isso, é importante lembrar que subordinação não era o mesmo de passividade, e a nomeação do sobrenome dos senhores no pós-abolição poderia significar muito além de apenas obediência, mas também uma forma de investir em uma relação social que poderia trazer benefícios para a sua sobrevivência e da sua família.<sup>322</sup>

A nomeação, dessa forma, poderia ser uma escolha estratégica, na qual os libertos agregavam um valor. Não necessariamente esse valor estaria ligado ao senhor, que, como já citamos, dependia das regiões e das estratégias dos indivíduos. Esse valor poderia ser familiar, numa busca de reforçar os laços familiares entre as famílias e suas gerações. O historiador Herbert Gutman fora um dos primeiros a analisar e mostrar a importância das famílias negras nos Estados Unidos, entendendo esses mecanismos de nomeações através do vínculo familiar<sup>323</sup>. Nessas análises, o autor, ao usar o mecanismo de adaptação como forma de compreender as famílias no contexto da escravidão, mostrou que as nomeações também eram um mecanismo adaptador para assegurar as redes de parentesco. Um exemplo dessa relação que Gutman aborda seria a utilização do nome do pai nas crianças, pois elas eram mais propensas a serem separadas dos pais do

<sup>320</sup> FILHO, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade. história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Op Cit. p. 289.

<sup>321</sup> SLENES, Robert. (1997), “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”, in L. F. Alencastro (ed.), *História da Vida Privada no Brasil 2. Império: A Corte e a Modernidade Nacional*. São Paulo, Companhia das Letras.

<sup>322</sup> Para mais informações consultar SCOTT, Rebecca. “Exploring the meaning of freedom: post-emancipation societies in comparative perspective”, Hispanic American Historic Review, agosto de 1988. FRAGA, Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Unicamp, 2006.

<sup>323</sup> GUTMAN, Herbert. *The Black Family in Slavery&Freedom, 1750-1925*. Op. Cit. p. 94-100.

que de suas mães<sup>324</sup>. Walter Fraga também aborda a questão das nomeações relacionadas à família, pois a menor incidência de filhos de ex-escravizados com sobrenome dos senhores poderia significar uma maior liberdade ou preferência às memórias das gerações ligando os jovens aos seus antepassados, mostrando uma preocupação em manter a memória das gerações<sup>325</sup>. No caso dos filhos e netos dos ex-escravizados do Vale do Paraíba, mesmo não sendo o foco da pesquisa, o historiador Carlos Eduardo Costa conseguiu encontrar uma reincidência da repetição de nomes nos registros civis dos avós, sendo uma parcela pequena, mas ainda significante para os propósitos aqui analisados<sup>326</sup>. O valor dos nomes perpassava apenas estratégias cotidianas, pois também era um valor que ia além disso — eram formas de manifestar a família como um símbolo de carinho de toda uma trajetória.

A nominação, como podemos ver, pode ter diversas significações dentro das relações sociais. Na antropologia, Lévi-Strauss enfatizou que o papel da nominação possui uma carga de funções muito maior que a mera identificação dos sujeitos. Para o autor, o nome não se mantém apenas com a identificação, pois necessita de outras duas funções importantes: a de significar e a de classificar<sup>327</sup>. Em termos gerais, a identificação do nome pode variar de acordo com as culturas e práticas de uma sociedade, sendo elaboradas a partir de aspectos sociais e naturais, como exemplo o autor expõe como os nomes poderiam derivar a partir de algum animal ou de algum aspecto familiar, como o pai ser corajoso e disso originar-se o nome<sup>328</sup>. Já a função significativa do nome pode construir diversos significados, tanto de identidade pessoal quanto social, dependendo das práticas que constroem essa identidade nominal, as quais podem trazer certa imagem do portador. Em linhas gerais, a interação entre os agentes sociais faz com que o nome ganhe significados. Nos termos de classificar o nome, há vários aspectos que podem ser explorados. A classificação teria o nome como critério para gerar hierarquias, como, por exemplo, a classificação pelas linhagens, ou seja, desde o nascimento se obtém, a partir do parentesco, uma classificação dentro da sociedade. Essas classificações podem ser em relação às ações exercidas pelo sujeito e

<sup>324</sup> Idem.

<sup>325</sup> FILHO, Walter Fraga. Encruzilhadas da liberdade. história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Op Cit. p. 289.

<sup>326</sup> COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade”: Família, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Op. Cit. p. 93.

<sup>327</sup> LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. 12. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 204-205

<sup>328</sup> Ibidem, p. 200-202.

consequentemente atribuídas ao seu nome, ou podem ser previamente incorporadas, como um patrimônio imaterial familiar<sup>329</sup>. O historiador Giovanni Levi, ao estudar um padre exorcista no interior da Itália do século XVII, observou como a influência desse exorcista poderia se tornar herança a partir de sua filiação, isto é, poderia ser passada para gerações futuras, gerando, dessa forma, uma herança imaterial. Ou seja, o nome seria um bem e poderia ser transmissível a seus sucessores — dependendo de suas ações futuras —, como a transmissão de um legado, que fora assimilado ao antigo portador<sup>330</sup>. Dessa forma, considerando os nomes bens familiares, a sua transmissão poderia estar também associada à uma estratégia nas relações de sociabilidade, estratégia essa muito utilizadas pelos migrantes, como discutido no tópico anterior.

O jogo entre as relações sociais poderia influenciar esse tipo de estratégia familiar. Em um contexto de sociedade no qual é preciso jogar o jogo social, como apontado por Pierre Bourdieu, os jogadores precisam se ajustar segundo o jogo social, improvisando de acordo com as demandas. Essas estratégias poderiam não ter uma consciência planejada<sup>331</sup> e, por isso, às vezes, poderiam ser malsucedidas, o que nos leva ao conceito de racionalidade limitada<sup>332</sup>, apontado por Giovanni Levi. Ao pensar nesse jogo relacionado aos nomes no pós-abolição, podemos voltar a Ana Lugão Rios, quando trata da questão da reputação no Vale do Paraíba. No livro *Memórias do Cativeiro*, a autora destacou como ter certa reputação era importante dentro das relações ali estabelecidas nas fazendas, já que os contratos eram feitos de forma verbal. Com isso, ser filho de alguém com uma boa reputação poderia ajudar nas estratégias de sobrevivência e, principalmente, no jogo entre os fazendeiros e os libertos. Outro exemplo da reputação seria num processo criminal no qual um liberto denuncia o próprio irmão por um homicídio para que a reputação do nome de sua família não fosse desonrada<sup>333</sup>. Dessa forma, a importância do nome assume uma posição essencial nos valores sociais quando se trata de convivência e estratégias no cotidiano das famílias.

---

<sup>329</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>330</sup> Idem

<sup>331</sup> BOURDIEU, P. Da regra às estratégias. In: \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 77-95.

<sup>332</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Op. Cit. p. 46.

<sup>333</sup> RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *O pós-abolição como problema histórico*. Op. Cit. p. 187 apud SOUZA, Sônia Maria de. *Terra, família, solidariedade... Estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Tese de doutorado. História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.p. 276.

Quando direcionamos essas temáticas para os migrantes estudados aqui em questão, podemos agora entender um pouco de suas lógicas ao escolherem a forma de manipularem seus nomes na Casa de Detenção e nos distritos policiais. Como abordado no começo do capítulo, vimos que, em 1917, Eugenio relatou seu nome de duas maneiras diferentes, dependendo da situação em que se encontrava. Em primeiro momento, quando levado para o sétimo distrito policial, Eugenio trocou seu sobrenome, conservando o “Gonçalves”. De acordo com o historiador Rodrigo Weimer, naquele período, não existia uma determinação estrutural dos nomes, pois dependiam de um contexto para serem usados de alguma forma específica, ou seja, dependendo da situação<sup>334</sup>. No distrito policial, há um sobrenome, enquanto no jornal, há outro. Podemos levar em questão que o nome verdadeiro<sup>335</sup> é abordado apenas ao jornal *Correio da Manhã*, no qual Eugenio pôde dar uma entrevista, o que revela que a circunstância, ou seja, a situação realmente poderia mudar como o nome seria retratado.

Quando pensamos o motivo que desencadeou a ação de Eugenio, podemos voltar a alguns aspectos, como o da reputação e da classificação do nome. Ou seja, de alguma forma Eugenio poderia estar tentando manter a reputação de sua família, ao não revelar o sobrenome. Talvez com medo de “manchar” o nome, como foi o caso abordado anteriormente no caso do liberto que denunciou o próprio irmão<sup>336</sup>. Esse sobrenome também poderia estar ligado a um vínculo de memória das gerações, começando com seus pais, o que foi mantido com os filhos de Eugenio no futuro, que carregariam o “Gonçalves”. Essa preocupação com o nome gerou algumas dúvidas em relação a como os mecanismos de reputação eram criados dentro da cidade, já que nas fazendas sabemos que os contratos feitos de modo verbal davam margem à essa dinâmica social. Não há respostas, e, de fato, o historiador Sidney Chalhoub nos alerta, na reforma de Pereira Passos, em como as classes perigosas e a suspeita generalizada<sup>337</sup> eram construídas para criminalizar e formar uma certa reputação em relação à pobreza e

---

<sup>334</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Op. Cit. p.343.

<sup>335</sup> Podemos conferir o verdadeiro nome de Eugenio no registro de nascimento de seu filho Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6QPT-2Q?cc=1582573&wc=9GYGVZQ%3A113332201%2C113332202%2C117642101> : 7 January 2019), Duque de Caxias > Duque de Caxias > Óbitos 2002, Maio-Set > image 263 of 303; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

<sup>336</sup> Ibidem.

<sup>337</sup> CHALLHOUB, Sidney. *Cortiços e classes perigosas*. In.: *Cidade Febril*. Companhia das Letras, 1996.

aos negros na cidade do Rio de Janeiro. A imagem criada a partir de parlamentares em conjunto com jornais nos orientam a entender a visão que estava sendo construída do ponto de vista estrutural. Porém, o autor não traz uma resposta quando se trata de observar como isso atingiu diretamente a população pobre e negra, em como essa construção pode ter influenciado na reputação desenvolvida nos campos de sociabilidades dos mesmos e quais foram suas estratégias a partir disso. Podemos ter alguma noção, no entanto, sobre a honra sexual e a moralidade na década de 1930, no Rio de Janeiro, com o trabalho da historiadora Sueann Caulfield. A autora, em sua pesquisa, mostrou como os homens e as mulheres da classe trabalhadora influenciavam nessas definições sociais a partir do cotidiano na cidade. As mulheres, por exemplo, ao mesmo tempo em que redefiniam suas percepções de honra e moralidade, também reproduziam padrões tradicionais estabelecidos por suas mães e avós<sup>338</sup>. Ou seja, as mulheres usavam dessas construções sociais para manter suas reputações — algo importante para as estratégias de sobrevivência — ao mesmo tempo em que praticavam e ressignificavam novas condutas de honra e moralidade. Dessa forma, assim como a honra e a moralidade difundida na cidade, a reputação dos migrantes negros também poderia ser um aspecto importante de transformações sociais, ressignificações e estratégias de sobrevivência. E uma dessas formas de reputação estaria justamente atrelada à conexão de reconhecimento dos nomes e sobrenomes de uma família no cotidiano da cidade.

Assim como Eugenio, é possível que outros vários migrantes negros da Casa de Detenção tenham usado nomes alternativos para se identificarem. A identificação, três anos depois de Eugenio na Casa de Detenção, em 1920, o migrante indicou o sobrenome ao escrivão, provavelmente por sua passagem já registrada anteriormente, mas oculta novamente o sobrenome “Gonçalves” do nome de seu pai e de sua mãe, indicando, mais uma vez, que teria uma intenção de preservar esse sobrenome<sup>339</sup> nesses registros. Essa estratégia pode ter sido usada não somente por Eugenio, mas por vários migrantes que registravam passagem no local na década de 20. Isso porque muitos dos nomes que apareciam na Casa de Detenção não eram possíveis de encontrar em outras fontes, assim como os jornais, que sempre noticiavam casos de prisões. Essa estratégia poderia ocorrer por vários motivos, um deles seria a reputação, como anteriormente

<sup>338</sup> CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000. p. 247.

<sup>339</sup> APERJ. CDDF. Notação MD-HN-135. Número de Registro 579. Ano 1920.

argumentada, mas também poderia ser uma forma de tentar se livrar de algum processo já recorrente no nome exposto, usando outro nome que não teria processo pendente. De acordo com Chakzel, que analisa a Casa de Detenção na Primeira República, o artifício de trocar os nomes poderia ser uma forma de confundir as autoridades de suas reincidências<sup>340</sup>. Observando os dados, era possível que outros processos estivessem pendentes, e esses se acumulassesem com a exposição do nome. Com isso, é provável que o discurso de criminalização que Chalhoub aponta contra as “classes perigosas” e a vagabundagem tenha resultado nessa estratégia dentro da Casa de Detenção, pelo menos dos migrantes negros estudados.

Antes de entrarmos em outra questão importante dos nomes, os prenomes, é preciso elucidar algumas coisas. Os nomes tinham uma variedade muito extensa de estratégias. No caso de Eugenio e a proposta defendida até então, a troca do nome poderia ser uma forma de conseguir livrar-se de processos, ou de manter a reputação. Porém, devemos nos atentar que essa não era a única estratégia vivida, e nem todos na Casa de Detenção usavam nomes distintos ao dar entrada nessa prisão na década de 20. Além disso, assim como Eugenio, o nome poderia estar somente em partes com outro nome/sobrenome. O que quero trazer aqui é que não era uma regra e muito menos a única estratégia. Dessa forma, para não criar dúvidas quanto ao próximo assunto abordado, que se trata de analisar os prenomes na Casa de Detenção, precisamos entender essas multiplicidades de estratégias e que, mesmo quando há divergências nos nomes, eles podem não estar totalmente sujeitos a uma invenção, podendo, assim, serem analisados.

Como discutido anteriormente, o nome agregava um valor familiar que demonstrava pertencimento, carinho e uma memória das gerações. Ao longo do capítulo, pode-se notar que o migrante Carlos Francisco é sempre denominado a partir do primeiro nome e seu prenome. Essa foi uma escolha proposital para agora podermos explorá-las. Filho de Pedro Francisco Pimenta e Henriqueta Francisca Pimenta<sup>341</sup>, Carlos herdou o prenome de seu pai, o passando para frente para seu filho, Nilton

<sup>340</sup> CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá C.; BRETAS, Marcos; COSTA, Marcos, MAIA, Clarissa Nunes (orgs). *História das prisões no Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 32-33

<sup>341</sup> Henriqueta, dependendo da fonte, aparece com sobrenomes distintos: na Casa de Detenção, como mãe de Carlos Francisco, com o nome Henriqueta Lima do Nascimento; e nos registros civis como Henriqueta Francisca Pimenta.

Francisco. Essas ocorrências do prenome presente nos nomes fora algo constante na Casa de Detenção nos anos 20<sup>342</sup>, linhagens que ainda preservavam nas gerações do cativeiro de avós, avôs, pais e mães. De acordo com Weimer, na estrutura familiar escrava, a falta do nome paterno nos registros fizera os escravizados criarem tecnonímicos<sup>343</sup> para associarem a família e o pertencimento dessas linhagens<sup>344</sup>. Com isso, no pós-abolição, os prenomes continuaram a serem passados como uma forma de memória de origem simbólica. Como vimos, Carlos Francisco assume o prenome que vinha de seu pai, que provavelmente vinham de suas origens mais antigas, como de avôs e avós, e Carlos Francisco passou para seu filho esse prenome, o mantendo na memória familiar.

Não somente Carlos Francisco, mas essa parecia ser uma situação comum entre os migrantes negros que vieram para a cidade do Rio de Janeiro na década de 20, pelo menos os analisados na Casa de Detenção. Como inteira Rodrigo Weimer, os prenomes compostos por Francisco e Cândido poderiam ser tecnonímicos. Dentro da Casa de Detenção, foi possível encontrar prenomes como “Francisco”, “José” “Antônio”, “João”, “Euclides”, “Victoriano”, “Maria”, “Paulo”, “Carlos”, “Augusto”, “Miguel” e “Theodoro”, incidentes<sup>345</sup>. Outros prenomes aparecem, mas com menos incidência. Geralmente, esses nomes aparecem associados aos pais. “Maria”, por exemplo, aparece como prenome relacionado à mãe, um nome muito comum encontrado nas mães dos migrantes. Outros não estavam associados nem ao pai nem a mãe, provavelmente seria algum prenome relacionado aos avôs ou avós, como uma homenagem. O mais comum era o pai dos migrantes apresentar, já em seus nomes, um prenome, e os passar aos seus filhos, junto com o sobrenome, o que indica que esse nome provavelmente viera de gerações passadas — comprovando que tinham esse costume de passar de geração para geração. Dessa forma, os tecnonímicos eram uma forma de valor familiar afetivo e uma

<sup>342</sup> Analisamos, nessa parte do capítulo, apenas os nomes encontrados na Casa de Detenção dos anos 20, isso porque analisar volume de nomes ao todo dos migrantes encontrados entre (1920-1940) precisaria de mais tempo e análise para serem incluídos.

<sup>343</sup> Prática de nomear os filhos com um segundo nome, tratando-se de prenomes de avós, mães, pais ou parentes legítimos e naturais. WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: HUCITEC, Brasília: Edunb, 1995, p. 304.

<sup>344</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Op. Cit p. 339 APUD HÉBRARD, Jean. *Esclavages et dénomination: imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIX*. In: *Cahiers du Brésil Contemporain*, 2003. p. 74.

<sup>345</sup> Livros de ocorrência da Casa de Detenção do Distrito Federal (1920-1926).

estratégia de manter as relações familiares legítimas, mesmo com a disponibilidade dos registros civis.

Ademais, os prenomes também poderiam virar, eventualmente, um sobrenome. Como um vínculo para construir ancestralidades, o sobrenome poderia surgir de várias formas. Em Portugal, o sistema de nominação tinha o prenome como forma de nomear as mulheres com prenomes maternos. Weimer, ao estudar o Morro do Alto, encontrou nominações similares, porém com a diferença de que, na escravidão, por conta do baixo índice de legitimidade formal, os filhos naturais usavam os prenomes maternos. O autor debate, a partir de Durand e Logossah<sup>346</sup>, que na África Colonial francesa, no século XIX, era comum que as ancestralidades dos pais falecidos passassem pelo nome às crianças da família como uma memória, se organizando num sistema de linhagens. Com isso, Weimer conseguiu entender que houve uma ressignificação na nominação no Brasil entre as práticas lusitanas e africanas no cativeiro. Essa ressignificação poderia, dessa forma, alterar os prenomes em futuros sobrenomes no passar de algumas gerações, o que podemos ver no caso do migrante da Casa de Detenção João Bernardes da Silva, que apresenta o pai como João Bernardo da Silva. Nessa situação, o prenome “Bernardo” poderia ter passado por um processo de se tornar um sobrenome e, assim, se estabelecido como “Bernardes”<sup>347</sup>. Acredito que outros prenomes podem ter sofrido essa alteração, resultando num sobrenome.

Para além, outra questão que não é o foco do subcapítulo, mas acreditamos ser importante mencionar, é como os nomes também derivavam de aspectos religiosos, principalmente quando se tratava das mulheres. As mães dos migrantes expostas na Casa de Detenção apareceram com frequência com sobrenomes religiosos, como “da Conceição”, “de Jesus” ou “das Dores”, e, com alguma frequência, nomes religiosos, como “Maria”, apareciam como prenome no nome dos filhos. Não somente as mulheres, como abordado anteriormente, os prenomes mais incidentes em relação aos pais também poderiam ter uma carga religiosa, com nomes bíblicos como “Francisco”, “Antonio” e “José”. Ao que parece, a questão religiosa também era um valor importante agregado ao nome para esses migrantes. Como Levi Strauss discute, muitos nomes

<sup>346</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Op. Cit. p. 339 APUD DURAND, Guilherme e LOGOSSAH, Kinvi. *Les noms de famille d'origine africaine de la population martiniquaise d'ascendance servile*, Paris:L'Harmattan, 2002, p.132.

<sup>347</sup> APERJ. CDDF. notação MD-HN-146. Número de registro 206, ano 1923.

poderiam trazer essa carga totêmica<sup>348</sup>. Dessa forma, é importante realçar essa outra variedade que os nomes poderiam trazer.

Como observado, o nome possui uma variedade de funções que vai além de apenas identificar o indivíduo. As estratégias a partir do nome tinham um importante papel, visto que os processos de racialização — como a vadiagem e as classes perigosas — estavam no cotidiano dos migrantes negros e da população negra em geral. Uma das formas de lidar com esse racismo, provavelmente, era criar mecanismos que ajudassem a sua sobrevivência e de sua família com o que podiam — no caso, os nomes foram um dos caminhos para isso. Além disso, muito mais que estratégias no âmbito cotidiano, os migrantes negros também trouxeram uma conexão através do nome com vivência escrava, após mais de 30 anos, o que poderia ser uma forma de lembrar do passado, as origens e uma interação entre memória e passado. O que podemos, de fato, não só aqui analisado — mas como uma biografia como um todo do pós-abolição — é perceber a conservação da identidade familiar, ao longo do século XX, pelos libertos e filhos e netos destes.

---

<sup>348</sup> LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. 12. ed. Campinas: Papirus, 2012. p 208-209

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou trazer novos sentidos e significados para as migrações negras, daqueles que vieram das zonas rurais do Sudeste cafeeiro e seus arredores para a cidade do Rio de Janeiro. E, mais do que buscar motivações para essas migrações, procuramos acompanhar suas ações dentro da cidade, com o propósito de evidenciar que esses não eram sujeitos passivos e alheios aos acontecimentos ao seu redor, muito pelo contrário, eram indivíduos que se mobilizavam, agiam e buscavam estratégias que viabilizassem a sobrevivência e a mobilidade social da família. Apesar dessa conclusão não ser nova — muitos estudos feitos nos Estados Unidos e os evidenciados por Rios e Costa já demonstravam esse caminho. Contudo, é importante que isso seja ressaltado quando estamos tratando das migrações negras para o Distrito Federal, principalmente das ligadas às regiões do Sudeste, que foram o principal alvo de distorções históricas e das narrativas que davam apenas a marginalização como opção para esses indivíduos na cidade.

Em suas ações, vimos que os migrantes negros que passavam pela Casa de Detenção usavam de diferentes estratégias para lidar com as prisões e com o racismo da polícia e das leis que rondavam a cidade. Esses migrantes, assim como a população negra que vivia na Capital Federal, sentiam, presenciavam e lidavam com a discriminação racial em seu cotidiano. Foi possível observar o uso do artigo 399 do Código Penal de 1890 para controlar, disciplinar e promover o modelo liberal de civilização branca que estava sendo construído na época. Sendo assim, as situações de discriminações encontradas nesta pesquisa, a partir dos migrantes negros, estão diretamente ligadas a esses contextos de racialização, e não com das migrações em si. Contudo, isso não significa que não existiam discriminações contra os migrantes negros das zonas rurais do Sudeste cafeeiro, e sim que o racismo, nessas horas, era mais escancarado. Com isso, observamos as ações dos migrantes frente às passagens na Casa de Detenção, encontrando várias formas de resistência, luta e denúncia. A partir de Elyseu, vimos que os migrantes tinham plena noção dos direitos e de seus valores de cidadania para usá-los a seu favor. Não é à toa que o migrante procurou os jornais para denunciar todas as irregularidades que aconteciam dentro do sistema prisional. Com José Pautilho, também observamos essas noções de direito e valores de cidadania, além das denúncias de racismo no cotidiano da polícia e da consciência racial devido à

discriminação. Além disso, o espaço de “observações” dentro da Casa de Detenção se converteu a um local de declarações dos migrantes negros. As guias de entrada viraram um porta-voz para mostrar seus valores, como também formas estratégicas de enfrentar e burlar os sistemas prisionais.

Para além dos sistemas prisionais, esta pesquisa também contemplou os diversos caminhos possíveis na cidade para esses migrantes negros. Vimos os espaços ocupados na vida cotidiana, por meio das moradias e dos trabalhos. Os locais de moradia dependiam da finalidade de cada migrante, alguns preferiam morar perto do trabalho, como constatamos com Carlos Francisco, outros optavam em morar perto de parentes estabelecidos na região, como no caso de Arlindo, enquanto outros escolhiam permanecer num bairro pelas redes de solidariedade criadas, como poderia ser a circunstância de Eugenio. Além disso, poderiam existir aqueles que faziam movimentos pendulares entre a Baixada Fluminense e a Cidade do Rio de Janeiro, ou aqueles que migravam sazonalmente. De qualquer maneira, o que podemos concluir com essas informações é que os migrantes estavam espalhados pela cidade e não apenas em pontos periféricos. Apesar de notar uma grande quantidade de migrantes vivendo na Zona Norte, essa era uma região ampla e com diversos bairros, além de todas as outras zonas mostrarem uma quantidade considerável de migrantes.

Em relação aos trabalhos exercidos, também temos uma grande diversificação nas ocupações. Como analisamos anteriormente, no capítulo 2, os ofícios dos migrantes tinham uma grande adesão ao trabalho por jornada. Como analisado por Costa, esses trabalhos davam liberdade, assim os migrantes também tinham a possibilidade de trabalhar em outros serviços e se especializarem. Além disso, também era possível observar uma procura por mobilidade social, como vimos pela família de Arlindo, que tivera sucesso nesse ponto — seu pai passou de lavrador nas zonas rurais para um funcionário municipal no Distrito Federal, enquanto Arlindo exerceu trabalhos como operário/jornaleiro/comerciante na cidade. Os migrantes que apareciam como “ajudantes” também poderiam estar à procura dessa mobilidade social, visto que esses estavam aprendendo a desempenhar cargos especializados. Foi observado, inclusive, um crescente nos migrantes no comércio, que diferentemente de outros trabalhos que sinalizava que eram profissões ocupadas, em sua maioria, por brancos, vemos que os migrantes negros também estavam inseridos. Dessa forma, o que podemos sinalizar em

relação aos trabalhos é a preferência por trabalhos que ofereciam maior controle do ritmo de trabalho e que possibilitavam a mobilidade social.

Ademais, também podemos destacar o acompanhamento das três trajetórias analisadas neste trabalho, a fim de trazer maior profundidade nas relações e estratégias familiares no processo de migração, assim como as ressignificações criadas na cidade. A partir das trajetórias de Eugenio, Carlos Francisco e Arlindo, foi possível observar a importância das famílias nas migrações, como uma forma não de desunião, mas sim como uma importante ferramenta de sobrevivência da família frente às dificuldades no campo. Com isso, vimos que, dentre os migrantes analisados dentro da Casa de Detenção, a maioria, inclusive as três trajetórias que acompanhamos, mostrou uma migração de jovens solteiros para a cidade. Isso porque, dentro do ambiente rural da família, a migração para a capital era uma das últimas opções, enquanto que para as novas gerações essa passou a ser uma realidade mais viável. Além disso, vimos as ressignificações e os valores familiares na cidade, como a busca por redes de sociabilidade, contraindo matrimônios, incluindo amigos do trabalho como testemunhas de registro de seus filhos e reconhecendo sua família perante o Estado. Da mesma forma que os filhos desses migrantes também ressignificaram as estratégias familiares, buscando redes de sociabilidade e estabilidade na capital. Observamos que os filhos de Carlos Francisco, por exemplo, viraram funcionários públicos e se mudaram para Duque de Caxias, estabelecendo vínculos em outros locais além da cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, conseguimos acompanhar trajetórias que mostraram estabilização na cidade, assim como criaram novas redes de sociabilidade para além das zonas rurais.

Dessa forma, este trabalho teve como intuito construir novos olhares em relação às migrações negras do Sudeste cafeeiro e dos arredores rurais para a cidade do Rio de Janeiro. Há, entretanto, ainda muitas possibilidades no tema. Neste estudo, ficamos restritos aos migrantes encontrados na Casa de Detenção, não podendo, assim, abranger outras possibilidades, estratégias e valores fora desse local, nem fazer um estudo demográfico. Se faz necessário, também, mais estudos que contemplam as partes culturais levadas dessas migrações negras para a cidade, assim como as trajetórias de mulheres migrantes que tiveram pouco destaque por causa da fonte analisada. Estudos que consigam abordar a existência ou não de discriminações pelo fato de serem migrantes. Entretanto, este trabalho teve como intuito ser o pioneiro a analisar essas

migrações negras para a cidade do Rio de Janeiro com uma perspectiva diferente, priorizando as trajetórias, os laços familiares e as ações dos migrantes, trazendo, assim, novos rumos para o estudo do tema.

## FONTES HISTORIOGRÁFICAS

### **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Livros de ocorrência da Casa de Detenção:**

- APERJ. CDDF. notação MD-HN-133. Ano 1920
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-134. Ano 1920
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-135. Ano 1920
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-136. Ano 1920
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-137. Ano 1920
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-138. Ano 1921
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-139. Ano 1921
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-141. Ano 1921
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-142. Ano 1921
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-143. Ano 1922
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-144. Ano 1922
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-145. Ano 1922
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-146. Ano 1923
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-147. Ano 1923.
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-148. Ano 1924
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-149. Ano 1925.
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-150. Ano 1926.
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-151. Ano 1926.
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-166. Ano 1930
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-167. Ano 1930
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-168. Ano 1930

- APERJ. CDDF. notação MD-HN-169. Ano 1930
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-170. Ano 1930
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-171. Ano 1930
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-172. Ano 1930
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-173. Ano 1930
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-174. Ano 1930
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-175. Ano 1931
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-176. Ano 1931
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-177. Ano 1931
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-178. Ano 1931
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-179. Ano 1931
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-180. Ano 1931
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-181. Ano 1932
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-182. Ano 1932
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-183. Ano 1932
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-184. Ano 1932
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-185. Ano 1933.
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-186. Ano 1933.
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-187. Ano 1933
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-188. Ano 1933
- APERJ. CDDF. notação MD-HN-189. Ano 1933
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-018. Ano 1932
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-019. Ano 1932
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-020. Ano 1933

- APERJ. CDDF. notação MD-HO-021. Ano 1933
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-022. Ano 1933
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-023. Ano 1934
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-024. Ano 1934
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-025. Ano 1934
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-026. Ano 1934
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-027. Ano 1934
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-028. Ano 1934
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-029. Ano 1934
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-030. Ano 1935
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-031. Ano 1935
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-032. Ano 1935
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-033. Ano 1935
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-034. Ano 1935
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-035. Ano 1935
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-036. Ano 1935
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-037. Ano 1935
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-038. Ano 1936
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-039. Ano 1936
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-040. Ano 1936
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-041. Ano 1936
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-042. Ano 1936
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-044. Ano 1936
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-045. Ano 1936

- APERJ. CDDF. notação MD-HO-046. Ano 1937
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-047. Ano 1937
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-048. Ano 1937
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-049. Ano 1937
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-050. Ano 1937
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-051. Ano 1937
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-052. Ano 1937
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-053. Ano 1937
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-054. Ano 1938
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-055. Ano 1938
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-056. Ano 1938
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-057. Ano 1938
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-058. Ano 1938
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-059. Ano 1938
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-060. Ano 1938
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-061. Ano 1938
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-062. Ano 1939
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-063. Ano 1939
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-064. Ano 1939
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-065. Ano 1939
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-066. Ano 1939
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-067. Ano 1939
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-068. Ano 1939
- APERJ. CDDF. notação MD-HO-069. Ano 1939.

APERJ. CDDF. notação MD-HO-070. Ano 1940.

APERJ. CDDF. notação MD-HO-071. Ano 1940

APERJ. CDDF. notação MD-HO-072. Ano 1940

APERJ. CDDF. notação MD-HO-073. Ano 1940

APERJ. CDDF. notação MD-HO-074. Ano 1940

APERJ. CDDF. notação MD-HO-075. Ano 1940.

## **Family Search**

### **Registros da família de Carlos Francisco Pimenta:**

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6QPT-2Q?cc=1582573&wc=9GYG-VZQ%3A113332201%2C113332202%2C117642101> : 7 January 2019), Duque de Caxias > Duque de Caxias > Óbitos 2002, Maio-Set > image 263 of 303; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-63F9-TH1?cc=1582573&wc=9GYN-FM7%3A113332201%2C113332202%2C115615201> : 7 January 2019), Duque de Caxias > Duque de Caxias > Óbitos 1956, Nov-1957, Dez > image 221 of 305; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-67BQ-FWW?cc=1582573&wc=9GYB-JWT%3A113332301%2C115678401%2C116504401> : 22 March 2022), São Gonçalo > São Gonçalo > Matrimônios 1926, Jan-1927, Fev > image 109 of 206; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-DHQ9-V36?cc=1582573&wc=9GTJ-2NL%3A113334201%2C135195401%2C143670302> : 19 October 2019), Rio de Janeiro > 06<sup>a</sup> Circunscrição > Óbitos 1927, Ago-1928, Mar > image 30 of 208; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6P44-FRR?cc=1582573&wc=9GBX-L2W%3A113334201%2C130536601%2C132864201> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 05<sup>a</sup> Circunscrição > Nascimentos 1928, Nov-1929,

Jan > image 50 of 207; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6QPT-2Q?cc=1582573&wc=9GYG-VZQ%3A113332201%2C113332202%2C117642101> : 7 January 2019), Duque de Caxias > Duque de Caxias > Óbitos 2002, Maio-Set > image 263 of 303; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

### **Registros da família de Eugenio Gonçalves Mattos:**

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6GYH-PS3?cc=1582573&wc=9GB8-GPD%3A113334201%2C122849201%2C124011101> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 03<sup>a</sup> Circunscrição > Nascimentos 1907, Dez-1908, Abr > image 194 of 204; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D52G-JV?cc=1582573&wc=9G5J-YWP%3A113334201%2C122849201%2C124087201> : 24 June 2022), Rio de Janeiro > 03<sup>a</sup> Circunscrição > Nascimentos 1909, Jun-Nov > image 162 of 205; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6X8W-3X5?cc=1582573&wc=9GBW-2N5%3A113334201%2C156916801%2C158535801> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 09<sup>a</sup> Circunscrição > Óbitos 1908, Out-Dez > image 65 of 202; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6GYH-PS3?cc=1582573&wc=9GB8-GPD%3A113334201%2C122849201%2C124011101> : 7 January 2019), Rio de Janeiro > 03<sup>a</sup> Circunscrição > Nascimentos 1907, Dez-1908, Abr > image 194 of 204; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

### **Registros da família de Arlindo Simões Prudente:**

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QPQW-XFS3> : 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente, ; citing São José do Vale do Rio Preto, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QGJR-QVG6> : 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente and Aurelia Manteiro, ; citing p. 161, Rio de Janeiro, Brasil, Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro; FHL microfilm 1,286,584

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:QPQW-XFS3> ; 9 April 2020), João Simões Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente, ; citing São José do Vale do Rio Preto, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7QPQ-5X3Z> : 9 April 2020), Carlota Da Motta Prudente in entry for Arlindo Simões Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:7744-4ZPZ> : 16 June 2022), Carlota Da Motta Prudente Prudente in entry for João Simões Prudente Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:797J-9T3Z> : 9 April 2020), Carlota Prudente in entry for Eutalia Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7QLT-7KW2> : 9 April 2020), Arlindo Simões Prudente in entry for Léa Simões Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7MT1-752M> : 9 April 2020), Aurelia Monteiro Prudente in entry for Renato Simões Prudente, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

### **Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional).**

A Manhã (RJ), O Paiz (RJ), O Jornal (RJ) – Capítulo 1.

A Manhã. Edição 00106. (1). Rio de Janeiro. Ano 1926. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=%22Elyseu%20Alves%20da%20Silva%22&pagfis=753>>.

O Paiz. Edição 12929 (1). 04 de março de 1920. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&pesq=%22Felippe%20Antonio%20Santiago%22&pagfis=779](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=%22Felippe%20Antonio%20Santiago%22&pagfis=779)>.

O Jornal. Edição 02272 (2). Rio de Janeiro. 11 de maio de 1926. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&pesq=%22Elyseu%20Alves%20da%20Silva%22&pagfis=25681](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=%22Elyseu%20Alves%20da%20Silva%22&pagfis=25681)>.

A Batalha (RJ), Diario da Noite (RJ), A Noite (RJ), Revista Criminal (RJ) – Capítulo 2.

A Batalha. Edição 00333 (1). Rio de Janeiro. Ano 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=175102&pesq=%22O%20homem%20que%20a%20pol%C3%ADcia%20obrigou%20a%20ser%20ladr%C3%A3o%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=2661>>.

A Batalha. Edição 00346 (1). Rio de Janeiro. Ano 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=175102&pesq=%22Jos%C3%A9%20Pautilho%20da%20Cruz%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=2765>>.

A Batalha. Edição 00423 (1). Rio de Janeiro. Ano 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=175102&pesq=%22Jos%C3%A9%20Pautilho%20da%20Cruz%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=3387>>.

Diario da Noite. Edição 02777 (1). Rio de Janeiro. Ano 1936. Disponível em: <[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_01&pesq=%22moreno%20e%20branco%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=29587](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&pesq=%22moreno%20e%20branco%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=29587)>.

Diario da Noite. Edição 08783 (1). Rio de Janeiro. Ano 1936. Disponível em: <[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_01&pesq=%22moreno%20e%20branco%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=29698](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&pesq=%22moreno%20e%20branco%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=29698)>.

A Noite. Edição 06670 (1). Rio de Janeiro. Ano 1930. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_03&pesq=%22cor%20morena%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1310](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pesq=%22cor%20morena%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1310)>.

Revista Criminal (RJ). Edição 00036-00037 (1). Fevereiro e Março 1935. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=340774&pesq=%22Felippe%20Urbano%20dos%20Santos%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1722>>.

Correio da Manhã (RJ), O Correio da Tarde: Jornal Commercial, Politico, Litterario e Noticioso (RJ), Diario da Noite (RJ), – Capítulo 3.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro. Edição 06522. 2 de janeiro de 1917. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_02&pesq=%22Eugenio%20Gon%C3%A7alves%20mattos%22&pasta=ano%20191&pagfis=30824](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pesq=%22Eugenio%20Gon%C3%A7alves%20mattos%22&pasta=ano%20191&pagfis=30824)>.

O Correio da Tarde: Jornal Commercial, Politico, Litterario e Noticioso. Edição 00017(1). 3 de janeiro de 1860. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090000&pesq=%22Francisco%20Gon%C3%A7alves%20Loureiro%22&pagfis=5234>>.

Diario da Noite. Edição B05844 (1). 25 de julho de 1955. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961\\_03&pesq=%22Nilton%20Francisco%20Pimenta%22&pagfis=42200](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_03&pesq=%22Nilton%20Francisco%20Pimenta%22&pagfis=42200)>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMO, Sam. **The Broken Promise: Race, Health and Justice in Rio de Janeiro, 1890-1940.** Ph.D. Diss, University of New Mexico, 1983.

ALBUQUERQUE, W. **O Jogo da Dissimulação.** Abolição e Cidadania Negra no Brasil. Ed. Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. (2004), **A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra Bahia, 1880-1900.** Campinas. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Cárceres imperiais. **A Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional do Império. 1830-1861.** Rio de Janeiro: Tese de Doutorado: UFRJ, 2009.

BADARÓ, Marcelo. **Experiências em comum: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil.** XXIV Simpósio Nacional de História, ANPUH. 2007.

BARRADAS, Virginia Sena. **Modernos e desordenados: A definição do público da Colônia Correcional de Dois Rios (1890-1925).** Dissertação de Mestrado – Departamento de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas** (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.

BAPTISTA, Karina Cunha. **O Diálogo dos Tempos.** Dissertação de mestrado. UFF, Niterói, 2002.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Brancos e Negros em São Paulo.** São Paulo: Nacional, 1959.

BRASIL, Bruno. “**O Jornal**”. Fundação Biblioteca Nacional, Artigos. 12 novembro de 2015. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-jornal/>>.

BRASIL, Bruno. “**A Manhã**” (**RIO DE JANEIRO, 1925**). Fundação Biblioteca Nacional, Artigos. 28 de julho de 2014. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manca/>>.

BRASIL, Bruno. “**Correio da Manhã**”. Fundação Biblioteca Nacional, Artigos. 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manca/>>.

BRETAS, Marcos. **Ordem na cidade: o exercício quotidiano do poder policial na cidade do Rio de Janeiro, 1907-1930.** Rio de Janeiro, 1997.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso.** São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

BOURDIEU, P. **Da regra às estratégias.** In: \_\_\_\_\_. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** – 12<sup>a</sup> ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** 2<sup>o</sup>ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CAULFIELD, Sueann *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940.* Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, 2<sup>a</sup> reimpressão da 2<sup>a</sup> ed., 2001.

CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá C.; BRETAS, Marcos; COSTA, Marcos, MAIA, Clarissa Nunes (orgs). **História das prisões no Brasil.** 2 vols. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. **Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930.** Afro-Ásia, n. 24, p. p. 256-257.

DA COSTA, Carlos Eduardo C. **Campesinato negro no Pós-abolição: Migração, Estabilização e os Registros Civis de Nascimento. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)** Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. “**Faltam Braços nos Campos e Sobram Pernas na Cidade**”: Famílias, Migrações e Sociabilidades Negras no Pós-Abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Editora Appris, 2020.

DA COSTA, Carlos Eduardo C. "Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888- 1940)." Topoi, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015.

DA COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. Revisitando “Família e Transição”: família, terra e mobilidade social no pós-abolição: Rio de Janeiro (1888-1940). Revista Brasileira de História, Volume: 35, Número: 69, Publicado: 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/R7RFZzFNWjcckHHJtVtZbTF/?lang=pt&format=html>>. DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). **Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

DEZEMONE, Marcus. **Mundo rural e Era Vargas: direitos, papel no campo e legislação social na historiografia recente**. Tempos Históricos, ISSN 1517-4689, Vol. 16, Vol. 2, 2012.

DOMINGUES, Petrônio José. **A insurgência de ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)**. Tese de doutorado em história, FFLCH-USP, 2005.

DOMINGUES, Petrônio, **Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930)**, Revista Brasileira de História, v. 34, n. 67, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/tVPZ74sD7FXPzSjrgh5BVtk/?lang=pt>>.

DOMINGUES, Petrônio. “**Tudo pelo Brasil; tudo pela raça: A. Frente Negra Carioca**. Studos Históricos, Rio de Janeiro, vol 31, n. 65, setembro – dezembro 2018.

DURAND, Guilherme e LOGOSSAH, Kinvi. **Les noms de famille d'origine africaine de la population martiniquaise d'ascendance servile**, Paris:L'Harmattan, 2002.

DU BOIS, W.E.B. **A Chronicle of Race Relations**. Phylon (1940-1956), Vol. 2, No. 4. 4th Qtr., 1941.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005. \_\_\_\_\_.  
**Pele negra, máscaras brancas**. Porto: Paisagem, 1975.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo diccionário da língua portuguesa**. Nova ed. essencialmente refundida, corr. e copiosamente ampl. Lisboa [Portugal]: Livraria Clássica Editora, 1913. 1024 p., 25 cm. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obra\\_gerais/drg1134852/drg1134852.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obra_gerais/drg1134852/drg1134852.pdf)>.

FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da liberdade**. história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Unicamp, 2006.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FERNADES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes.** São Paulo: Dominus, 1965.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. Sinais raízes de um paradigma indiciário. In \_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas e Sinais.** São Paulo Cia. das Letras, 1989

GOMES, Ângela de C.; MATOS, H. M. **Sobre apropriações e circularidades: memória do cativeiro e polí-tica cultural na Era Vargas.** História Oral, [S. l.], v. 1, 2009. DOI: 10.51880/ho.v1i0.106. Disponível em: <<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/106>>.

GOMES, Flávio dos Santos. Ainda sobre os quilombos: repensando a construção de símbolos de identidade étnica no Brasil. In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H. T. de; FRY, P. (org.). **Política e Cultura. Visões do passado e perspectivas contemporâneas.** São Paulo: ANPOCS/Hucitec, 1996.

GROSSMAN, J. **Land of hope: Chicago, Black Southerners, and the Great Migration.** Ed. Chicago Press, 1989.

GUEDES, Roberto. **Parentesco, escravidão e liberdade (Porto Feliz, São Paulo, século XIX.)** Varia hist. Belo Horizonte, v. 27, n. 45.

GUTMAN, Herbert. **The Black Family in Slavery&Freedom, 1750-1925.** BasilBlackwell, Oxford, 1976.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HÉBRARD, Jean. **Esclavages et dénomination: imposition et appropriation d' un nom chez les esclaves de la Bahia au XIX.** In: *Cahiers du Brésil Contemporain*, 2003.

HERTZMAN, Marc Adam. **Workers into Vagrants: Policing Rio de Janeiro before (and after) Music was the Point, 1890-1940.** Tese de Doutorado, University of Wisconsin, 2005.

HOLT, Thomas, **The problem of freedom race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938.** The Johns Hopkins University Press, 1992.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** 12. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LIMA, Carlos A. M. **Pequena diáspora: migrações de libertos e de livres de cor (Rio de Janeiro, 1765-1844).** LOCUS: Revista de História, 26. Juiz de Fora, Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Juiz de Fora, v. 6, n. 2, 2000.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico.** 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: significados da liberdade no Brasil escravista.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MATTOS, Hebe. *Marcas da escravidão. Bibliografia, racialização e memória do cativeiro na História do Brasil*, Tese de Professor Titular em História do Brasil, Niterói, UFF, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na Cidade do Rio de Janeiro do início do século.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1991.

MONSMA, Karl. **Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista.** Dados [online]. 2010, vol.53, n.3.

MUNANGA, Kabengele. **Redisputando a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis, Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Álvaro "Um reduto negro: cor e cidadania na armada" in: GOMES, Flávio Santos (ORG.) e CUNHA, Olívia M. G. **Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2007.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. "Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós abolição no ensino de história". in: Maria Aparecida Andrade Salgueiro (org.) **A república e a questão do negro no Brasil.** Rio de Janeiro: Museu da república editora, 2005.

OLIVEIRA, Laiana Lannes. **Entre miscigenação e multiracialização: brasileiros negros ou negros brasileiros? Os desafios do Movimento Negro Brasileiro do período de valorização nacionalista (1930-1950). – A Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro –.** Tese de Dissertação, UFF, Niterói, 2008.

PASSANHA, Andréa Santos da Silva (2006). **O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888.** Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2006.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

ROEDGER, David. **Sobre autobiografia e teoria: uma introdução.** Vron Ware (org.) **Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: História social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918).** Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas 2014.

REIS, Isabel. Família escrava. In: SCHWARZ, Lilian; GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e Liberdade.** São Paulo: Companhia das letras: 2018.

REIS, João José; Silva Eduardo. **Negociação e Conflito – A resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Cia das Letras, 1989.

RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e Transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872- 1920.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), 1990. Niterói, RJ, 1990.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. **Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.** Ed. Civilizaçao Brasileira, 2005.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. **O pós-abolição como problema histórico.** TOPOI, vol.5, n.8, 2004.

SANTOS, Jocelio Teles. ‘**De Pardos Disfarçados a Brancos Pouco Claros: Classificações Raciais no Brasil Dos Séculos XVIII –XIX**’. In: Afro-Asia, no. 032, Universidade Federal da Bahia, 2005.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país.** Editora: Todavia, 2022.

SCOTT, Rebecca J. **Emancipação Escrava em Cuba a Transição para o Trabalho Livre 1860-1899.** Editora: Paz Terra, 1991.

SCOTT, Rebecca J.“Fronteiras móveis, linhas de cor e divisões partidárias em Louisiana e Cuba”. in: COOPER, Fredrick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.** Ed. Civ. Brasileira, 2005.

SCOTT, Rebecca. “**Exploring the meaning of freedom: post-emancipation societies in comparative perspective**”, Hispanic American Historic Review.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira.** 1ª- ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SEGURA, Fabiano Fernandes. **A questão previdenciária na primeira república: A excepcionalidade da Lei Eloy Chaves.** Dissertação de mestrado, UNESP, 2017.

SILVA, Alexandra Lima da. **Pelas mãos de Eugênia: experiências de mulheres negras em uma família no Rio de Janeiro (1897-1957).** Revista Brasileira de História [online]. 2022, v. 42, n. 90 [Acessado 02 novembro 2022]. pp. 391. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-19>>. Epub 01 Ago 2022. ISSN 1806-9347. <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-19>.

SILVA, Lucia Helena de Oliveira. **Construindo uma Nova Vida: Migrantes Paulistas Afrodescendentes na Cidade do Rio de Janeiro no Pós-Abolição (1888-1926).** Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SLENES, Robert. (1997), “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”, in L. F. Alencastro (ed.), **História da Vida Privada no Brasil 2. Império: A Corte e a Modernidade Nacional.** São Paulo, Companhia das Letras.

SLENES, Robert. (1999), **Na Senzala, uma Flor. Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava – Brasil, Sudeste, Século XIX.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

SOUZA, Sônia Maria de. **Terra, família, solidariedade... Estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920).** Tese de doutorado. História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

SOUZA, Edinelia Maria. **O Compadrio e sociabilidades na Bahia pós-abolição.** In: ENCONTRO ANPUH, XVI., 2014, Natal. Anais. São Paulo: Anpuh, 2014. p. 8.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco, Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906).** Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2012. p. 32. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1404.pdf>>.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TROTTER, JR. Joe William (Org.) **The great migration in historical perspective: new dimensions of race, class and gender.** Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense na pós-**

**emancipação (c. 1847 – tempo presente).** 2013. 497 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo: HUCITEC, Brasília: Edunb, 1995.